



**JUSTIÇA
CATARINENSE**
RETROSPECTIVA
GESTÃO
2024/2026





**JUSTIÇA
CATARINENSE**
RETROSPECTIVA
GESTÃO
2024/2026



01

ABERTURA
INSTITUCIONAL

Pág.: 08-27

02

GESTÃO
2024-2026

Pág.: 28-37

03

EFETIVIDADE

Pág.: 38-107

04

INOVAÇÃO

Pág.: 108-155

05

CREDIBILIDADE

Pág.: 156-185

06

SUSTENTA-
BILIDADE

Pág.: 186-205

07

ACESSIBILIDADE

Pág.: 206-231

08

VALORIZAÇÃO
DAS PESSOAS

Pág.: 232-245

09

COMUNICAÇÃO

Pág.: 246-259

01

ABERTURA INSTITUCIONAL

1.1 Caminhos do Judiciário.....	10
1.2 Dirigentes TJSC.....	12
1.3 Justiça que aproxima, transforma e une.....	16
1.4 Missão, visão e valores: da estratégia à prática.....	18

02

GESTÃO 2024-2026

2.1 Sociedade em evolução, justiça em movimento.....	30
2.2 Capilaridade e força da justiça catarinense.....	32
2.3 Eficiência, inovação e comunicação impulsionam avanços.....	34

03

EFETIVIDADE

3.1 Governança em movimento: ética e modernização.....	40
3.2 Judiciário catarinense ganha em eficiência.....	44
3.3 Integração reduz 32% das execuções fiscais.....	48
3.4 Reforço prevê cooperação e gestão no 1º grau.....	52
3.5 Câmaras especiais em ação.....	56
3.6 Alterações relevantes na estrutura marcam a gestão.....	60
3.7 Pioneirismo, referência e 17 unidades instaladas.....	62
3.8 Segurança e tecnologia no combate à criminalidade.....	66
3.9 Redesenho da estrutura tem base na centralização.....	70
3.10 Modernização alavanca Justiça fazendária.....	74
3.11 Cobrança inteligente já mostra resultados.....	76
3.12 Cooperação em rede: unindo forças pelo cidadão.....	78
3.13 Reforço na estrutura acompanha demanda crescente.....	82
3.14 Decisões mais ágeis e com respaldo científico.....	86
3.15 Um clique na Justiça.....	90
3.16 TJSC libera R\$ 5,1 bilhões à economia catarinense.....	94
3.17 SC renova compromisso com penas justas.....	98
3.18 Execução penal ganha mais agilidade.....	102
3.19 Mérito e transparência na seleção de talentos.....	106

04

INOVAÇÃO

4.1 Agenda ampla de inovação marca a gestão.....	110
4.2 Transversalidade traz avanços em múltiplas frentes.....	112
4.3 Inovação a serviço dos direitos fundamentais.....	114
4.4 Atendimento voluntário e multidisciplinar na custódia.....	116
4.5 Uso de robô impulsiona a produtividade.....	120
4.6 Automação de rotina padroniza e agiliza fluxo forense.....	122
4.7 Biometria garante correta identificação e transparência.....	124
4.8 Sistema impulsiona gestão por dados.....	126
4.9 Projeto reforça qualidade no trabalho da Justiça.....	128
4.10 Integração amplia monitoramento judicial.....	130
4.11 Justiça em rede aposta na conectividade.....	134
4.12 Programa é ampliado para a saúde.....	138
4.13 Sistema unificado moderniza gestão financeira.....	140
4.14 TJSC é destaque em inovação pública.....	142
4.15 Inteligência artificial generativa no judiciário catarinense.....	144
4.16 Modelo do eproc catarinense é referência nacional.....	148
4.17 Núcleo é responsável por estratégias de impacto.....	152
4.18 Inovação em inteligência e segurança.....	154

05

CREDIBILIDADE

5.1 Tribunal amplia ações de proteção.....	158
5.2 Programas do TJSC avançam na proteção integral.....	162
5.3 Fiscalização, análise de candidatos e atuação internacional.....	166
5.4 Lar legal alcança marca histórica.....	168
5.5 PJSC mais social apoia 238 projetos em 100 municípios.....	170
5.6 Na linha de frente da solidariedade.....	172
5.7 Trabalho de articulação constrói soluções.....	174
5.8 Reconhecimento reforça prestígio institucional.....	180
5.9 Iniciativa cria nova dinâmica para solução de conflitos.....	184

06

SUSTENTABILIDADE

6.1 Compromisso com o futuro.....	188
6.2 Acolhimento e reintegração.....	192
6.3 Logística sustentável reduz impactos e moderniza rotinas.....	194
6.4 Avanço em governança ambiental.....	198
6.5 Dignidade para público vulnerável.....	200
6.6 Justiça catarinense rumo a carbono zero.....	204

07

ACESSIBILIDADE

7.1 Novos fóruns ampliam presença do Judiciário.....	208
7.2 Infraestrutura: avanços e modernização.....	212
7.3 Unidades judiciárias sem barreiras.....	214
7.4 Wi-Fi 6E, libras, audiodescrição e linguagem simples.....	216
7.5 Pontos de inclusão digital ganham impulso.....	220
7.6 Aplicativo reúne principais serviços do Judiciário.....	222
7.7 TJSC consolida cultura de inclusão.....	224
7.8 Impacto direto no atendimento à população.....	226
7.9 Ouvidoria moderniza fluxos e acelera respostas ao cidadão.....	228

08

VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS

8.1 Academia fomenta cultura de formação contínua.....	234
8.2 Inclusão é agenda permanente.....	236
8.3 Iniciativa aproxima comarcas da gestão de pessoas.....	238
8.4 Programa amplia alcance e fortalece prevenção.....	240
8.5 Contato direto promove maior eficiência na gestão.....	242
8.6 Integração de novos talentos.....	244
8.7 TJSC avança na valorização dos servidores.....	245

09

COMUNICAÇÃO

9.1 Comunicação assume papel estratégico.....	248
9.2 Política específica e digital marcam avanços.....	252
9.3 Justiça mais próxima dos catarinenses.....	256
9.4 Integração de plataformas e meios.....	258

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL (NCI) – TJSC

Coordenador de Comunicação Interinstitucional

Francis Silvy Rodrigues

SECRETARIA E APOIO TÉCNICO

Secretaria

Tathiana Nogueira Mendes Carlin

Assessoria Técnica - Administrativo

Ana Carolina Serpa Schaefer Martins

Marilande Fatima Manfrin Leida

APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO

Assessoria Técnica - Portal Institucional

Sílvia Cardoso Pereira

Assessoria de Artes Visuais

Maria Isabel Michelon Garofallis

Revisor

Gabriel Leonardo Ferri

EDITORIAS TEMÁTICAS E RESPONSÁVEIS

Editoria de Portal Institucional

Ângelo Lima Medeiros

Editoria de Assessoria de Imprensa

Fabrizio Severino

Editoria de Vídeo e Produção Audiovisual

Sintia Girardi

Editoria de Comarcas

Michael Gonçalves

Editoria do Tribunal de Justiça

Renê Müller

Editoria de Rádio

Marcelo Corrêa

EDITORIA DIGITAL (REDES SOCIAIS E COMUNICAÇÃO MULTIPLATAFORMA)

Equipe de Jornalismo

Cristiano Estrela Gonzalez

Elizandra Gomes - Comarca de Chapecó

Fernando Evangelista

Karollayne Rosa

Karina Schovepper - Tribunal de Justiça

Manoela Machado Pinheiro - Tribunal de Justiça

Pamyle Brugnago - Comarca de Blumenau

Taina Borges - Comarca de Lages

Paulo Correa - Designer Gráfico

RETROSPECTIVA GESTÃO 2024-2026

Edição: Adriane Vieira Santos, Fernando Evangelista

Redação: Adriane Vieira Santos, Fernando Evangelista

Fotografia: Cristiano Estrela

Design Gráfico e editoração: ONEWG Multicomunicação

Direitos autorais e uso:

Fontes: matérias publicadas no Portal do TJSC e materiais fornecidos por áreas internas do Tribunal. Este relatório é de propriedade do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Reprodução parcial ou integral permitida com menção de crédito ao TJSC.

Créditos das imagens e gráficos: fontes institucionais e fotos do acervo TJSC / NCI

Informações:

Telefone: (48) 3287 –2910

E-mail: imprensa@tjsc.jus.br | portal@tjsc.jus.br



01

ABERTURA INSTITUCIONAL

1.1 Caminhos do Judiciário.....	10
1.2 Dirigentes TJSC.....	12
1.3 Justiça que aproxima, transforma e une.....	16
1.4 Missão, visão e valores: da estratégia à prática.....	18

Tribunal de Justiça de Santa Catarina





CAMINHOS DO JUDICIÁRIO

Dois anos de desafios e ação.

-
-
-
-

Justiça catarinense - gestão 2024-2026 traz uma retrospectiva das principais iniciativas do Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC), reunindo os avanços institucionais e as mudanças mais relevantes alcançadas durante o período. Mostra como vem gerando valor para a sociedade a que serve por meio de uma agenda relevante, de uma atuação transparente e de uma presença comprometida.

O conjunto temático aqui apresentado teve como base fatos e dados registrados em matérias jornalísticas divulgadas no Portal do TJSC ao longo desses dois anos. Nas páginas a seguir, o leitor encontrará um retrato das conquistas da gestão, com ênfase na busca por uma Justiça com atuação célere e efetiva. O foco recai sobre aquilo que é perceptível ao cidadão:

agilidade e produtividade nas decisões, projetos e políticas que se convertem em benefícios tangíveis, com efeitos concretos no dia a dia dos catarinenses.

A essa evolução somam-se, ainda, ações de modernização tecnológica, reorganização estrutural da governança, qualificação de serviços e intensificação do diálogo institucional através de uma Comunicação mais estratégica. O conjunto mostra um Judiciário que busca facilitar cada vez mais, um acesso amplo à Justiça.

Um Judiciário que, ao enfrentar com coragem os desafios do presente, reafirma sua vocação de promover a paz social e de construir, junto com a sociedade, caminhos mais justos, solidários e equilibrados para o futuro.

-
-
-
-



-
-
-
-



DIRIGENTES TJSC

Gestão 2024-2026

Presidência

Desembargador Francisco Oliveira Neto

- Primeira Vice-Presidência: Desembargador Cid José Goulart Júnior
- Corregedor-Geral da Justiça: Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli
- Segunda Vice-Presidência: Desembargador Júlio César Machado Ferreira de Melo
- Terceira Vice-Presidência: Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubiali
- Corregedoria-Geral do Foro Extrajudicial: Desembargador Artur Jenichen Filho
- Ouvidoria-Geral: Desembargador Osmar Nunes Júnior
- Diretoria-Executiva da Academia Judicial (EJUD-SC): Desembargador Luiz Felipe Siegert Schuch

Coordenadoria de Magistrados

- Juiz Rafael Fleck Arnt

Juízes Auxiliares da Presidência

- Juíza Maira Salete Meneghetti
- Juiz Rafael Fleck Arnt
- Juiz Rafael Maas dos Anjos
- Juiz Fernando Rodrigo Busarello
- Juiz Rafael Sandi

Juízes Cooperadores Técnicos da Presidência

- Juíza Carolina Ranzolin Nerbass
- Juiz Gustavo Marcos de Farias
- Juiz Rafael de Araújo Rios Schmitt

Juiz Auxiliar da 1ª Vice-Presidência

- Juiz Marlon Negri

Juízes Corregedores

- Juiz-Corregedor Laudenir Fernando Petroncini
- Juiz-Corregedor Rafael Steffen da Luz Fontes
- Juiz-Corregedor Humberto Goulart da Silveira
- Juiz-Corregedor Maximiliano Losso Bunn
- Juiz-Corregedor Raphael Mendes Barbosa

Gabinete da Presidência

- Chefia de Gabinete: Christiane Duz Biff
- Assessoria de Relações Institucionais: Mariana Mafra Carlini

Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça

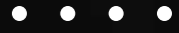
- Bruno Duart Ramos

Casa Militar

- Cel. Cristiano Medeiros
- Cel. José Ivan Schelavin

Diretorias

- Diretoria-Geral Administrativa: Alexsandro Postali
- Diretoria de Engenharia e Arquitetura: Everton William Tischer
- Diretoria de Gestão de Pessoas: Deborah Moraes de Jesus
- Diretoria de Infraestrutura: Fernanda de Jesus
- Diretoria de Material e Patrimônio: Graziela Cristina Zanon Meyer Juliani
- Diretoria de Orçamento e Finanças: Eduardo Cardoso Silva
- Diretoria de Saúde: Graciela de Oliveira Richter Schmidt
- Diretoria de Tecnologia da Informação: Daniel Moro de Andrade
- Diretoria-Geral Judiciária: Maurício Walendowsky Spricigo
- Diretora de Cadastro e Distribuição Processual: Tatiana Costa Cassio
- Diretoria de Documentação e Informações: Ricardo Albino França
- Diretoria de Recursos e Incidentes: Boris Leonel Kruger
- Diretoria de Suporte à Jurisdição de Primeiro Grau: Marcos Fernandes Pereira Raccioppi



GALERIA DOS PRESIDENTES

JUSTIÇA QUE APROXIMA, TRANSFORMA E UNE

É com profunda satisfação que apresento esta retrospectiva de ações reunindo os avanços e realizações do Poder Judiciário de Santa Catarina ao longo da gestão 2024–2026. Mais do que um registro administrativo, é um testemunho do compromisso da Justiça catarinense com sua missão maior: servir à sociedade com efetividade, transparência, equilíbrio e humanidade, transformando esforço institucional em benefícios concretos para cada cidadão.

Cada iniciativa aqui presente representa um passo na construção de uma Justiça mais próxima, mais ágil e mais justa. Seja nas decisões proferidas nas varas e tribunais, nas ações preventivas de solução de conflitos ou nas políticas voltadas a impacto social, o objetivo sempre foi o

mesmo: garantir a todos o acesso à Justiça e proporcionar respostas céleres em um mundo em rápida transformação.

O período foi desafiador. A complexidade crescente das questões que chegam aos nossos tribunais exigiu não apenas agilidade, mas uma nova forma de pensar o serviço público — baseada em governança colaborativa, tecnologia e empatia. Magistrados, servidores e colaboradores atuaram lado a lado, com dedicação admirável, para que a prestação jurisdicional fosse mais célere, transparente e significativa. Com o suporte e ampliação da comunicação institucional aproximamos ainda mais a Justiça do cidadão, para que cada conquista pudesse ser compreendida e compartilhada com clareza.



Esses avanços foram fruto de cooperação, planejamento e fé na missão pública que nos une. O PJSC chegou um pouco mais longe porque caminhou junto — com magistrados comprometidos, equipes dedicadas e cidadãos que acreditam na Justiça como instrumento de transformação social. Esta retrospectiva reflete essa trajetória. Reconhece desafios superados, valoriza o trabalho coletivo e renova um pacto permanente do Judiciário com o seu povo: oferecer uma Justiça moderna, acessível e efetiva — uma Justiça que transforma vidas, sustenta direitos e fortalece a confiança no futuro.



Desembargador Francisco Oliveira Neto
Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina



MISSÃO, VISÃO E VALORES: DA ESTRATÉGIA À PRÁTICA



As gestões do Poder Judiciário de Santa Catarina se desenvolvem sobre uma base institucional sólida, consolidada ao longo do tempo. Mais do que responder a ciclos administrativos, integram um planejamento estratégico contínuo que reflete a vocação permanente da Justiça. Essa lógica assegura que as ações estejam ancoradas em diretrizes estáveis e compartilhadas, garantindo coerência, integração e continuidade à atuação judicial em todo o Estado.

A Missão de “promover a solução de conflitos com efetividade” e a Visão de “ser reconhecido cada vez mais como uma instituição confiável, funcional e inovadora” traduzem a orientação estratégica do Judiciário catarinense: uma Justiça eficiente, relevante e preparada para um ambiente dinâmico e em constante transformação.

O Planejamento Estratégico 2021–2026 consolidou fundamentos institucionais para o período, estabelecendo diretrizes de longo prazo, objetivos claros e alinhamento transversal de políticas e projetos.

Isso sustenta a atuação judicial em todas as áreas, cenário aprimorado pela gestão da gestão 2024–2026.

Os valores percebidos pelos catarinenses — acessibilidade, efetividade, sustentabilidade, inovação, valorização e credibilidade — compõem a divisão de capítulos desta retrospectiva. Junto à Missão e à Visão, orientaram decisões, guiaram políticas e asseguraram coesão à atuação diária do Judiciário, reafirmando princípios que transcendem gestões e consolidam sua identidade e unidade institucional.

Com base nesse arcabouço estratégico, os temas e avanços apresentados espelham os eixos do Planejamento vigente. As iniciativas aqui reunidas representam uma trajetória consistente e planejada, evidenciando o compromisso do Judiciário catarinense com a entrega de valor à sociedade e com a construção de um futuro de confiança e justiça.

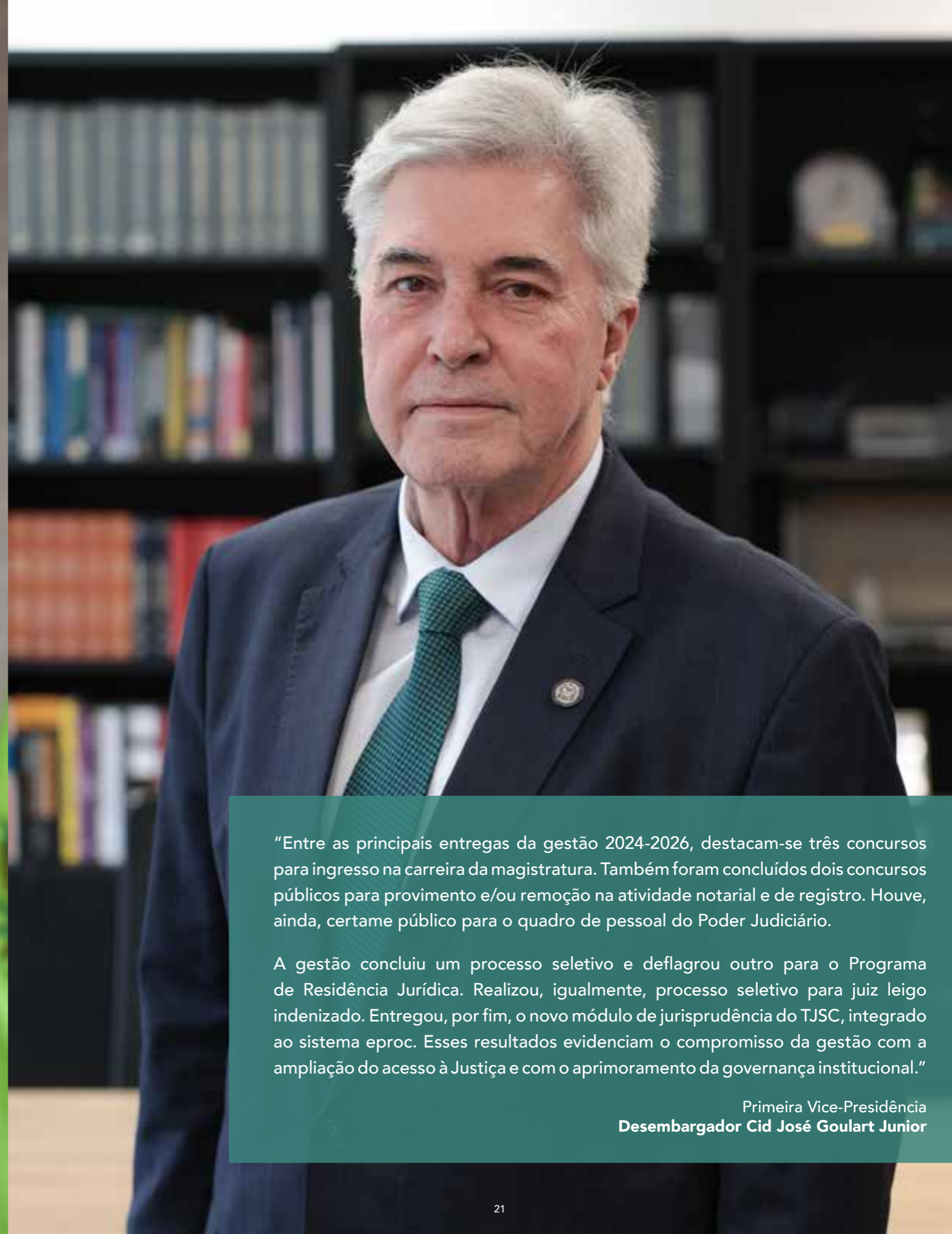
MISSÃO	Promover a solução de conflitos com efetividade
VISÃO	Ser reconhecida como uma instituição confiável, funcional e inovadora
VALORES	Efetividade, Inovação, Acessibilidade, Sustentabilidade e Valorização das Pessoas





“A verdadeira medida do Judiciário catarinense está na produção de valor que ele gera e na entrega concreta desse valor à vida das pessoas. Não se trata apenas de processos julgados, mas de direitos preservados, famílias que reencontram o equilíbrio, políticas públicas que ganham segurança jurídica e liberdades que permanecem protegidas. Quando o Judiciário atua com eficiência, responsabilidade e sensibilidade social, ele devolve à sociedade muito mais do que decisões: devolve confiança, previsibilidade e paz social.”

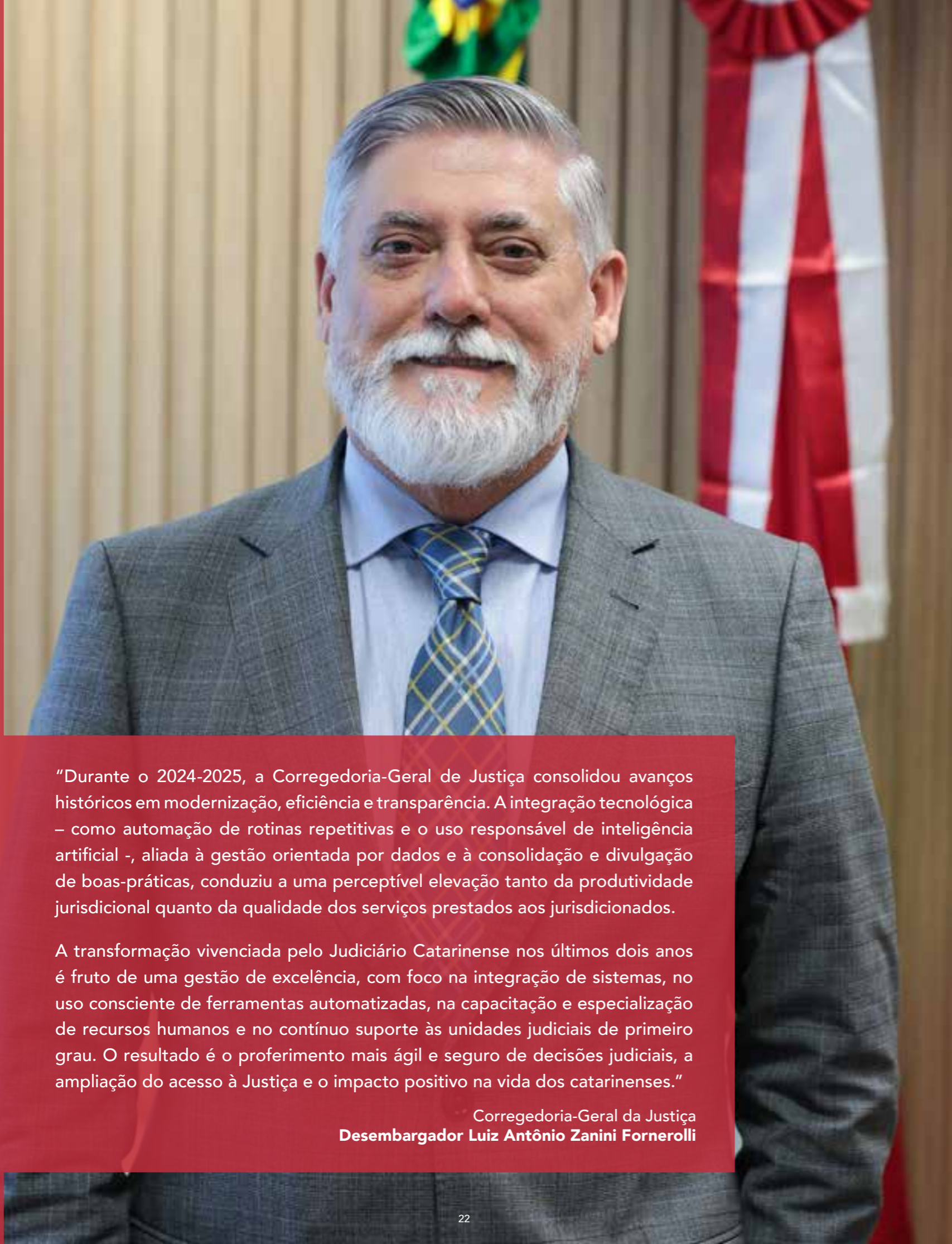
Presidência
Desembargador Francisco Oliveira Neto



“Entre as principais entregas da gestão 2024-2026, destacam-se três concursos para ingresso na carreira da magistratura. Também foram concluídos dois concursos públicos para provimento e/ou remoção na atividade notarial e de registro. Houve, ainda, certame público para o quadro de pessoal do Poder Judiciário.

A gestão concluiu um processo seletivo e deflagrou outro para o Programa de Residência Jurídica. Realizou, igualmente, processo seletivo para juiz leigo indenizado. Entregou, por fim, o novo módulo de jurisprudência do TJSC, integrado ao sistema eproc. Esses resultados evidenciam o compromisso da gestão com a ampliação do acesso à Justiça e com o aprimoramento da governança institucional.”

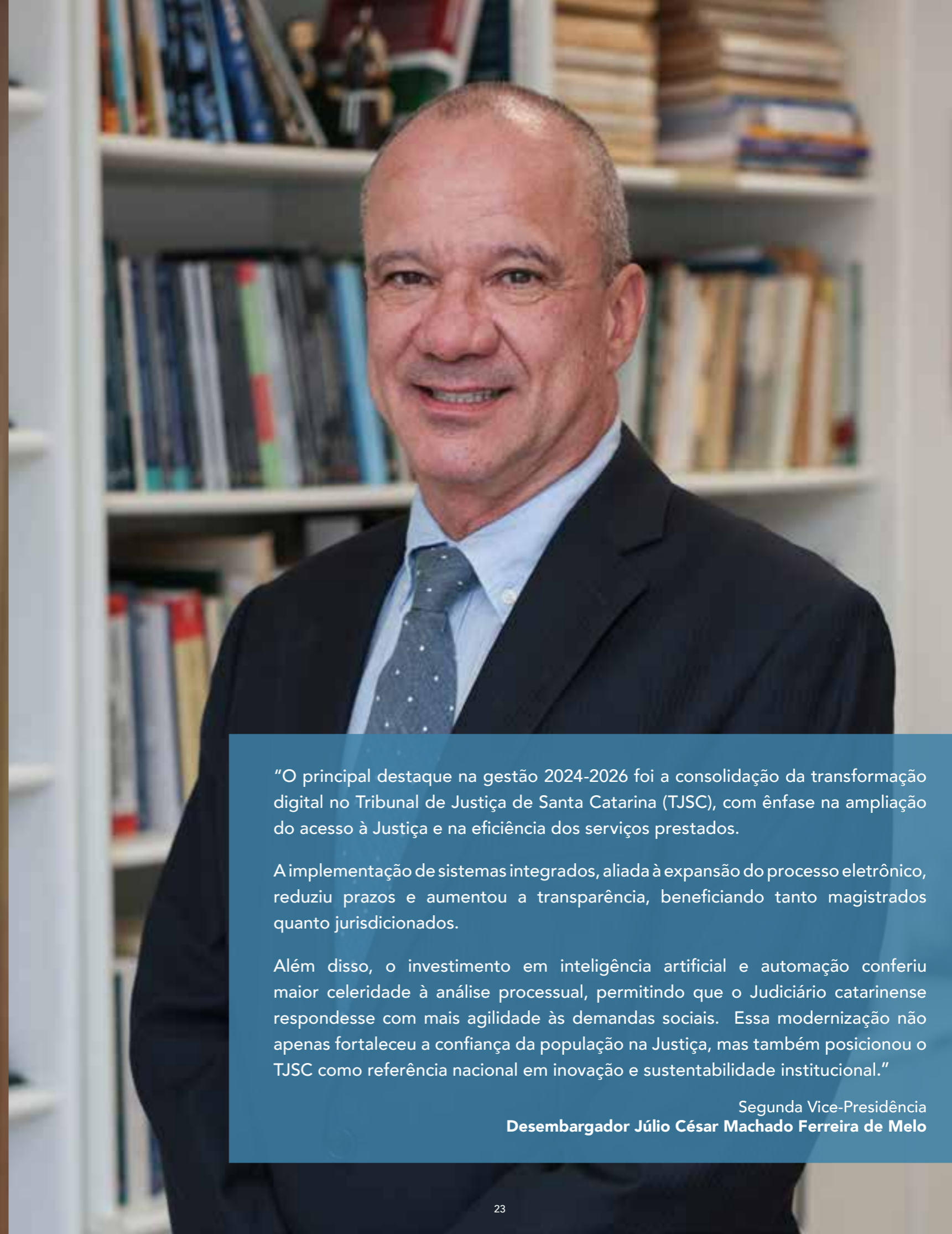
Primeira Vice-Presidência
Desembargador Cid José Goulart Junior



“Durante o 2024-2025, a Corregedoria-Geral de Justiça consolidou avanços históricos em modernização, eficiência e transparência. A integração tecnológica – como automação de rotinas repetitivas e o uso responsável de inteligência artificial –, aliada à gestão orientada por dados e à consolidação e divulgação de boas-práticas, conduziu a uma perceptível elevação tanto da produtividade jurisdicional quanto da qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados.

A transformação vivenciada pelo Judiciário Catarinense nos últimos dois anos é fruto de uma gestão de excelência, com foco na integração de sistemas, no uso consciente de ferramentas automatizadas, na capacitação e especialização de recursos humanos e no contínuo suporte às unidades judiciais de primeiro grau. O resultado é o proferimento mais ágil e seguro de decisões judiciais, a ampliação do acesso à Justiça e o impacto positivo na vida dos catarinenses.”

Corregedoria-Geral da Justiça
Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli



“O principal destaque na gestão 2024-2026 foi a consolidação da transformação digital no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), com ênfase na ampliação do acesso à Justiça e na eficiência dos serviços prestados.

A implementação de sistemas integrados, aliada à expansão do processo eletrônico, reduziu prazos e aumentou a transparência, beneficiando tanto magistrados quanto jurisdicionados.

Além disso, o investimento em inteligência artificial e automação conferiu maior celeridade à análise processual, permitindo que o Judiciário catarinense respondesse com mais agilidade às demandas sociais. Essa modernização não apenas fortaleceu a confiança da população na Justiça, mas também posicionou o TJSC como referência nacional em inovação e sustentabilidade institucional.”

Segunda Vice-Presidência
Desembargador Júlio César Machado Ferreira de Melo



“Em um cenário de crescente complexidade e demanda, a gestão da Vice-Presidência tem atuado com responsabilidade, técnica e sensibilidade quanto ao impacto de seu trabalho no Judiciário e na sociedade catarinense. Mesmo com aumento superior a 30% no número de recursos em relação ao mesmo período do ano anterior, e com a mesma força de trabalho, mantém-se, em média, prazo de quatro a cinco dias para o juízo preliminar de admissibilidade, ampliado apenas em casos que exigem estudo mais aprofundado. São cerca de 3.500 processos apreciados por mês, ritmo que contribui diretamente para a redução das demandas.

Esse desempenho resulta do alinhamento permanente com o Superior Tribunal de Justiça, reforçado pela imersão de assessores naquela Corte e por investimentos contínuos em capacitação. Soma-se a isso a reestruturação da Câmara de Recursos Delegados, em parceria com as demais Vice-Presidências, garantindo julgamentos ágeis e sem formação de acervo, bem como o compromisso pessoal de manter rigorosamente em dia os processos sob relatoria no Conselho da Magistratura. Trata-se de um esforço coletivo que reafirma o compromisso do Tribunal com eficiência, segurança jurídica e respeito ao cidadão catarinense.”

Terceira Vice-Presidência
Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli



“Entre as principais realizações da gestão 2024-2026 da Corregedoria do Foro Extrajudicial, destacam-se a otimização dos procedimentos e fluxos de trabalho do Núcleo IV, com melhor aproveitamento dos recursos materiais e de pessoal, e aumento de eficiência e produtividade. Também merece registro a criação do SAVEX – Sistema de Auditoria Virtual do Extrajudicial, que projeta a Corregedoria catarinense à vanguarda na atuação correicional do serviço extrajudicial no Estado.

Para os cidadãos, além da verificação regular dos serviços prestados pelas serventias, sobressaem iniciativas voltadas à efetivação de direitos básicos de populações vulneráveis, como as pessoas em situação de rua (“Registre-se”) e comunidades indígenas (“Cidadania Originária”). Somam-se a elas ações com reflexos diretos no desenvolvimento econômico e social, como a pioneira normatização das “Terras de Marinha” e os projetos de regularização fundiária urbana e rural (“Caravana da Reurb” e “Imóvel Rural Legalizado”).

Corregedoria-Geral do Foro Extrajudicial
Desembargador Artur Jenichen Filho



“A Ouvidoria registrou avanços expressivos em eficiência, mesmo diante do aumento do volume de demandas e sem ampliação do quadro de servidores. O prazo médio de atendimento foi reduzido, com ganho notável de produtividade nas reclamações por demora em processos, em que cresceu o percentual de respostas diretas, evitando encaminhamentos desnecessários e economizando tempo de magistrados, gabinetes e cartórios.

Esse desempenho resultou de melhorias estratégicas de gestão. O desenvolvimento interno de aplicativo próprio para registro e tramitação das manifestações organizou fluxos, reforçou o controle de prazos e conferiu mais agilidade ao tratamento dos pedidos, enquanto cartilhas técnicas padronizaram os atendimentos, garantindo uniformidade e celeridade.

A área também consolidou seu papel de interlocução qualificada com a Comissão de Prerrogativas da OAB, ao realizar triagem prévia das reclamações da advocacia, reduzindo atritos, conferindo maior tecnicidade às análises e fortalecendo o diálogo institucional.

Ouvidoria do PJSC
Desembargador Osmar Nunes Júnior



“A Academia Judicial do TJSC, na gestão 2024-2026, agregou novos projetos e iniciativas ao seu portfólio de atividades, estruturados segundo dois pilares fundamentais nesta gestão: excelência e inovação.

A reestruturação administrativa e as novas tecnologias implementadas trouxeram maior capacidade de atendimento às demandas dos diversos setores do Tribunal, havendo um crescimento de mais de 60% na oferta de cursos e capacitações. Enquanto Escola de Governo também esteve atenta e foi protagonista em temas como o uso responsável e eficiente da Inteligência Artificial no Judiciário. Expandiu seus horizontes com a celebração de convênios com Academias de outras áreas de saber, e com instituições de ensino superior estrangeiras. Na sua dimensão social, dois projetos de grande impacto foram destaque: “PJSC nas Escolas” e o “Dicionário Jurídico de Libras”.

Diretoria-executiva da Academia Judicial
Desembargador Luiz Felipe Siegert Schuch



02

GESTÃO 2024-2026

2.1 Sociedade em evolução, Justiça em movimento.....	30
2.2 Capilaridade e força da Justiça catarinense.....	32
2.3 Eficiência, inovação e comunicação impulsionam avanços.....	34





SOCIEDADE EM EVOLUÇÃO, JUSTIÇA EM MOVIMENTO

Uma síntese do avanço catarinense e as novas demandas para o poder Judiciário.

Santa Catarina vive, nas últimas duas décadas, um período de crescimento econômico e social consistente, consolidando-se como referência nacional em desenvolvimento. Entre 2001 e 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) estadual manteve desempenho superior à média brasileira. Conforme os dados mais recentes da Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan-SC), divulgados em março de 2025, as projeções oficiais apontam para 2024 um crescimento de 5,3% no PIB do Estado, totalizando um valor próximo ou superior a R\$ 530 bilhões.

Esse avanço econômico é acompanhado por indicadores expressivos de qualidade de vida. Santa Catarina, com 8,19 milhões de habitantes, tem o 3º melhor IDH do Brasil (0,792) e o 5º melhor rendimento mensal médio per capita (R\$ 2.544). No campo educacional, lidera o país no IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental (6,4) e figura em 4º lugar nos anos finais (5,2), resultados atribuídos a investimentos contínuos em políticas públicas, inovação e produtividade.

O bom desempenho do Estado evidencia uma sociedade dinâmica e em transformação, impondo às instituições públicas o desafio de responder às suas demandas com eficiência e modernização. O crescimento econômico, demográfico e a diversificação produtiva aumentam a complexidade das relações sociais, elevando o índice de litigiosidade e ampliando a necessidade de instituições modernas, acessíveis e eficazes — especialmente no âmbito da Justiça.

Para acompanhar essa evolução, o Poder Judiciário de Santa Catarina investe em transformação digital, aprimoramento da governança e valorização de servidores e magistrados. Esse compromisso se reflete em uma Justiça mais eficiente e alinhada com as demandas da população. Destaca-se, ainda, a ampliação do acesso à Justiça por meio da criação de novas unidades judiciais em diferentes regiões do território catarinense, o que fortalece a presença institucional e facilita o atendimento ao cidadão.

Santa Catarina em números:

- **População estimada** (IBGE 2025): 8.187.029 milhões
- **PIB estadual** (projeção 2024 – Seplan/SC): R\$ 530 bilhões – 6º maior PIB do Brasil
- **Rendimento médio domiciliar per capita** (2024 – IBGE/PNAD): R\$ 2.544 mensais – 3º maior do país
- **IDH** (2021 – PNUD/IBGE): 0,792 – 3º melhor do país
- **IDEB** (2023 – INEP/MEC):
Anos iniciais do Ensino Fundamental: 6,4 – melhor do Brasil
- Anos finais do Ensino Fundamental: 5,2 – 4º melhor do Brasil
- **Extensão territorial:** 95.730 km²
- **Municípios:** 295



CAPILARIDADE E FORÇA DA JUSTIÇA CATARINENSE

Presença ampla, estrutura sólida e equipes que sustentam atuação em todo o Estado.

O Poder Judiciário de Santa Catarina está presente em todos os 295 municípios do Estado, com atuação próxima e contínua junto à população. Com mais de 12 mil colaboradores, reúne uma robusta estrutura humana e tecnológica para dar resposta às demandas sociais e econômicas em constante crescimento. Os dados a seguir mostram sua organização judiciária, infraestrutura física e digital e a força de trabalho que sustenta sua atuação em todo o território catarinense.

TJSC - ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA (2025)

- Capilaridade: presença institucional em todos os 295 municípios do Estado
- Comarcas instaladas: 113 (incluindo Guabiruba, instalação em 2025 no mapa Judiciário catarinense)
- Unidades judiciais: aproximadamente 400, todas 100% digitais
- Núcleos da Justiça 4.0: 7
- Pontos de Inclusão Digital (PIDs):
 - 41 já instalados em fóruns e casas de cidadania
 - 91 PIDs em instalação em cartórios extrajudiciais
 - Total: 132 PIDs distribuídos em toda Santa Catarina

TJSC - ESTRUTURA PREDIAL E TECNOLÓGICA (2025)

- Edificações judiciais: 156 (fóruns, sede administrativa e anexos)
- Área construída: 329 mil m²
- Usuários ativos em sistemas institucionais: 110 mil
- Estações de trabalho computadorizadas: 14 mil
- Datacenters: 3 datacenters internos, com cerca de 800 servidores de aplicação e banco de dados
- Dados ativos armazenados: 1.900 TB

Fonte: Portal Institucional TJSC, Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2025, Relatório de Gestão TJSC.

TJSC - FORÇA DE TRABALHO (2025)

- Desembargadores: 108
- Juízes de 2º Grau: 20
- Juízes de 1º Grau: 401
- Juízes Substitutos: 31
- Servidores efetivos: 5.992
- Servidores comissionados: 1.434
- Estagiários e residentes: 2.478
- Outros auxiliares (permanentes ou temporários): 659
- Terceirizados: 1.721
- Total geral de colaboradores: 12.824 pessoas

Fonte: Portal Notícias TJSC (nov/2025) Justiça em Números 2025 (CNJ).



EFICIÊNCIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÃO IMPULSIONAM AVANÇOS

Gestão entrega prestação jurisdicional mais célere, moderna e transparente.

A gestão 2024-2026 no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sob a presidência do desembargador Francisco Oliveira Neto, foi um período de modernização institucional, fortalecimento da eficiência judicial e avanço na Comunicação estratégica, com foco permanente no cidadão e na entrega de resultados concretos. Desde a eleição e a posse da diretoria, a administração

do Tribunal adotou uma agenda com 70 diretrizes estratégicas, distribuídas em três eixos estruturantes: institucional, judicial e administrativo. Essa base orientou todas as ações da gestão, sustentando decisões estratégicas e o enfrentamento de desafios históricos, como o alto volume de processos e a busca por maior celeridade na prestação jurisdicional.

Ela evidenciou também os principais objetivos definidos: (1) qualificação da prestação jurisdicional; (2) uso de tecnologia para celeridade processual; (3) redução de acervos; (4) fortalecimento da governança orçamentária e (5) inovação na gestão de pessoas. Além disso, o plano reforçou diretrizes de planejamento estratégico e responsabilidade fiscal, valorização e desenvolvimento de pessoas, gestão socioambiental e sustentabilidade, e ampliação da transparência e do diálogo com a sociedade.

Desde o início, a administração partiu de uma premissa clara: enfrentar o desafio histórico do excesso de processos e da lentidão nas decisões judiciais. Apostou forte em celeridade e em mecanismos inovadores para garantir que a Justiça catarinense fosse cada vez mais rápida e eficiente.

Entre as primeiras medidas, figuraram a consolidação e a ampliação das Câmaras Especiais de Enfrentamento de Acervos, o redesenho dos fluxos processuais e o fortalecimento das Turmas de Recursos — ações que, juntas, proporcionaram agilidade em todas as instâncias e reduziram significativamente o acervo de processos em tramitação.



Sem perder de vista a missão institucional de garantir direitos, o TJSC iniciou também uma revolução na gestão criminal, tornando-se referência nacional ao implantar e expandir as Varas Regionais de Garantias. Ao ter instaladas 17 unidades, sendo 16 em 2024-25, a gestão trouxe para Santa Catarina um modelo inovador, que descentraliza, qualifica e otimiza as decisões da fase pré-processual penal, promovendo rapidez e imparcialidade.

O ritmo de modernização tecnológica foi outro ponto alto do período. Apostou-se em soluções digitais criativas e eficientes: robôs de inteligência artificial, automação de rotinas e um novo patamar de segurança cibernética marcaram a rotina dos tribunais catarinenses. O uso de relatórios digitais interativos e a transparência de resultados aproximaram o Judiciário da população e reforçaram o compromisso institucional com o acesso à informação e o controle social.

Além disso, a busca pela eficiência caminhou lado a lado com o olhar atento para a participação social, a inclusão digital, a valorização de servidores e magistrados, e a ampliação das ações sociais — como demonstrado no apoio a entidades assistenciais e no incentivo à Justiça Restaurativa. O resultado dessa

atuação plural foi a consolidação de um TJSC mais humano, conectado com os desafios modernos e atento às necessidades reais da sociedade. Ao final de seu mandato, desembargador Francisco de Oliveira Neto e sua equipe deixam como legado uma Justiça catarinense renovada, com bases sólidas de transparência, eficiência e participação.

QUADRO-RESUMO:

EIXO ESTRATÉGICO	PRINCIPAIS AÇÕES E RESULTADOS
Celeridade e Redução de Acervo	Ampla reforma dos fluxos processuais, fortalecimento das Câmaras Especiais e Turmas de Recursos, expressivo recuo no número de processos em tramitação. Adoção de estratégias para acelerar julgamentos e diminuir o volume de processos em tramitação.
Regionalização da Justiça Criminal	Instalação e ampliação das Varas Regionais de Garantias; política de descentralização que transformou Santa Catarina em referência nacional em celeridade criminal.
Inovação tecnológica e Governança digital	Implantação de soluções digitais, automação, robôs de inteligência artificial e segurança cibernética; relatórios digitais interativos e transparência de resultados.
Planejamento estratégico e Responsabilidade fiscal	Alinhamento das ações à sustentabilidade orçamentária e ao Plano Estratégico 2021–2026.
Valorização e participação	Inclusão digital, capacitação contínua de magistrados e servidores com foco em produtividade e bem-estar institucional, políticas de saúde e assistência, fomento ao diálogo com a sociedade e ampliação de canais de comunicação.
Gestão socioambiental e Sustentabilidade	Políticas voltadas à eficiência energética, gestão de resíduos e redução de impactos ambientais.
Transparência e Comunicação Institucional	Fortalecimento da governança informacional e da prestação de contas à sociedade. Comunicação passa a ser estratégica no dia a dia e nos avanços do Judiciário catarinense, acompanhando a dinâmica de tempos de grande transformação social.
Modernização administrativa	Reorganização de estruturas e fluxos internos para mais eficiência e integração entre unidades.
Aprimoramento da prestação jurisdicional	Qualificação das decisões e expansão das Varas Regionais de Garantias e das Divisões de Tramitação Remota.
Ações Sociais e Justiça Restaurativa	Expansão do programa PJSC Social, repasses a entidades assistenciais e incentivo prático à Justiça Restaurativa para promoção da paz social.
Aproximação com a sociedade	Ampliação do acesso digital, inclusão de minorias e fortalecimento de cidadania e de justiça social





Tribunal de Justiça de Santa Catarina

03

EFETIVIDADE

- 3.1 Governança em movimento: ética e modernização.....40
- 3.2 Judiciário catarinense ganha em eficiência.....44
- 3.3 Integração reduz 32% das execuções fiscais.....48
- 3.4 Reforço prevê cooperação e gestão no 1º grau.....52
- 3.5 Câmaras especiais em ação.....56
- 3.6 Alterações relevantes na estrutura marcam a gestão.....60
- 3.7 Pioneirismo, referência e 17 unidades instaladas.....62
- 3.8 Segurança e tecnologia no combate à criminalidade.....66
- 3.9 Redesenho da estrutura tem base na centralização.....70
- 3.10 Modernização alavanca Justiça fazendária.....74
- 3.11 Cobrança inteligente já mostra resultados.....76
- 3.12 Cooperação em rede: unindo forças pelo cidadão.....78
- 3.13 Reforço na estrutura acompanha demanda crescente.....82
- 3.14 Decisões mais ágeis e com respaldo científico.....86
- 3.15 Um clique na Justiça.....90
- 3.16 TJSC libera R\$ 5,1 bilhões à economia catarinense.....94
- 3.17 SC renova compromisso com penas justas.....98
- 3.18 Execução penal ganha mais agilidade.....102
- 3.19 Mérito e transparência na seleção de talentos.....106



GOVERNANÇA EM MOVIMENTO: ÉTICA E MODERNIZAÇÃO

Atuação orientada por integridade e aprimoramento contínuo marca administração.

A governança institucional e as boas práticas ganharam protagonismo estratégico no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) ao longo da gestão 2024-2026, em sintonia com as tendências nacionais e exigências do sistema judicial brasileiro. Em 2024, o TJSC aprovou o novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC 2025-2026),

elaborado pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação (CGovTI).

O plano alinha o tribunal às diretrizes nacionais do CNJ e garante que os investimentos em tecnologia e inovação estejam diretamente ligados ao planejamento estratégico institucional, consolidando o compromisso com as melhores práticas de eficiência administrativa e transparência.

“ Governança é a base da nossa gestão. Ao fortalecer estruturas, aprimorar controles e garantir transparência, entregamos uma Justiça mais preparada, confiável e responsável para toda Santa Catarina. As boas práticas refletem o compromisso real do TJSC com a sociedade. ”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente TJSC.



3.1 MELHORES PRÁTICAS

MELHORIA CONTÍNUA - No mesmo período, o tribunal formalizou adesão ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), ampliando a adoção de práticas reconhecidas internacionalmente. Estruturou novos comitês e grupos técnicos, entre eles o Comitê Permanente de Gestão e Desempenho, responsável por supervisionar resultados e promover melhorias contínuas.

“A governança sólida é vetor para inovação, eficiência e prestação de contas. O PDTIC, os novos modelos de auditoria e a adesão ao IBGC demonstram que o TJSC está alinhado com os melhores padrões mundiais – sempre com olhar para resultados e para o cidadão”, afirma o diretor de Tecnologia da Informação do TJSC Daniel Moro de Andrade.

O TJSC também institucionalizou o “Modelo das Três Linhas” de governança, risco e controle. Dessa forma, fortaleceu a separação clara entre gestão operacional, monitoramento/conformidade e auditoria independente — medida que aperfeiçoa rotinas de controle, indicadores de desempenho e sistemas de prevenção de riscos. Seus efeitos já são visíveis na produtividade da auditoria interna, na padronização de processos e no fortalecimento da transparência, confirmados em relatórios públicos de gestão.

A cultura de boas práticas se refletiu em ações concretas de sustentabilidade institucional, gestão eficiente de resíduos, desburocratização de procedimentos e digitalização de serviços. Esses avanços consolidaram o TJSC entre os tribunais mais eficientes do país, segundo o Justiça em Números 2025 do CNJ.

DESTAQUES – TJSC (2024-2025)

- Aprovação do PDTIC 2025-2026: diretrizes nacionais, segurança e inovação em TI;
- Adesão ao IBGC: referência internacional em governança corporativa;
- Criação do Comitê Permanente de Gestão e Desempenho: supervisão contínua e melhoria dos resultados;
- Implantação do Modelo das Três Linhas: separação entre gestão, conformidade e auditoria;
- Aumento na produtividade da Auditoria Interna: crescimento expressivo em controles e transparência;
- Relatórios públicos de sustentabilidade e eficiência: padronização de processos, redução de custos operacionais.



JUDICIÁRIO CATARINENSE GANHA EM EFICIÊNCIA

Mesmo com forte demanda tribunal, mantém desempenho célere e efetivo.

“ Os resultados refletem uma gestão orientada por dados e cooperação. Cada decisão rápida e qualificada significa mais justiça e confiança para o cidadão catarinense. ”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente do TJSC.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina bateu recordes e liderou a produtividade nacional em 2024, consolidando trajetória de avanços também nos indicadores parciais de 2025. Segundo dados, o TJSC registrou em 2024 um crescimento expressivo no número de processos julgados. Foram 1,67 milhão, o que garantiu à corte catarinense o maior Índice de Produtividade dos Magistrados

(IPM) do país entre tribunais de médio porte (chegando a 3.281) e o quinto lugar geral, 22% acima do resultado do ano anterior e 27% acima da média nacional.

No mesmo período, o tribunal lidou com uma forte demanda: 1,28 milhão de casos novos, sendo o quarto mais litigioso entre tribunais médios e o sétimo no ranking nacional.



Apesar do aumento da carga de trabalho líquida por magistrado, que chegou a 8.011 processos, a produtividade dos servidores (IPS) também cresceu 16%, colocando o TJSC 35% acima da média dos tribunais de porte médio.

Nos dados parciais do primeiro semestre de 2025, a eficiência foi mantida: magistrados julgaram 141 mil processos de janeiro a junho, aumento de 31% frente ao mesmo período de 2022, e conseguiram nova redução de mais de 15 mil processos no acervo em relação a 2024, consolidando uma queda acumulada de 48% no acervo líquido desde 2022.

O TJSC segue no ritmo de cerca de média de 12 processos julgados por magistrado, por dia útil, mantendo a prestação jurisdicional ágil e responsiva, com projeção do Núcleo de Estatística de novas baixas até o fim do ano e tempo ainda menor para solução dos casos judiciais.

De acordo com o presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, "os resultados refletem o compromisso da instituição com a modernização e a eficiência. A produtividade não é um fim em si mesmo. É o reflexo de planejamento, cooperação e compromisso com uma Justiça acessível e efetiva."

IMPACTOS - O impacto direto desse desempenho foi a aceleração do andamento processual. Em 2024, o TJSC conseguiu reduzir a taxa de congestionamento total para 66,1% e a líquida para 58,8%, tornando os fluxos mais dinâmicos e ampliando a eficiência da prestação jurisdicional.

O Índice de Atendimento à Demanda (IAD) fechou o ano em 114%, indicando que foram baixados significativamente mais processos do que os novos recebidos. O tempo médio de tramitação dos casos pendentes caiu um mês e o giro do acervo foi reduzido de 2,5 anos para um ano e onze meses.

A elevação da produtividade traz efeitos diretos ao usuário da Justiça catarinense: menor tempo de espera, previsibilidade nas decisões e maior qualidade nas sentenças.

LITIGIOSIDADE - O crescimento da litigiosidade em 7% na última gestão foi um grande desafio enfrentado pelo TJSC, chegando à média de 871 novos processos ajuizados por hora. Para manter o equilíbrio, o tribunal investiu em múltiplas frentes.



→ **Turmas Recursais especializadas**, que atingiram recorde de 36,5 mil processos julgados em 2024;

→ **Mutirões processuais**, como o Mês do Arquivamento, em que o clearance (superávit entre julgados e entrados) ultrapassou 100%;

→ **Câmaras de Enfrentamento**, voltadas a pautas cíveis e comerciais de maior volume;

→ **Sistema de Jurisdição Ampliada (JA)**, que redistribuiu carga de trabalho entre juízos sem novas criações de varas;

→ **Regime de Cooperação**, com 300 servidores mensais atuando no apoio interunidades.

Além disso, o corregedor-geral, desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli, ressaltou a importância do impacto positivo das soluções de automação e tecnologia para aprimorar o desempenho judicial no período. Ele destaca os robôs de apoio à movimentação processual, que contribuíram para elevar a produtividade, fortalecer o 1º e 2º graus, e garantir maior qualidade no atendimento à sociedade.

"Ao proporcionar economia, qualidade e celeridade, os robôs devem ser exaltados como excelentes práticas que refletem o compromisso genuíno do Judiciário catarinense com a eficiência e o apoio aos jurisdicionados.", afirmou Fornerolli.

DESTAQUES - TJSC (2024-2025)

- 1º lugar no ranking nacional de produtividade entre tribunais de porte médio;
- 5º lugar geral entre todos os tribunais estaduais do país;
- 3.281 IPM em 2025 (ano-base 2024) vs. 2.680 IPM em 2023;
- 1,665 milhão de processos julgados em 2024*2024;
- 843 processos julgados por hora útil em 2024;
- 771 processos ajuizados por hora útil em 2024;
- 887 processos ajuizados por hora útil no 1º semestre de 2025**.

INTEGRAÇÃO REDUZ 32% DAS EXECUÇÕES FISCAIS

Atuação conjunta de vários setores gera soluções práticas e sustentáveis para enfrentar o alto volume.

O Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC) reduziu mais de 315 mil execuções fiscais entre fevereiro de 2024 e novembro de 2025, o que representa queda de aproximadamente 32% no acervo. No início de 2024, eram cerca de 975 mil processos em tramitação; hoje são 660 mil, distribuídos entre 123 mil nas comarcas, 404 mil na Unidade Regional de Execuções Fiscais Municipais (UREF), 43 mil na Vara Estadual de Execuções Fiscais (VEFE) e 88 mil na Unidade Estadual de Execuções Fiscais de Baixo Valor.

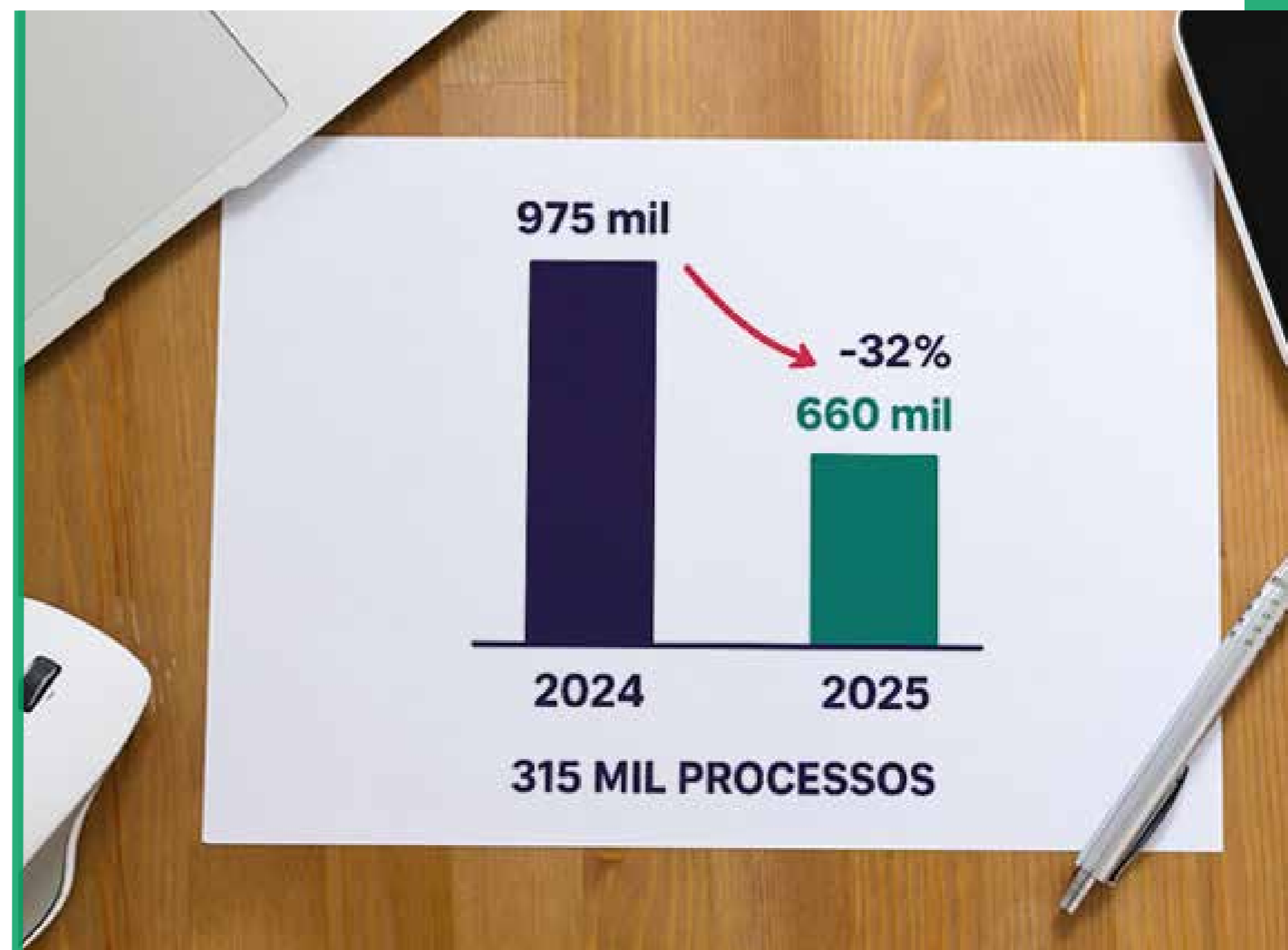
Coordenado pela Presidência do PJSC, com apoio da Diretoria de Suporte à Jurisdição de Primeiro Grau, do Núcleo

2 da Corregedoria-Geral da Justiça e da Assessoria de Planejamento (Asplan), o projeto adota uma estratégia integrada para enfrentar o alto volume de execuções fiscais. Entre as medidas, destacam-se a aplicação do entendimento do Supremo Tribunal Federal no Tema 1184, a Resolução n. 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a adoção de linguagem simples em documentos judiciais, o que dobrou o número de pessoas que quitaram seus débitos após a citação.

A criação de unidades especializadas consolidou esse novo modelo de atuação: a VEFE opera de forma 100% digital desde 2023, enquanto a Unidade Estadual de

Execuções Fiscais de Baixo Valor, instituída pela Resolução TJ n. 46/2024 e instalada em 3 de fevereiro, concentra processos de até R\$ 10 mil com atuação em ambiente virtual, no formato de Núcleo de Justiça 4.0. A racionalidade na cobrança é o eixo central da iniciativa: extinguem-se execuções em que o custo do

processo supera o valor do crédito, liberando magistrados e servidores para demandas com maior potencial de recuperação, sem renúncia ao crédito, que permanece passível de cobrança administrativa, como por meio de protesto e de programas de regularização fiscal.



Nesse contexto, o programa Acerta SC, desenvolvido em parceria entre o TJSC e o Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC), fortalece a cobrança extrajudicial e estimula a regularização antes da judicialização, reduzindo a litigiosidade e os custos para o sistema de Justiça. A Instrução Normativa n. TC-36/2024, do TCE/SC, complementa esse esforço ao estabelecer critérios para constituição, inscrição em dívida ativa e cobrança de créditos, promovendo gestão fiscal mais eficiente, redução de litígios e

arrecadação alinhada aos princípios da legalidade, economicidade e equidade.

Para o presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, a redução expressiva das execuções fiscais evidencia o compromisso do Judiciário catarinense com a eficiência, a sustentabilidade e o interesse público, ao encurtar o tempo de tramitação e entregar uma Justiça mais ágil, inteligente e resolutiva à sociedade.

“ **A redução expressiva das execuções fiscais demonstra o compromisso do Judiciário catarinense com a eficiência, a sustentabilidade e o interesse público. Com essas medidas, estamos também reduzindo o tempo de tramitação dos processos, o que reforça nosso empenho em garantir celeridade processual e prestação jurisdicional mais efetiva. Nosso foco é oferecer uma Justiça mais ágil, inteligente e resolutiva, que responda com qualidade às demandas da sociedade.** ”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente do TJSC.



REFORÇO PREVÊ COOPERAÇÃO E GESTÃO NO 1º GRAU

Modelo inovador beneficia cidadão ao valorizar uso racional da estrutura existente.

“ Ao valorizar a colaboração entre comarcas e evitar a criação de novas varas, tornamos o atendimento à sociedade mais ágil e equilibrado, sempre pautados por critérios técnicos e pelo acompanhamento da Corregedoria. ”

Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli, corregedor-geral de Justiça TJSC.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) consolidou em 2025 um de seus mais abrangentes programas de gestão judiciária: a Jurisdição Ampliada (JA). Idealizada em 2021 e testada em caráter piloto ao longo de 2024, a iniciativa transformou-se em programa permanente pela Resolução TJ n.º 43/2024, expandindo o alcance da jurisdição para comarcas de entrância final e para os Juizados Especiais da Grande Florianópolis.



O projeto representa uma das principais reformas estruturais do Judiciário catarinense da última década, ao alterar o modelo territorial de distribuição de processos novos e equalizar a carga de trabalho entre varas da mesma entrância. A incorporação entende-se como parte da 3ª etapa de expansão do programa (Resolução TJ n.º 43/2024) que determinou revisões e inclusões periódicas a partir de critérios técnicos de carga processual e densidade populacional.

Para o presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, “com a Jurisdição ampliada, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina consolida um novo paradigma de gestão territorial. Trata-se de uma inovação que valoriza o uso racional da estrutura existente e assegura atendimento mais uniforme à população, em qualquer região do Estado”, afirmou.

CONSOLIDAÇÃO - Após os resultados positivos do piloto de 2024 — quando o acervo do 1º grau caiu abaixo de três milhões de processos pela primeira vez em uma década — o programa entrou em nova fase em 2025. A partir de fevereiro, foram incluídas comarcas de entrância final e, no segundo semestre, o modelo foi expandido aos Juizados Especiais Cíveis de Florianópolis, São José e Palhoça (Resolução TJ n.º 11/2025). A medida refletiu estudos da Corregedoria-Geral da Justiça e atendeu à orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), consolidando uma rede regionalizada de jurisdição mais equilibrada e ágil.

Segundo a Corregedoria Geral de Justiça, uma equipe multidisciplinar de juízes auxiliares da própria Corregedoria e da Presidência do TJSC acompanha mensalmente a distribuição de novos processos para assegurar a proporcionalidade entre unidades e corrigir eventuais distorções do sistema de alocação de demandas.

RESULTADOS - Os impactos da Jurisdição Ampliada (JA) são expressivos. O programa contribuiu diretamente para a redução do acervo judicial e para a melhoria dos indicadores de produtividade do tribunal. Com a redistribuição automática via eproc, houve melhor aproveitamento das capacidades ociosas em comarcas menos demandadas e um fluxo processual mais regular em regiões congestionadas.

Segundo o corregedor-geral, desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli, “a Jurisdição Ampliada representa uma inovação estrutural sustentável, conferindo maior racionalidade e eficiência à distribuição da carga de trabalho entre as unidades judiciais”.

A lógica de “jurisdição compartilhada” entre unidades reforça a cooperação institucional e aumenta a celeridade na prestação jurisdicional, em consonância com os objetivos estratégicos do TJSC de modernização e eficiência.



O QUE É:

O Programa Jurisdição Ampliada (JA) constitui base da reorganização territorial da justiça de 1º grau, alicerçado em resoluções do próprio tribunal e no acompanhamento direto da Presidência e da Corregedoria. Institucionalmente, a Jurisdição Ampliada (JA) permite que juízes de comarcas de vara única ou de entrância inicial passem a exercer jurisdição de forma concorrente sobre causas de municípios vizinhos. Isso significa que ações novas podem ser distribuídas para unidades de diferentes localidades, reduzindo assimetrias e sobrecargas entre comarcas de igual competência. O mecanismo evita a criação de novas varas físicas, aproveitando melhor as estruturas já existentes, com base legal na Resolução TJ n.º 15/2021.

JA EM NÚMEROS

- 49 comarcas de vara única integram o Programa de Justiça Ampliada em 2025;
- 6 novas comarcas incorporadas ao longo da gestão (2024-2026): Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, Descanso, Garuva, Lebon Régis e Turvo;
- Acervo do 1º grau abaixo de 3 milhões de processos desde 2024;
- Expansão para entrância final e juizados especiais a partir de 2025.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Equalizar a carga de trabalho entre comarcas de mesma entrância;
- Evitar necessidade de criação de novas varas físicas, usando melhor as estruturas existentes;
- Aumentar a celeridade processual e melhorar indicadores de produtividade;
- Promover cooperação intercomarcas, evitando ilhas de sobrecarga e subutilização;
- Modernizar o modelo territorial de jurisdição, acompanhando mudanças demográficas e de distribuição de demandas.

VANTAGENS

- Redução do acervo geral do 1º grau (queda abaixo de 3 milhões de processos em 2024);
- Descongestionamento de comarcas sobrecarregadas e melhor aproveitamento das comarcas com menor volume;
- Maior previsibilidade e regularidade na tramitação processual;
- Flexibilidade administrativa, pois permite ajustes por ato normativo sem reformas estruturais caras;
- Base para expansão digital, integrando-se bem com sistemas como o eproc, que permite distribuição mais ágil.

CÂMARAS ESPECIAIS EM AÇÃO

Especialização e foco estratégico reduzem acervos e aceleram a entrega da Justiça.



A redução de processos foi prioridade no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) durante a gestão 2024-2026. Entre março de 2022 e março de 2025, o tribunal eliminou cerca de 365 mil processos do acervo total — resultado de uma política contínua de gestão e eficiência. Parte expressiva desse avanço veio com o impulso das Câmaras Especiais de Enfrentamento, criadas em 2024 para acelerar julgamentos e reduzir o acúmulo de processos no 2º grau.

O impacto foi imediato: só no primeiro trimestre de 2025, o TJSC registrou redução de 28 mil processos no acervo

total e 26 mil no acervo líquido. No mesmo período, bateu recorde histórico de 396 mil julgamentos, um aumento de 13,5% em relação ao ano anterior. A demanda, porém, segue elevada, com 871 novos processos por hora útil chegando à Justiça catarinense.

As câmaras atuam de forma concentrada sobre os gargalos, com equipes dedicadas e avaliação permanente dos resultados. Cada magistrado julga, em média, 12,44 processos por dia útil, garantindo mais agilidade e previsibilidade à prestação jurisdicional.

Para o presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, o segredo está na boa gestão dos recursos: “O Judiciário catarinense está conseguindo absorver, acompanhar e reduzir o volume processual. A estratégia é otimizar o que já temos, com um trabalho integrado entre todas as administrações.”

O corregedor-geral, desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli, acrescenta: “A especialização das câmaras e a dedicação dos magistrados atacam os gargalos certos, trazendo mais qualidade e rapidez para o cidadão.”



3.5 ENFRENTAMENTO

O modelo, que já serve de referência para outros tribunais do país, mostra que eficiência também é inovação: processos tramitam com mais velocidade, o acervo diminui e a Justiça se torna mais acessível.

COMO FUNCIONA - A estratégia de enfrentamento envolve redistribuição de matérias, corpo integrado de desembargadores e acompanhamento constante do desempenho, o que elevou o índice de julgamentos por magistrado e aumentou a proporção de decisões unipessoais no tribunal.

O presidente reforça que o avanço é resultado de iniciativas acumuladas ao longo de gestões anteriores, aprimoradas pela atual administração. O corregedor destaca a integração técnica e a especialização dos colegiados, que tornaram o enfrentamento mais preciso e eficiente.

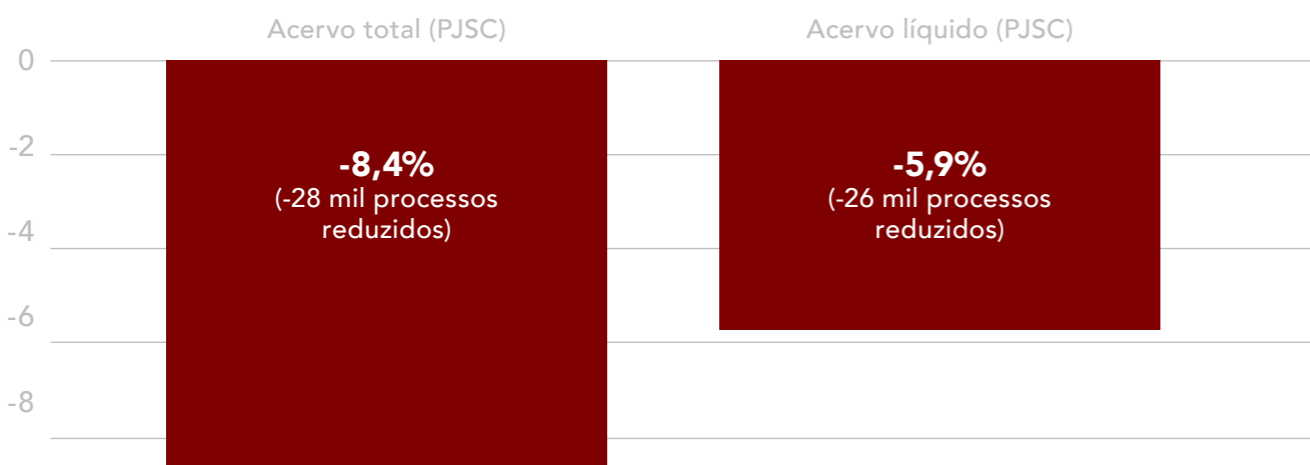
HISTÓRICO - Criadas em 2024, as Câmaras Especiais de Enfrentamento de Acervos nasceram para atacar diretamente o acúmulo de processos no 2º grau. A 1ª e a 2ª Câmaras Especiais, instituídas pela Resolução GP nº 73/2024, receberam acervos redistribuídos das câmaras de Direito Civil. Já a 3ª Câmara Especial, criada pela Resolução GP nº 82/2024, foi instalada em novembro do mesmo ano com cerca de 10 mil processos inicialmente vinculados a outras unidades.

Com o fortalecimento dessas estruturas, o TJSC consolidou uma nova cultura de gestão judiciária, unindo planejamento, monitoramento e especialização para entregar uma Justiça mais rápida, inteligente e próxima do cidadão.



Redução percentual do acervo do PJSC no 1º trimestre de 2025 em relação a 2024

Queda em ambos indicadores de acervo processual



Histórico

Mês	Descrição
Março / 2024	Ato Regimental Nº 3 institui a 3ª Câmara Especial de Enfrentamento de Acervos, para redistribuir processos pendentes nas câmaras de Direito Civil.
Abril / 2024	Instalação das Câmaras Especiais para tratar o estoque processual acumulado
Outubro / 2024	Resolução GP nº 73/2024 define atribuições e redistribuição de acervos para a 1ª e 2ª Câmaras Especiais.
Novembro / 2024	Resolução GP nº 82 redistribui acervos para a 3ª Câmara Especial.

Competências

Câmaras	Descrição
1ª Câmara Especial	Compete processar e julgar recursos nas áreas de Direito Civil e Direito Comercial, especialmente contratos, obrigações, prestação de serviços, alienação fiduciária, contratos de consumo, direitos do consumidor e questões envolvendo títulos de crédito (cheques, duplicatas, notas promissórias).
2ª Câmara Especial	Focada em recursos de Direito Civil — com ênfase em matérias não relacionadas a instituições financeiras, como bancos e cooperativas de crédito —, abrangendo temas como obrigações civis, relações contratuais, responsabilidade civil, entre outros.
3ª Câmara Especial	Atua sobre processos pendentes, predominantemente na área de Direito Civil e Comercial, anteriormente em tramitação nas câmaras comuns, recebendo até 10 mil processos no momento da instalação em novembro de 2024.

ALTERAÇÕES RELEVANTES NA ESTRUTURA MARCAM A GESTÃO

Reorganização amplia eficiência, ajusta competências e melhora o fluxo processual em todo o Estado.

Durante a gestão 2024-2026, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) realizou diversas alterações importantes na estrutura de suas varas judiciais, abrangendo varas bancárias, de família, criminais e regionais de garantias. Essas mudanças refletem um esforço contínuo para adequar a organização judicial às demandas atuais, promovendo maior eficiência, especialização e agilidade nos processos.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES E CRIAÇÕES

1. Varas Regionais de Garantias

O TJSC expandiu o modelo das Varas Regionais de Garantias, controlando a legalidade das investigações e garantindo os direitos dos investigados. Até o final de 2025, a meta é instalar 17 unidades regionais, consolidando um sistema pioneiro no país.

2. Varas Bancárias

Houve alterações na designação e competências das varas bancárias, em especial em Joinville, onde foi feita a transformação para dar suporte à criação da Vara Regional de Garantias, com adequações para preservar o atendimento das demandas bancárias.

3. Varas de Família e Criminal

Os fluxos processuais foram redesenhados para acelerar as decisões e reduzir o acervo, aprimorando o atendimento em varas de família e criminais, incluindo a criação ou readequação de varas especializadas.

4. Outras mudanças em varas especializadas

Foram realizadas mudanças nas competências das Varas Regionais de Falências e Recuperações Judiciais nas comarcas da Capital, Concórdia e Jaraguá do Sul.





PIONEIRISMO, REFERÊNCIA E 17 UNIDADES INSTALADAS

Sociedade tem respostas mais rápidas com o novo modelo que padroniza procedimentos.

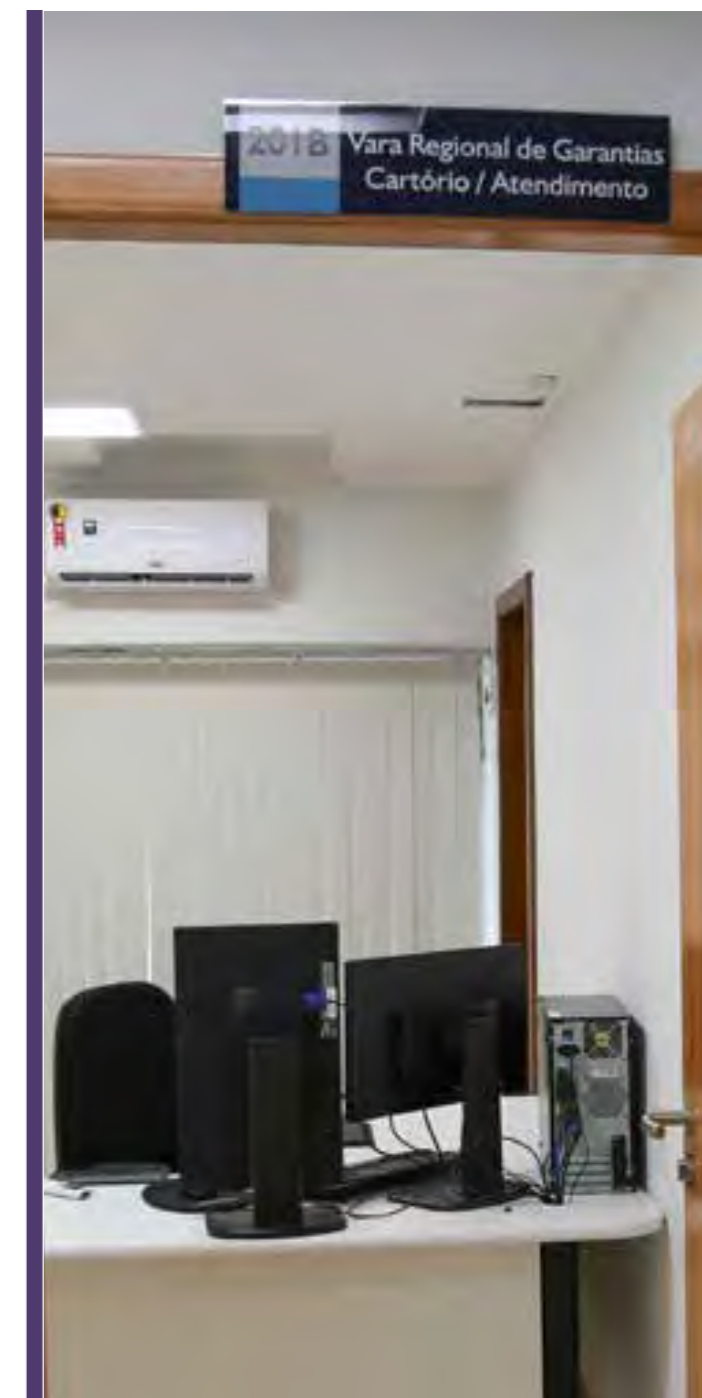
“**As Varas Regionais de Garantias são um marco histórico. Com esse modelo, promovemos racionalização, padronização dos procedimentos e conseguimos dar respostas mais rápidas à sociedade, sobretudo nos temas criminais e nas audiências de custódia.**”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente TJSC.

O Poder Judiciário de Santa Catarina conta hoje com cerca de 400 unidades jurisdicionais em funcionamento, das quais 17 são Varas Regionais de Garantias (VGRs), instaladas na sua maioria – 16 – ao longo da gestão 2024-2026. Um redesenho de forma profunda da etapa investigatória da Justiça criminal catarinense. Esse movimento revela não apenas expansão estrutural mas, sobretudo, um salto na produção e entrega de valor à sociedade, com foco em eficiência, proteção de direitos e segurança jurídica.

PIONEIRISMO - A iniciativa de criação das VRGs foi pioneira no país com a inauguração, em dezembro de 2023, da Vara Regional de Garantias de Rio do Sul, primeira do Brasil a receber oficialmente essa denominação. Foi um ponto de inflexão institucional ao inaugurar um novo modelo de atuação na fase pré-processual do sistema de Justiça criminal, estruturado para qualificar o controle da legalidade e a tutela dos direitos fundamentais.

O juízo de garantias tem como atribuição central o controle da legalidade dos procedimentos investigatórios, assegurando a proteção dos direitos individuais dos investigados. Sua competência se estende por toda a fase do inquérito policial, excetuando os casos relacionados ao Tribunal do Júri e à violência doméstica. Entre suas atribuições estão as audiências de



custódia, a apreciação de representações criminais, medidas cautelares e de bloqueio ou apreensão de bens, pedidos de prisão e de liberdade, além de quebras de sigilo de dados e telefônicos, entre outros procedimentos essenciais para a investigação.



A criação das VGRs teve impacto direto na eficiência e na agilidade da Justiça criminal. Ao centralizar decisões da fase investigativa em estruturas especializadas, o modelo adotado em Santa Catarina, promoveu ganhos significativos de celeridade, padronização processual e racionalização de recursos. Essa abordagem regionalizada permitiu uma atuação mais coordenada e uniforme, transparente, fortalecendo o sistema de garantias e a imparcialidade das decisões.

EXPANSÃO - Em apenas dois anos (2024 e 2025) o projeto avançou de forma acelerada. Santa Catarina implantou 16

varas regionais de garantias, de um total de 17, abrangendo todos os polos do Estado. A rápida expansão consolidou um sistema coeso, capaz de servir de referência para outros tribunais brasileiros. O TJSC passou a ser reconhecido nacionalmente pela criação do primeiro modelo regionalizado de juízo de garantias, com resultados concretos e replicáveis. “Nós estamos mexendo com a competência de 154 unidades das cerca de 400 existentes no Judiciário catarinense. Somos pioneiros nesta grande transformação. Este novo modelo de justiça criminal está dando resultado à população do Brasil”, afirmou o presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto.

VANTAGENS

1.Redução de tempo e de acúmulo processual

As varas regionais concentram os atos do chamado “juiz das garantias”, responsável apenas pela etapa pré-processual (prisões, mandados e medidas cautelares). Essa especialização reduz o acúmulo de processos nas varas criminais tradicionais, separando a fase investigativa do julgamento, e agilizando essa primeira fase, já que decisões urgentes passam a ser tomadas por juízos dedicados a esse tipo de demanda. O modelo permitiu que juízos especializados lidassem exclusivamente com as decisões pré-processuais, o que agilizou as investigações e audiências de custódia, já ultrapassando 7.400 realizadas em apenas um ano.

2.Logística e eficiência operacional

O formato regional é também se traduz em uma medida logística significativa e econômica, pois otimiza transporte, condução de presos e realização de exames periciais. Com menos deslocamentos de autoridades e maior uso de tecnologia, a tramitação torna-se mais ágil e segura.

3.Celeridade e uniformização de decisões

O sistema trouxe celeridade às ações penais e uniformização de procedimentos, evitando decisões divergentes entre comarcas distintas.

4.Fortalecimento da imparcialidade judicial

Outro ponto positivo destacado foi o reforço da imparcialidade judicial. Como o juiz das garantias não participa da fase de julgamento, evita-se influência das decisões tomadas durante a investigação. O modelo permite uma análise técnica, independente e isenta dos fatos penais.

Nº	Comarca/Região	Instalação	Abrangência
1	Rio do Sul	14/12/2023	Rio do Sul, Acurra, Agronômica, Aurora, Apiúna, Atalanta, Braço do Trombudo, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Leoberto Leal, Lontras, Mirim Doce, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rodeio, Salete, Santa Terezinha, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meireles, Witmarsum.
2	Balneário Camboriú	02/04/2024	Balneário Camboriú, Camboriú, Itapema, Porto Belo, São João Batista, Tijucas.
3	Itajaí	28/05/2024	Itajaí, Balneário Piçarras, Brusque, Navegantes, Penha
4	Florianópolis (Capital)	30/05/2024	Florianópolis, Santo Amaro da Imperatriz, São José, Biguaçu, Palhoça.
5	Blumenau	05/06/2024	Blumenau, Gaspar, Indaial, Pomerode e Timbó.
6	Joinville	09/07/2024	Joinville, Garuva e Itapoá.
7	Lages	25/07/2024	Lages, Curitiba, São Joaquim, Urubici, Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul e Otacílio Costa.
8	Caçador	04/09/2024	Caçador, Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Fraiburgo, Herval d'Oeste, Joaçaba, Tangará, Treze Tílias e Videira.
9	Criciúma	29/10/2024	Criciúma, Araranguá, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Sombrio, Turvo.
10	Chapecó	12/11/2024	Chapecó, Coronel Freitas, Palmitos, Quilombo, São Carlos e Xaxim.
11	São José	26/11/2024	São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz.
12	Mafra (Planalto Norte)	26/02/2025	Mafra, Canoinhas, Itaiópolis, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho e São Bento do Sul.
13	Concórdia	15/04/2025	Concórdia, Seara, Ipumirim, Arabutã, Lindóia do Sul, Irani.
14	São Miguel do Oeste	24/04/2025	Anchieta, Campo Erê, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Maravilha, Mondai, Palmitos, Pinhalzinho, Riqueza, São Carlos e São Miguel do Oeste.
15	Imbituba Região Sul	12/05/2025	Anchieta, Campo Erê, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Maravilha, Mondai, Palmitos, Pinhalzinho, Riqueza, São Carlos e São Miguel do Oeste.
16	Tubarão	13/05/2025	Abrangência integrada à de Imbituba e Região Sul, totalizando 20 municípios.
17	Jaraguá do Sul	21/08/2025	Jaraguá do Sul, Araquari, Barra Velha, Guaramirim, Pomerode, São Francisco do Sul, Timbó.



SEGURANÇA E TECNOLOGIA NO COMBATE À CRIMINALIDADE

Estrutura moderna tem alcance estadual no enfrentamento ao crime organizado.

“O Judiciário catarinense respondeu aos novos desafios da criminalidade com coragem e inovação, consolidando uma estrutura segura e funcional.”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente TJSC.

“Eficiência e segurança caminham juntas nesta nova unidade, que simboliza a maturidade institucional do TJSC.”

Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli, corregedor-geral de Justiça.

Tribunal de Justiça de Santa Catarina estreou, em junho de 2025, um novo capítulo no combate ao crime organizado. A recém-instalada Vara Estadual de Organizações Criminosas, com sede

em Florianópolis e alcance em todo o Estado, reúne cinco juízes e 35 servidores para julgar casos de tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e outros delitos ligados a facções.

O volume de trabalho já começou alto: mais de 2.000 processos foram atribuídos logo no início, mostrando a demanda reprimida e o desafio enfrentado.

O presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, define a aposta: “Criamos uma estrutura para enfrentar a criminalidade complexa com segurança e tecnologia. A resposta é rápida e robusta, do tamanho do desafio que temos diante de nós”, diz ele. A concentração da vara na capital não é por acaso: Florianópolis responde por quase um terço das ações relacionadas a organizações criminosas em Santa Catarina.

Tecnologia e proteção são palavras de ordem na nova unidade. As audiências são todas por videoconferência, usando sistemas capazes de distorcer voz e imagem de magistrados, servidores e testemunhas, além de garantir anonimato e acompanhar tudo por inteligência artificial.

O corregedor-geral, desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli, destaca: “Aqui, eficiência, rapidez, proteção e segurança jurídica andam juntas. A vara é estratégica para blindar o Judiciário e focar na técnica sem abrir mão de independência.”



Na prática, a unidade concentra (com poucas exceções) todos os processos ligados a crimes de organização criminosa no Estado, tornando o combate mais ágil, equilibrado e seguro.

Para o cidadão catarinense, isso significa menos demora, decisões mais alinhadas e mais proteção a quem atua nos julgamentos — uma modernização inédita na rotina judicial em Santa Catarina.

DIÁLOGO INSTITUCIONAL - Após considerações de entidades jurídicas e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC) a dispositivos da Resolução 7/2025 — especialmente quanto ao anonimato e à publicidade dos atos judiciais —, o TJSC acolheu parcialmente as ponderações e publicou a Resolução 23/2025, modificando o artigo 9º para permitir a identificação institucional dos atos e reconhecimento da função exercida pelos magistrados.

Essa decisão reafirmou o compromisso do tribunal com a transparência e o equilíbrio entre segurança e direitos fundamentais.



MARCOS NORMATIVOS

Resolução TJ n.º 7/2025:

Cría a Vara Estadual de Organizações Criminosas

Resolução TJ n.º 23/2025:

Altera dispositivos sobre anonimato e juízo de garantias

ESTRUTURA OPERACIONAL

Sede: Florianópolis

Jurisdição: Estadual

Magistrados: 5

Servidores: 35

Acervo inicial: 2.087 processos
(1.841 em andamento; 246 suspensos)



REDESENHO DA ESTRUTURA TEM BASE NA CENTRALIZAÇÃO

Investimento em tecnologia e estadualização da competência também marcam o novo modelo.

“ Santa Catarina fez uma opção há uns anos atrás que é, de certo modo, um resgate histórico. A estadualização das varas bancárias representa uma modernização e, ao mesmo tempo, um retorno a um modelo de Justiça que coexistiu antes da Constituição de 1988. ”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente TJSC.

Em Santa Catarina, a Justiça bancária foi completamente redesenhada nos últimos dois anos. Entre 2024 e 2025, o Estado concentrou toda a demanda bancária em uma única unidade, a Vara Estadual de Direito Bancário, instalada na Capital. O

movimento dissolveu a antiga estrutura de 20 juízos regionais, cada um agora com juiz titular e equipe reforçada de assessores, acelerando o tempo dos julgamentos e trazendo mais equilíbrio à força de trabalho.

Parte essencial dessa transformação foi a estadualização da competência. Processos bancários que antes tramitavam em Blumenau, Anchieta, Itajaí, Balneário Camboriú, Jaraguá do Sul e Rio do Sul migraram para a nova vara. O resultado é uma Justiça mais uniforme, especializada e ágil — Santa Catarina tornou-se o primeiro Estado a alcançar esse padrão em todo o país.

Modernização não ficou apenas na estrutura física. O Tribunal criou a Divisão de Tramitação Remota de Direito Bancário (DTR), responsável por distribuir digitalmente os processos e reunindo, em ambiente remoto, equipes de

várias regiões. Essa automação aumentou ainda mais o ritmo e a eficiência das decisões judiciais.

Com o novo modelo, o cidadão e as empresas passaram a contar com julgamentos menos burocráticos, prazos reduzidos e respostas mais previsíveis. O impacto já é visível no dia a dia do setor: contratos são solucionados mais rapidamente, obrigações financeiras são julgadas com mais técnica, e o acesso remoto ao Judiciário.





AÇÕES

Redefinição das competências locais

Processos bancários das antigas varas em Blumenau, Anchieta, Itajaí, Balneário Camboriú, Jaraguá do Sul e Rio do Sul passaram a ser redistribuídos de forma concorrente (juiz titular e juiz especial), equilibrando os acervos e acelerando as decisões.

Mudança em Balneário Camboriú

A Vara Regional de Direito Bancário de Balneário Camboriú foi transformada em Vara Regional de Garantias.

Melhoria operacional

O TJSC também implementou uma Contadoria Especializada e aprimorou o Balcão Virtual para atendimento dos processos bancários, além de fortalecer a capacitação dos servidores desses setores — iniciativas celebradas pelo Fórum da OAB/SC.



VARAS BANCÁRIAS EM NÚMEROS

- 20 juízos bancários centralizados e unificados na Capital;
- Todos os juízos passaram a ter juiz titular e pelo menos quatro assessores;
- 143 mil processos bancários foram redistribuídos para a nova estrutura em Florianópolis com o objetivo de acelerar decisões e baixar o acervo;
- Cerca de 80% dos processos bancários do Estado passaram a tramitar exclusivamente nessa vara estadual;
- Competência estadualizada: Redistribuição de processos de pelo menos 6 grandes polos antes descentralizados, Blumenau, Anchieta, Itajaí, Balneário Camboriú, Jaraguá do Sul, Rio do Sul;
- Redução significativa nos prazos de tramitação dos processos, consolidando maior eficiência e padronização das decisões.

IMPACTOS

- Padronização e automação dos processos bancários;
- Redução de acervo e aumento de produtividade nas novas varas;
- Celeridade processual e melhor uso dos recursos humanos, com número equilibrado de juízes titulares e assessores;
- Maior segurança jurídica nas decisões de matéria bancária;
- Histórico de avanços: o modelo resgata aspectos do sistema de Justiça anterior à Constituição de 1988, conciliando tradição e modernidade tecnológica.



MODERNIZAÇÃO ALAVANCA JUSTIÇA FAZENDÁRIA

Gestão colaborativa, digitalização e reforço de equipe aceleram respostas no contencioso público.

“As Varas da Fazenda são o pulso do contencioso público. Quando elas funcionam bem, a sociedade percebe a presença efetiva da Justiça nas políticas sociais e na administração pública.”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente TJSC.

Modernização e gestão colaborativa deram novos rumos às Varas da Fazenda Pública de Santa Catarina em 2024 e 2025. O período foi marcado pela adoção do regime de cooperação judiciária e pela expansão do Programa de Gestão de Unidades Judiciais (PGU). Com a digitalização de rotinas e o reforço de equipes, os processos ganharam velocidade e previsibilidade no Estado. A reestruturação começou em 2023, quando o TJSC ajustou competências e fluxos para

equilibrar os acervos entre comarcas. Em 2024, a Resolução TJ n.º 25/2024 redefiniu as responsabilidades das unidades fazendárias e ampliou a capacidade de resposta no contencioso. Gabinetes passaram a compartilhar assessores e adotar indicadores padronizados, com destaque para resultados alcançados em Lages, Chapecó, Curitiba e Joinville, onde o reforço operacional reduziu o tempo de tramitação e acelerou encerramentos de processos.

Mais de 80 unidades de primeiro grau operam hoje com o regime de cooperação, que redistribui servidores conforme a demanda. Casos recentes, como a 2ª Vara da Fazenda Pública de Chapecó, beneficiaram-se do mecanismo durante junho e julho de 2025. O presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, resume: “A cooperação é a forma moderna de otimizar a Justiça. As Varas da Fazenda atendem temas sensíveis para a sociedade e precisam oferecer respostas rápidas e técnicas.”

Para o cidadão, o novo ciclo significa menos espera e mais transparência. Rotinas automatizadas e atendimento digital aumentaram a produtividade das equipes sem elevar custos. Unidades como a Vara

de Execuções contra a Fazenda Pública e Precatórios da Capital tornaram processos de pagamentos e requisições judiciais de créditos públicos mais ágeis, impactando diretamente o serviço público e a vida do catarinense.

Além disso, o uso de rotinas automatizadas e o apoio digital em atos de cartórios aumentaram a produtividade sem aumentar custos estruturais. Para o coordenador do Programa de Gestão de Unidades Judiciais, juiz Fernando Zancan Faria, “a mudança nas Varas da Fazenda mostra como a gestão de processos judiciais é também gestão de serviço público. A digitalização, a padronização de rotinas e a colaboração entre unidades demonstram que é possível ser eficiente e humano ao mesmo tempo.”



VARAS DA FAZENDA EM NÚMEROS

- + 80 unidades de 1º grau atendidas pela cooperação (2024–2025);
- 49 gabinetes com assessores dedicados à Fazenda Pública;
- PGU beneficiou todas as Varas da Fazenda da Capital e Lages em 2025;
- Redução média de 28 % no tempo de tramitação de processos fazendários.

“A institucionalização da gestão nas unidades judiciais fez das Varas da Fazenda um modelo de planejamento judiciário. Elas são exemplo de eficiência colaborativa no TJSC.”

Juiz Fernando Zancan Faria, coordenador do Programa de Gestão de Unidades Judiciais

COBRANÇA INTELIGENTE JÁ MOSTRA RESULTADOS

Tecnologia e racionalidade moldam justiça fiscal centrada em dados e impõem novo ritmo.

“**Com a Unidade de Execuções de Baixo Valor, Santa Catarina dá exemplo de governança fiscal judicial. A tecnologia resolve com responsabilidade o que por anos consumiu recursos sem resultado social.**”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente TJSC.

“**Esta é uma Justiça de dados e proporções reais, onde cada ação tem prioridade com base no benefício ao cidadão e na eficiência do sistema.**”

Juiz Ângelo Liberato Filho, coordenador da unidade.

A Justiça fiscal catarinense vive um novo ritmo com a Unidade Estadual de Execuções Fiscais de Baixo Valor. Criada em fevereiro de 2025, a estrutura centraliza digitalmente cobranças de débitos tributários inferiores a R\$ 10 mil, agilizando a tramitação e liberando as varas tradicionais para processos de maior impacto. Com fluxo todo eletrônico e gestão por indicadores em tempo real, a iniciativa já permitiu a redução de 130 mil processos fiscais no primeiro semestre de funcionamento.

Concebida como Núcleo de Justiça 4.0, a unidade opera via sistema eproc, integra equipes e permite decisões rápidas por critérios automatizados de antieconomicidade, conciliação ou protesto. “A nova unidade representa um salto de governança judicial. Aliamos tecnologia e racionalidade para enfrentar o excesso de execuções fiscais de pequeno valor”, destaca o presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto.

Santa Catarina acumulava cerca de 850 mil execuções fiscais de baixo valor em 2024, boa parte sem perspectiva de recuperação efetiva, totalizando mais de R\$ 1 bilhão em dívidas. O novo modelo distribui processos entre magistrados designados e prioriza acordos, extinção ou recuperação eficiente dos débitos. Para o juiz coordenador, Ângelo Liberato Filho, a estrutura equivale a uma esteira inteligente: “Aqui, não se trata só de avançar em números, mas de rever a lógica da cobrança judicial, tornando-a realista e sustentável.”

A Unidade Estadual sustenta sua atuação em três pilares: automação e padronização dos fluxos, articulação com órgãos como

CNJ, TCE e procuradorias, e eficiência social — ao priorizar créditos recuperáveis e liberar recursos para demandas judiciais mais relevantes.

GOVERNANÇA-O modelo está sustentado em três pilares de governança:

- Padronização e automação: workflows e algoritmos de priorização garantem uniformidade e transparência.
- Integração interinstitucional: articulação com o CNJ, TCE/SC, Procuradorias e CEJUSCs permite soluções híbridas (judiciais e administrativas).
- Eficiência social: prioriza a cobrança de valores viáveis, evitando litígios antieconômicos e liberando o Judiciário para casos de maior impacto.

Para o juiz Ângelo Liberato Filho, coordenador da Unidade Estadual, “a estrutura funciona como uma esteira inteligente de gestão fiscal. Não se trata apenas de reduzir o estoque, mas de rever a lógica de cobrança judicial, tornando-a realista e sustentável.”

NÚMEROS DA UNIDADE

- 850 mil execuções fiscais < R\$ 10 mil (PJSC 2024);
- R\$ 1 bi em dívidas com baixo potencial de recuperação;
- 130 mil processos fiscais reduzidos em 11 meses;
- 100 % dos processos tramitam em meio eletrônico (eproc).



COOPERAÇÃO EM REDE: UNINDO FORÇAS PELO CIDADÃO

Ferramenta traz essência da governança moderna ao ter base em dados e planejamento.

“ O regime consolidou uma nova cultura de colaboração e eficiência. É a governança judiciária traduzida em ação. ”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente TJSC.



O Regime de Cooperação está mudando a rotina do Judiciário de Santa Catarina. Implantado pelo TJSC entre 2024 e 2025, o mecanismo permite que servidores atuem onde a demanda é mais alta, equilibrando o volume de processos entre gabinetes e varas. Desde o lançamento, mais de 500 cooperadores passaram a trabalhar em até duas unidades por mês, inclusive de forma remota, trazendo agilidade e eficiência nas decisões judiciais.

O modelo nasceu em 2024 focado no 1º grau, alcançando gabinetes sobrecarregados. No ano seguinte, a estratégia se expandiu para o 2º grau, contemplando desembargadores com mais de 500 processos. Hoje, pelo menos 80 unidades em todas as regiões já foram beneficiadas, e o tempo médio de tramitação caiu 15% nos gabinetes cooperados.

Segundo o juiz João Guilherme Martins, coordenador do programa: “A cooperação é a ferramenta mais democrática de gestão do capital humano. Ela equilibra a balança de produtividade sem elevar custos para o Judiciário.” O regime também incentiva teletrabalho e uso de indicadores digitais, tornando a gestão mais moderna.

O principal ponto de atenção é garantir que a unidade cedente mantenha o desempenho. Para isso, a Corregedoria do TJSC acompanha resultados em tempo real e define prioridades com base em dados de acervo e taxa de congestionamento. A meta para 2026 é dar caráter permanente à plataforma e integrar o sistema ao BI institucional, permitindo a movimentação dinâmica de até 300 servidores por mês conforme a demanda.

CONSOLIDAÇÃO - A primeira fase de implementação, ainda em 2024, priorizou varas e gabinetes sobrecarregados do 1º grau, com a designação de servidores cooperadores via plataforma interna. Em 2025, o modelo foi ampliado para o 2º grau, abrangendo gabinetes de desembargadores com acervo líquido acima de 500 processos. Assim, o tribunal passou a contar com mais de 500 servidores cooperadores atuando sob supervisão da Corregedoria e da Presidência.

De acordo com o presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, “o Regime de Cooperação representa a essência da governança moderna: solidariedade institucional com base em dados e planejamento. Ele transforma desafios de sobrecarga em oportunidades de aprendizado e integração”.



O juiz João Guilherme Martins, coordenador do programa no 1º grau, observa que “a cooperação é a ferramenta mais democrática de gestão do capital humano. Ela equilibra a balança da produtividade sem onerar o orçamento e mantém o senso de missão entre servidores e unidades”.

Segundo balanço da Corregedoria-Geral, até o segundo semestre de 2025, o número de unidades atendidas mensalmente em regime de cooperação

saltou de 4 para 33, contemplando áreas de direito civil, criminal e fazendário.

RESULTADOS - Entre 2024 e 2025, o regime já foi aplicado a mais de 80 gabinetes e unidades judiciais, alcançando todas as regiões do Estado. A medida resultou em redução média de 15 % no tempo de tramitação de processos nos gabinetes cooperados e em melhor distribuição da capacidade de análise entre varas de mesmo porte.

Os principais benefícios incluem:

- Redução de sobrecarga localizada, com melhora do equilíbrio produtivo intra e intercomarcas;
- Aumento da celeridade processual, especialmente nos gabinetes do 2º grau;
- Racionalização de recursos humanos, sem aumento de gastos estruturais;
- Estímulo à inovação administrativa, com uso de teletrabalho e indicadores digitais de desempenho.

Regime de Cooperação em Números

- 500 servidores habilitados;
- 80 unidades atendidas em todo o Estado;
- 15 % de redução no tempo médio de tramitação;
- Até 40 horas mensais de prestação remota.



REFORÇO NA ESTRUTURA ACOMPANHA DEMANDA CRESCENTE

Expansão e especialização fortalecem o segundo grau e aceleram a análise dos recursos.

“A ampliação do segundo grau é a face visível da modernização da Justiça catarinense. É garantir ao jurisdicionado o direito de ver seus recursos analisados com rapidez e profundidade.”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente TJSC.



A segunda instância da Justiça catarinense passa por um processo de modernização em resposta ao crescimento das demandas recursais: somente nos primeiros quatro meses de 2025, o número de recursos cresceu 24% em relação ao ano anterior — expansão motivada pelo aumento populacional e pela maior digitalização dos processos. Após diagnóstico da Presidência e da Corregedoria-Geral, o Tribunal Pleno aprovou um amplo pacote para ampliar cargos de desembargador e juiz de 2º grau, criar funções administrativas e modernizar os fluxos internos. O objetivo é garantir julgamentos mais rápidos, equilibrar o volume de processos entre as câmaras e especializar o atendimento em áreas como direito público, privado e criminal.

O projeto engloba 12 novos cargos de desembargador, 4 de juiz de direito de 2º grau e 115 funções de assessor e secretário jurídico. Assim, o Tribunal vai ampliar sua estrutura de 96 para 108 desembargadores, distribuídos em até 27 câmaras especializadas. Além de fortalecer a produção jurisprudencial, as mudanças visam aprimorar as Turmas Recursais e as Câmaras Extraordinárias, que só em 2024 julgaram mais de 5.400 ações dos Juizados Especiais — resultado que pressiona por agilidade e qualidade nas decisões.

A reestruturação será feita em três fases, com implantação gradual até 2027. O

impacto financeiro está estimado em R\$ 31 milhões ao longo do período, com equilíbrio orçamentário garantido pelos duodécimos do Judiciário. O projeto também segue diretrizes de responsabilidade fiscal e inclusão: desde 2024, as promoções alternam listas femininas e mistas, atendendo à política de paridade do CNJ.

O presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, afirma que “a expansão do segundo grau é um passo de Justiça institucional para valorizar o cidadão catarinense. Eficiência não pode parar na primeira instância — quem recorre ao Tribunal espera celeridade e fundamentação técnica.” Para o juiz Marco Aurélio Ghisi Machado, que tomou posse como juiz de 2º grau em setembro de 2025, “o movimento fortalece o equilíbrio entre quantidade e qualidade das decisões, com foco em atender melhor o cidadão — com técnica, rapidez e estrutura adequada.”

A transformação atinge diretamente o cidadão, que passa a contar com julgamentos mais rápidos, consistência jurisprudencial, modernização dos fluxos administrativos e maior previsibilidade em recursos cíveis e criminais. Com a especialização e reforço das equipes, o Poder Judiciário estadual consolida um modelo alinhado ao projeto Justiça 4.0, elevando o patamar de excelência e acesso à Justiça em Santa Catarina.



BENEFÍCIOS ESPERADOS

- Aumento da capacidade decisória, com maior número de Câmaras e equipes;
- Redução do tempo médio de julgamento, especialmente em recursos cíveis e criminais;
- Melhoria da consistência jurisprudencial, via especialização temática;
- Modernização da estrutura administrativa, alinhada ao modelo Justiça 4.0;
- Equilíbrio orçamentário e previsibilidade, com implementação faseada até 2027.

NÚMEROS-CHAVE

- 24,18% de crescimento na demanda recursal (2025);
- 12 novos desembargadores e 4 juízes de 2º grau;
- 131 novos cargos no total;
- R\$ 31 milhões em investimentos até 2027;
- 27 Câmaras especializadas projetadas.

DECISÕES MAIS ÁGEIS E COM RESPALDO CIENTÍFICO

Reestruturação do NatJus une ciência e técnica para qualificar respostas judiciais na área da saúde.

“ Decidir com base científica é um dever institucional. O NatJus é a expressão da Justiça 4.0 aplicada à saúde (...) o NatJus representa um marco de modernização institucional: decisões sobre saúde agora contam com base científica e apoio técnico em tempo real, sem depender exclusivamente de pareceres externos. ”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente TJSC.

“ O NatJus traduz a responsabilidade técnica do Judiciário: decidir protegendo o direito do cidadão e a sustentabilidade do sistema público. ”

Juiz André Dutra Baur de Oliveira, coordenador do NatJus/SC.



A assistência técnica judicial em saúde deu um salto em Santa Catarina. Entre 2024 e 2025, o NatJus/SC ampliou sua cobertura para todas as 113 comarcas, após reestruturação oficializada pela Resolução GP n.º 63/2024. Antes restrito a 22 regiões, o núcleo se consolidou como referência estadual no apoio técnico a decisões judiciais sobre saúde pública e suplementar.

A nova governança, fruto de parcerias com UFSC, Secretaria Estadual de Saúde, PGE e TCE/SC, permitiu equipes multidisciplinares e um investimento de R\$ 10 milhões para modernizar o serviço. Para o presidente do TJSC, Francisco Oliveira Neto, “o NatJus representa uma virada institucional: decisões em saúde agora contam com respaldo científico e técnico em tempo real.”

FLUXOS ÁGEIS - O novo modelo, integrado ao eproc e à plataforma nacional e-NatJus, permite que qualquer magistrado catarinense acione o núcleo digitalmente e receba notas técnicas em até 48 horas. Foram criados fluxos ágeis para analisar pedidos de medicamentos, tratamentos custeados pelo SUS ou por planos privados — área de crescente judicialização.

O juiz André Dutra Baur de Oliveira, coordenador do sistema, ressalta: “O NatJus é a ponte entre ciência e justiça. Permite decisões mais seguras para pacientes e revela compromisso com políticas públicas.” Outros benefícios incluem padronização

dos critérios, agilidade nas respostas e redução de gastos públicos, além de maior previsibilidade para pacientes e gestores de saúde. A integração com o CNJ e o reconhecimento nacional consolidam Santa Catarina como referência em judicialização qualificada da saúde.

HISTÓRICO - Criado em 2016, o NatJus/SC já atuava na emissão de notas técnicas para auxiliar juízes em decisões sobre fornecimento de medicamentos, tratamentos e internações. No entanto, até 2024 sua estrutura era restrita.

O cenário mostrava a urgência de respostas bem fundamentadas. Nesse ano, o TJSC recebeu 17.161 novas ações envolvendo saúde pública e suplementar, um crescimento de 25% em relação a 2023. Hoje, conforme o Painel Nacional do Conselho Nacional de Justiça, Santa Catarina tem 38.189 ações em tramitação relacionadas ao direito à saúde. Os números revelam o tamanho da pressão que recai sobre o magistrado no momento de decidir.

A nova regulamentação, proposta pela presidência e sustentada por parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Secretaria Estadual de Saúde, deu ao núcleo uma composição multidisciplinar ampliada, com médicos, farmacêuticos, advogados e técnicos em saúde.

PILOTO - Em 2025, o TJSC deu um passo

estrutural ao incorporar o NatJus à sua própria estrutura, por meio da contratação da Fundação Médica do Rio Grande do Sul (Funmed) para emitir notas técnicas e oferecer suporte especializado aos magistrados.

Desde março, dez unidades piloto, em nove comarcas, passaram a operar no modelo integrado ao sistema digital eproc, permitindo que juízes solicitem pareceres diretamente no sistema, com base em evidências científicas e protocolos clínicos.

De caráter consultivo, essas notas técnicas subsidiam decisões em casos de judicialização da saúde, especialmente em pedidos de medicamentos não fornecidos pelo SUS ou fora do rol da ANS.

O núcleo também passou a abranger a saúde suplementar, com convênio voltado ao tratamento de demandas envolvendo planos privados e autogestões em saúde.

BENEFÍCIOS NATJUS

O novo NatJus fortalece a qualidade decisória dos magistrados em várias frentes:

- Decisões embasadas em evidências científicas, reduzindo riscos de concessão de tratamentos ineficazes;
- Padronização de critérios entre comarcas, conferindo previsibilidade e uniformidade às decisões;
- Agilidade nos pareceres técnicos, com resposta em até dois dias úteis;
- Redução de gastos públicos indevidos e melhor articulação entre Judiciário e Executivo.

NATJUS EM NÚMEROS

- 113 comarcas atendidas (antes eram 22);
- 14 profissionais na fase inicial, ampliação para mais de 40 integrantes multidisciplinares;
- 48 horas em média para emissão de nota técnica;
- R\$ 10 milhões em investimentos em 2025.



UM CLIQUE NA JUSTIÇA

Simplificação de cobranças, aceleração de resultados e modernização da execução judicial.

Rapidez e desburocratização marcam o Botão do Protesto implantado pelo TJSC em 2025. A ferramenta, criada por convênio com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (IEPTB), é uma funcionalidade no sistema eproc e a Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto (CENPROT), facilitando a execução de dívidas reconhecidas judicialmente ou por acordo não cumprido, reduzindo etapas e tempo de tramitação.

Com ela, dívidas em execução podem ser encaminhadas diretamente a protesto, o que aumentou a eficiência na cobrança e garantiu um índice de recuperação de 14,4% dos títulos protestados.

O recurso permite que títulos e certidões sejam enviados para protesto de forma online e imediata, sem necessidade de petição ou comparecimento em cartórios.



3.15 BOTÃO DO PROTESTO

Depois de testes em Florianópolis, Jaraguá do Sul, Criciúma e Palhoça, a funcionalidade foi liberada para todas as comarcas em maio. Segundo o juiz auxiliar da presidência Rafael Maas dos Anjos, coordenador do projeto, “a ferramenta representa avanço significativo na tramitação dos processos expropriatórios, proporcionando mais rapidez, eficiência e segurança jurídica.” Resultados do piloto mostram índice de recuperação de valores seis vezes maior que a média nacional de execuções judiciais.

A novidade foi ampliada em setembro para advogados e partes privadas, tornando o protesto eletrônico uma rotina processual, fomentando acordos espontâneos, redução do estoque de processos judiciais e aumentando o acesso à ferramenta, agora disponível diretamente no sistema eproc.

O presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, destacou: “A tecnologia serve à Justiça quando encurta caminhos e multiplica resultados.



O Botão do Protesto é exemplo concreto de como integração e digitalização geram ganhos reais à sociedade e aos cofres públicos.”

Para o cidadão catarinense, o impacto é direto: menos tempo para recuperar créditos, mais acordos espontâneos, redução do estoque de execuções e maior eficiência do sistema. O modelo estadual traz amplitude, transparência e ganho real na cobrança de dívidas — e coloca Santa

Catarina como referência nacional em protesto eletrônico.

O operador técnico do sistema, juiz Rafael Rabaldo Bottan, complementou: “Cerca de um terço do acervo da Justiça brasileira está concentrado em execuções fiscais. Com o Botão do Protesto, conseguimos dar racionalidade ao sistema, atuando antes que a via judicial se torne inevitável”.

IMPACTO

O sucesso do Botão do Protesto reflete-se em cinco dimensões principais:

- Agilidade: elimina etapas manuais, petições intermediárias ou despachos para encaminhamento ao cartório;
- Efetividade arrecadatória: pagamentos em até três dias úteis após a intimação, com taxa de recuperação próxima de 65%;
- Desjudicialização: torna o procedimento mais simples e padronizado e evita o ingresso desnecessário de milhares de execuções fiscais e cíveis;
- Automação completa: integração direta entre eproc e cartórios via CENPROT elimina etapas manuais;
- Economia: reduz custos processuais e operacionais no Judiciário e cartórios.

BOTÃO DO PROTESTO EM NÚMEROS

- 100% das comarcas integradas ao sistema eproc-CENPROT;
- 65% de índice médio de pagamento após protesto;
- 6x maior eficiência comparada à média nacional de execuções fiscais
- 4 procuradorias participantes do projeto piloto (Florianópolis, Jaraguá do Sul, Criciúma e Palhoça)

TJSC LIBERA R\$ 5,1 BILHÕES À ECONOMIA CATARINENSE

Com quase 500 mil alvarás judiciais, tribunal consolida novo patamar de eficiência administrativa.

“ **Esse volume histórico de alvarás é fruto de um trabalho integrado, que envolve planejamento, tecnologia, compromisso dos servidores e atenção permanente à eficiência. O TJSC demonstra, com números, que uma Justiça organizada e moderna entrega resultados reais à sociedade e cumpre seu papel com responsabilidade e efetividade.** ”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente TJSC.



O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) encerrou 2025 com resultado histórico na devolução de valores ao cidadão, com impacto direto na economia catarinense. Ao longo do ano, o Judiciário liberou R\$ 5,1 bilhões por meio de quase 500 mil alvarás judiciais, montante cerca de 20% superior ao registrado em 2024 e que consolida um novo patamar de eficiência administrativa. O desempenho é atribuído à atuação integrada de magistrados, servidores, áreas administrativas e setores técnicos, aliada à simplificação de procedimentos, ao uso de automações no eproc e à modernização dos fluxos internos.

O ritmo de expedição se manteve elevado durante todo o ano, com picos históricos em 18 e 19 de dezembro, quando foram emitidos 4,3 mil e 5,5 mil alvarás, superando o recorde anterior de 4,1 mil ordens de pagamento registrado no fim do expediente forense de 2023. Dados da Divisão de Expedição de Precatórios (DEP) apontam que, somente em 2025, foram expedidas 21.203 requisições, em trabalho conjunto com outras unidades, como a Diretoria de Orçamento e Finanças. Entre 4 de agosto e 18 de dezembro, a DEP respondeu por 57,4% das 9.393 requisições emitidas, resultado direto da reorganização interna e do reforço operacional adotado no segundo semestre.

A produtividade das unidades especializadas também avançou. Na Vara do Juizado da Fazenda Pública, a média mensal de requisições subiu de 289 para 489, aumento de 67%. Na Vara de Execuções e Precatórios, a média passou de 407 para 524, alta de 29%. Em cerca de 90 dias, mais de 2,3 mil processos represados foram analisados e zerados após ajustes de fluxo, automações e melhorias nos sistemas. Os valores liberados correspondem a depósitos

judiciais destinados a garantir o cumprimento das decisões, acelerando o recebimento pelos vencedores das ações e estimulando a circulação de recursos na economia. Para o presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, o volume histórico de alvarás reflete planejamento, tecnologia, compromisso dos servidores e foco permanente na eficiência, demonstrando que uma Justiça organizada e moderna entrega resultados concretos à sociedade.

NÚMEROS QUE EXPLICAM O RESULTADO

- R\$ 5,1 bilhões liberados em 2025;
- Quase 500 mil alvarás expedidos no ano;
- Crescimento de cerca de 20% em relação a 2024;
- 4,3 mil e 5,5 mil alvarás expedidos em 18 e 19 de dezembro;
- 21.203 requisições emitidas pela DEP em 2025;
- 57,4% das 9.393 requisições (4/8 a 18/12) expedidas pela DEP;
- +67% na média mensal da Vara do Juizado da Fazenda Pública (289 - 489);
- +29% na média mensal da Vara de Execuções e Precatórios (407 - 524);
- Mais de 2,3 mil processos represados zerados em cerca de 90 dias.



SC RENOVA COMPROMISSO COM PENAS JUSTAS

Plano une dignidade, racionalidade penal e compromisso constitucional permanente.

“ O Pena Justa é um projeto de estado e não de gestão. A Justiça catarinense caminha ao lado da Constituição para garantir que a pena nunca seja sinônimo de abandono. ”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente TJSC.

“ O Pena Justa é a ponte entre a legalidade e a dignidade. Mais do que rever números ou vagas, ele redefine o sentido civilizatório da execução penal em Santa Catarina. ”

Juiz Rafael de Araújo Rios Schmitt, coordenador do GMF/TJSC.



Comite de
Políticas Penais
Santa Catarina



Santa Catarina consolidou em agosto de 2025 um novo padrão de justiça penal com a entrega de seu Plano Estadual Pena Justa ao Supremo Tribunal Federal, medida que reúne as principais políticas de direitos humanos e racionalidade punitiva já desenvolvidas pelo Judiciário local. Fruto do alinhamento ao plano nacional do STF e do CNJ, o projeto catarinense define metas inéditas, como a redução de 10% da superlotação até 2026 e a criação de uma central tecnológica para regulação de vagas nos presídios estaduais.

O plano estadual, coordenado pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional (GMF/TJSC) e pelo Comitê Estadual de Políticas Penais, articula Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Sejuri e entidades civis na busca por soluções estruturantes. São quatro eixos principais: (1) controle do fluxo prisional; (2) condições dignas de cumprimento da pena; (3) modernização processual com uso intensivo do SEEU e SAREF; e (4) políticas de reintegração social. Entre as primeiras ações, destaca-se o mutirão que revisou 3 mil execuções penais e a readequação imediata de vagas em 14 presídios.

Em eventos conjuntos com o Governo do Estado, desembargador Francisco Oliveira Neto resumiu o marco:

“O Pena Justa é um sinal de compromisso constitucional — um avanço civilizatório para todo o sistema penal”. O núcleo técnico responsável mantém consultas públicas e atua com monitoramento digital, garantindo transparência e participação social no acompanhamento das metas e indicadores, que serão integrados ao painel nacional supervisionado pelo CNJ e STF até 2026.

INDICADORES - O plano é conduzido no Estado por um núcleo técnico interinstitucional ligado ao GMF, responsável por monitorar indicadores, acompanhar metas e elaborar relatórios semestrais encaminhados ao STF e ao CNJ. Entre os instrumentos empregados estão:

- SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado) – automatiza cálculos de pena, progressões e benefícios.
- SAREF (Sistema de Apresentação Remota) – permite apresentação virtual de apenados a juízes e equipes, reduzindo deslocamentos.
- Mutirões Processuais Pena Justa – iniciados em junho de 2025, revisaram milhares de processos penais, liberam do presos com penas vencidas e corrigindo atrasos em execuções.
- Consultas públicas – realizadas on-line entre março e abril de 2025, coletaram contribuições de familiares, organizações civis e defensores públicos.

O juiz Rafael de Araújo Rios Schmitt, coordenador do GMF/TJSC, destacou: “O plano nasceu da escuta social e do diálogo institucional. Ele representa o compromisso catarinense de unir inteligência judicial e política pública em favor de um sistema penal mais justo e racional”.

O QUE É

O programa Pena Justa foi lançado nacionalmente pelo STF e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em fevereiro de 2025. A partir dessa iniciativa, todos os tribunais de Justiça foram incumbidos de elaborar planos estaduais com metas próprias e prazos definidos. Em Santa Catarina, a coordenação ficou a cargo do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional e Socioeducativo (GMF/TJSC), liderado pelo desembargador Roberto Lucas Pacheco, com articulação direta junto à Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social (Sejuri). Segundo o presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, “o Pena Justa é um marco civilizatório e institucional. Ele traduz a responsabilidade constitucional do Judiciário em assegurar que a pena, além de legal, seja humana, útil e proporcional”.

MARCOS DE 2024-2025

- Dez 2024: TJSC participa do lançamento nacional do Pena Justa .
- Fev 2025: Lançamento estadual do plano com o Executivo.
- Abr 2025: Consulta pública envolve sociedade civil.
- Jun 2025: Mutirão Processual Penal revisa executórios.
- Ago 2025: Plano Estadual Pena Justa é homologado pelo STF.

NÚMEROS E METAS

- 3 mil processos penais revisados em mutirões.
- 14 unidades prisionais com vagas readequadas.
- 10 % de redução de superlotação prevista para 2026.
- 363 indicadores nacionais monitorados via CNJ/STF.

EXECUÇÃO PENAL GANHA MAIS AGILIDADE

Automação e integração tecnológica tornam o processo mais rápido, eficiente e humanizado.

“ A DTREP representa o espírito da Justiça eficiente: padronizar para agilizar, integrar para humanizar. ”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente TJSC.

“ A Divisão atingiu maturidade digital sem abrir mão do olhar humano sobre a execução da pena. ”

Rubens Tavar, coordenador da DTREP.

SAREF

Sistema de Apresentação Remota por Reconhecimento Facial



Audiências remotas, menos burocracia e decisões mais ágeis: a execução penal em Santa Catarina ganhou dinamismo em 2025 com a transformação digital comandada pelo TJSC.

Graças à reestruturação da Divisão de Tramitação Remota das Execuções Penais (DTREP), a gestão de processos foi automatizada, liberando servidores para atividades estratégicas enquanto sistemas como SEEU e SAREF passaram a monitorar e calcular prazos em tempo real.

O novo formato, adotado em 33 unidades judiciais, permitiu que apenas cumprissem obrigações mensais sem deslocamentos ou filas no fórum — só em 2025, o SAREF alcançou mais de 15 comarcas e reduziu de maneira relevante as apresentações presenciais. Com treinamentos técnicos e distribuição de tarefas por macrofluxos, as varas de execução penal experimentaram maior agilidade, menos retrabalho e decisões uniformes em todo o Estado.

A reestruturação da DTREP integra o ecossistema de modernização penal do TJSC, ao lado de projetos como o Plano Pena Justa e o fortalecimento do SEEU e do SAREF.

O presidente do TJSC, Francisco Oliveira Neto, explica que a modernização digital “favorece o respeito aos direitos, acelera a resposta do Judiciário e fortalece a confiança no sistema penal”. Para Rubens Tavares Cabral, coordenador da DTREP, a integração SEEU-SAREF “tornou a execução penal catarinense um laboratório de eficiência compartilhada”.

A digitalização da execução penal faz parte da agenda de justiça humanizada do TJSC, em sintonia com o Plano Pena Justa e as diretrizes do CNJ. Para o cidadão catarinense, o modelo representa previsibilidade, menos atrasos e um Judiciário mais acessível — com tecnologia e respeito à dignidade como novos padrões para a execução das penas.

ORIGEM - Criada no âmbito da Diretoria de Suporte à Jurisdição de 1º Grau, a DTREP funciona como cartório-referência digital para atender varas de execução penal em todo o Estado. Desde 2024, passou por um processo de reestruturação para padronizar rotinas, treinar equipes e incorporar tecnologia aplicada à execução penal.



Os ajustes envolveram três frentes complementares:

1. Reforço de pessoal por regime de cooperação, indicado pela Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ);
2. Seminários estaduais de capacitação, realizados em parceria com a Academia Judicial, voltados ao domínio técnico do SEEU;
3. Expansão operacional do SAREF, que permitiu apenas cumprirmos apresentações mensais de forma remota.

Segundo o presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, “a execução penal moderna não se faz apenas com estrutura física, mas com inteligência digital e gestão integrada. A DTREP simboliza essa nova forma de garantir eficácia e dignidade nas penas”.

HISTÓRICO 2024 – 2025

- Fev 2024: CGJ indica 33 unidades e DTRs para regime de cooperação;
- Jun 2024: Expansão do SAREF para 5 novas comarcas;
- Abr 2025: Seminário Estadual apresenta metodologia DTREP;
- Ago 2025: SAREF chega a mais 4 unidades;
- Set 2025: Sistema atinge 15 novas comarcas, consolidando a rede remota.

NÚMEROS DA REESTRUTURAÇÃO

- 33 unidades e divisões remotas sob regime de cooperação;
- 15 comarcas atendidas pelo SAREF em 2025;
- 80% dos atos processuais automatizados (SEEU + SAREF);
- 40% de redução no tempo médio de análise processual.

MÉRITO E TRANSPARÊNCIA NA SELEÇÃO DE TALENTOS

Certames modernos e planejados qualificam e fortalecem credibilidade da Justiça catarinense.

“ **A credibilidade dos certames do TJSC reflete a tradição de organização, transparência e respeito ao princípio do mérito que nos guia há décadas.** ”

Desembargador Cid Goulart, 1º Vice-Presidente e Presidente da Comissão do Concurso da Magistratura.



A modernização dos concursos públicos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) reafirmou o compromisso institucional com a valorização das pessoas e com a eficiência administrativa por meio da realização de certames públicos para servidores e magistrados.

A 1ª Vice-Presidência da instituição, dirigida pelo desembargador Cid Goulart Júnior, foi responsável por coordenar e implementar melhorias nos concursos de ingresso para servidores, magistrados, cartórios, residência jurídica e juiz leigo, consolidando um período de avanços inéditos para a instituição.

O concurso para servidores, por exemplo, com vagas para analistas, assistentes sociais, engenheiros, oficiais de justiça e técnicos, homologou 53.323 inscrições e aprovou 5.305 candidatos, resultando em nomeações realizadas já nos dois anos da gestão, sempre com o suporte do Programa Novos Laços.

Na magistratura, por sua vez, três concursos foram realizados, entre eles o Edital nº 11/2025, considerado um dos mais concorridos da história judicial local, com 2.774 inscritos para 20 vagas.

A atuação da Vice-Presidência ainda se estendeu à conclusão de dois concursos para cartórios, à realização de processos seletivos para residência jurídica e juiz leigo indenizado, além da entrega, já em funcionamento, do novo módulo de jurisprudência integrado ao sistema eproc. Tais avanços ampliam o acesso à Justiça e promovem maior especialização das equipes, tornando o serviço mais ágil e transparente.

Segundo o desembargador Cid Goulart Júnior, “valorizamos as pessoas planejando o futuro da Justiça catarinense. Os concursos garantem renovação, permitem o ingresso de profissionais preparados e asseguram à sociedade catarinense serviços públicos eficientes, éticos e inovadores”

HISTÓRICO 2024 - 2025

- 53.323 inscrições no concurso para servidores (2024)
- 5.305 aprovados para cadastro de reserva
- Nove cidades-sede de prova
- 2.774 inscritos no concurso para a magistratura (2025)
- 20 vagas para juiz substituto no Edital n.º 11/2025
- 138,7 inscritos por vaga



04

INOVAÇÃO

4.1 Agenda ampla de inovação marca a gestão.....	110
4.2 Transversalidade traz avanços em múltiplas frentes.....	112
4.3 Inovação a serviço dos direitos fundamentais.....	114
4.4 Atendimento voluntário e multidisciplinar na custódia.....	116
4.5 Uso de robô impulsiona a produtividade.....	120
4.6 Automação de rotina padroniza e agiliza fluxo forense.....	122
4.7 Biometria garante correta identificação e transparência.....	124
4.8 Sistema impulsiona gestão por dados.....	126
4.9 Projeto reforça qualidade no trabalho da Justiça.....	128
4.10 Integração amplia monitoramento judicial.....	130
4.11 Justiça em rede aposta na conectividade.....	134
4.12 Inquérito policial digital integrado ao eproc.....	138
4.13 Sistema unificado moderniza gestão financeira.....	140
4.14 TJSC é destaque em inovação pública.....	142
4.15 Tribunal é pioneiro no uso de inteligência artificial.....	144
4.16 Modelo do eproc catarinense é referência nacional.....	148
4.17 Núcleo é responsável por estratégias de impacto.....	152
4.18 Inovação em inteligência e segurança.....	154

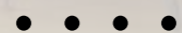


AGENDA AMPLA DE INOVAÇÃO MARCA A GESTÃO

Visão integrada reúne estratégia, tecnologia, processos e cultura institucional.

A inovação no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) na gestão 2024–2026 revela um conceito ampliado e estratégico, que vai muito além da incorporação de tecnologias avançadas ou de ferramentas digitais. Inspirado nos mais modernos referenciais da gestão pública e de inovação organizacional, o TJSC entende o conceito de forma abrangente - unindo, de forma indissociável, tecnologia, processos, estratégias, cultura, integração e serviços.

No período, foram promovidos avanços notáveis não apenas por adotar automação, inteligência artificial e sistemas digitais, mas também por reestruturar órgãos colegiados, criar fluxos inéditos de atendimento e implantar práticas de governança, segurança e atendimento à cidadania que até então não faziam parte do cotidiano institucional.



GOVERNANÇA - Inovar passou a significar também redesenhar rotinas judiciais e administrativas, ampliar a capacitação de pessoas, difundir cultura colaborativa, valorizar a experimentação e antecipar demandas sociais por meio de políticas públicas judiciais inovadoras.

Essa visão integrada e sistêmica da inovação dialoga com estudos consolidados que reconhecem múltiplas dimensões para o desempenho inovador, entre elas: estratégia clara e alinhada, liderança comprometida, processos ágeis, estrutura flexível, uso de redes e recursos, mensuração rigorosa de resultados e aprendizado contínuo.

No TJSC, inovação é transformar dados em decisões, integrar equipes e áreas, redesenhar experiências de usuários internos e externos e, sobretudo, materializar a missão constitucional do Judiciário por meio de soluções efetivas, ágeis com foco na paz social. Conheça os vários exemplos concretos dessa jornada multifacetada de inovação empreendida pelo TJSC, onde inovar é sinônimo de evoluir em cada serviço, projeto, atitude ou conexão institucional.



TRANSVERSALIDADE TRAZ AVANÇOS EM MÚLTIPLAS FRENTES

Alinhamento institucional acelera melhorias em gestão, tecnologia e serviços.

Exemplos evidenciam que a inovação no TJSC ocorre de forma transversal – da reengenharia de processos ao apoio tecnológico, passando pela aproximação e escuta ativa de servidores e pela reestruturação de setores estratégicos.

O tribunal adota, na prática, “inovação em processos”, “inovação organizacional” e “inovação em serviços”, em sintonia com os mais modernos conceitos de multidimensionalidade da inovação organizacional. Isso garante que o TJSC

avance não só no uso de IA, mas em governança, cultura, integração de equipes,

prevenção, acesso à Justiça e contínuo aperfeiçoamento dos serviços judiciais.

EXEMPLOS PRÁTICOS EM DIFERENTES DIMENSÕES INSTITUCIONAIS:

Ampla reforma dos fluxos processuais, fortalecimento das Câmaras Especiais e Turmas de Recursos, expressivo recuo no número de processos em tramitação. Adoção de estratégias para acelerar julgamentos e diminuir o volume de processos em tramitação.

Instalação e ampliação das Varas Regionais de Garantias; política de descentralização que transformou Santa Catarina em referência nacional em celeridade criminal.

Implantação de soluções digitais, automação, robôs de inteligência artificial e segurança cibernética; relatórios digitais interativos e transparência de resultados.

Alinhamento das ações à sustentabilidade orçamentária e ao Plano Estratégico 2021–2026.

Inclusão digital, capacitação contínua de magistrados e servidores com foco em produtividade e bem-estar institucional, políticas de saúde e assistência, fomento ao diálogo com a sociedade e ampliação de canais de comunicação.

Políticas voltadas à eficiência energética, gestão de resíduos e redução de impactos ambientais.

Fortalecimento da governança informacional e da prestação de contas à sociedade. Comunicação passa a ser estratégica no dia a dia e nos avanços do Judiciário catarinense, acompanhando a dinâmica de tempos de grande transformação social.

Reorganização de estruturas e fluxos internos para mais eficiência e integração entre unidades.

Qualificação das decisões e expansão das Varas Regionais de garantias e das Divisões de Tramitação Remota. Expansão do programa PJSC Social, repasses a entidades assistenciais e incentivo prático à Justiça Restaurativa para promoção da paz social.

Ampliação do acesso digital, inclusão de minorias e fortalecimento de cidadania e de justiça social.



INOVAÇÃO A SERVIÇO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Reestruturação de estrutura de fiscalização fortalece direitos e amplia a proteção no sistema penal.

A nova estrutura e o novo colegiado do Grupo de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Prisional e Socioeducativo (GMF) do TJSC reforça a proteção de direitos de pessoas presas e adolescentes em cumprimento de medidas, com impacto direto na forma como o cidadão catarinense tem sua liberdade e dignidade tratadas pelo Estado. A reestruturação implementada amplia o diálogo entre magistrados, órgãos de justiça e Executivo, melhora o acompanhamento das unidades e qualifica a adoção de alternativas penais e socioeducativas.

O QUE MUDOU - Reformulado pela Resolução TJ n. 8/2024, o GMF passou a contar com um colegiado de magistradas e magistrados de 1º grau, com experiência direta na execução penal e socioeducativa, A nova configuração fortaleceu a estrutura de apoio, com ampliação da equipe técnica e definição mais clara de competências para monitorar, orientar e propor políticas judiciárias para o sistema prisional e socioeducativo.

Na prática, o GMF atua em apoio aos juízes criminais, da infância e juventude e da execução penal, para assegurar o cumprimento das orientações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Corregedoria-Geral da Justiça em Santa Catarina. O órgão passou a funcionar como instância colegiada de deliberação, o que aumenta a capacidade de discutir casos complexos, harmonizar procedimentos e padronizar fluxos em todo o Estado.

INOVAÇÃO - A reestruturação está alinhada a uma agenda de inovação administrativa e governança que inclui a criação e o acompanhamento de centrais de penas e medidas alternativas, em cooperação com o Ministério Público e o Executivo estadual. Essas centrais ajudam a viabilizar alternativas à prisão, acompanhar beneficiários e reduzir reincidência, integrando o trabalho de equipes multidisciplinares com a orientação judicial. Entre as prioridades atuais do GMF

estão o cumprimento das resoluções do CNJ sobre identificação civil biométrica de pessoas privadas de liberdade, a ampliação da política antimanicomial e o monitoramento do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0). O uso de dados e sistemas nacionais permite decisões mais rápidas, controle mais rigoroso das prisões e maior transparência sobre o percurso das pessoas no sistema penal.

NÚMEROS E DESTAQUES

- Resolução TJ n.º 8/2024: Nova estrutura e competências do GMF instaladas;
- Colegiado do GMF: Reuniões e deliberações realizadas desde abril/2024;
- Central de Vagas Socioeducativas: Implantação e integração pioneira no Estado;
- Parcerias institucionais: Atuação conjunta com Ministério Público, SAP, CNJ e universidades;
- Relatórios e Planos de Ações: Publicados periodicamente com metas de monitoramento e fiscalização;
- Implantação do APEC e iniciativas de inspeção: Expansão do atendimento e da humanização nos serviços;
- Capacitações de servidores e gestores: Cursos sobre efeitos práticos da política antimanicomial e execução penal.

ATENDIMENTO VOLUNTÁRIO E MULTIDISCIPLINAR NA CUSTÓDIA

Nova estrutura de acolhimento e informação qualificada elevam eficiência na execução penal.

“ A implantação e a expansão do APEC refletem nosso compromisso com a humanização do sistema de justiça, promovendo decisões fundamentadas, proteção de direitos e o acesso pleno à cidadania para todas as pessoas custodiadas em Santa Catarina. ”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente TJSC.



A inovação na esfera penal ganhou destacada projeção no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) durante a gestão 2024-2026, com a implantação e expansão do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC). Estruturado pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Prisional e Socioeducativo (GMF), o APEC é um serviço pioneiro voltado ao acolhimento voluntário e multidisciplinar de pessoas presas em flagrante, detidas ou conduzidas ao Judiciário durante audiências de custódia, oferecendo apoio pré e pós-audiência. Presente nas Varas Regionais de Garantias de Blumenau e Lages, o serviço está integrado ao modelo de juízo das garantias e segue as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em especial a Resolução CNJ n.º 288/2019, humanizando a abordagem inicial ao custodiado e subsidiando decisões mais individualizadas, transparentes e informadas.

A principal função do APEC é coletar informações sobre condição social, saúde, contexto familiar e necessidades da pessoa presa, garantindo suporte psicossocial preventivo e acompanhamento pós-audiência para aqueles que recebem liberdade provisória ou medidas cautelares.

Entre as ações estratégicas do serviço entre 2024 e 2025, destacam-se a implantação do piloto estadual associado às 17 Varas Regionais de Garantias, a expansão do

atendimento com nova unidade em Lages – ampliando a cobertura regional e interligando 27 municípios – a criação e divulgação do fluxo de atendimento multidisciplinar e o reconhecimento da iniciativa pelo CNJ, com ênfase nos resultados obtidos em Blumenau e Lages.

PORTAL - O TJSC lançou ainda o novo Portal dos Sistemas Prisional e Socioeducativo, que reúne informações, fluxos e boas práticas relacionadas ao APEC, reforçando o compromisso com transparência, acessibilidade e padronização institucional. O acompanhamento pós-custódia por equipes psicossociais e a articulação intersetorial com o Ministério Público e órgãos de assistência social fortaleceram a rede de custódia e consolidaram o APEC como referência nacional em inovação judiciária e promoção de direitos humanos.

O portal foi criado para compartilhar com a sociedade catarinense os principais projetos e ações desenvolvidos pelo GMF/TJSC e dar visibilidade às informações relevantes sobre o tema. Vinculado à Presidência do TJSC, o GMF fomenta políticas institucionais por meio de articulação interinstitucional, enfrentando desafios estruturais dos sistemas prisional e socioeducativo e fortalecendo práticas alinhadas às normativas nacionais e internacionais, em busca de uma Justiça mais humanizada e eficiente.

DESTAQUES

- 2 unidades regionais implantadas: Blumenau e Lages;
- Expansão territorial: 27 municípios abrangidos somente pela unidade de Lages;
- Atendimento voluntário e multidisciplinar: equipe técnica especializada em apoio social e psicossocial pré e pós-audiência;
- 2 unidades regionais implantadas: Blumenau e Lages;
- Novo portal institucional: acesso digital consolidado às informações e fluxos do serviço;
- Reconhecimento nacional pelo CNJ: implantação do modelo pioneiro em SC;
- Articulação interinstitucional: integração entre Judiciário, Ministério Público e órgãos de assistência social.



USO DE ROBÔ IMPULSIONA A PRODUTIVIDADE

Ferramenta de automação inteligente garante mais eficiência e maior apoio aos jurisdicionados.

“A adoção dos robôs de automação, como o de busca de ativos, acelera de forma relevante a prestação jurisdicional, tornando o tribunal mais eficiente para as pessoas e para o Estado. Inovar é comprometer-se com a entrega de resultados concretos.”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente TJSC.

“Ao proporcionar economia, qualidade e celeridade, os robôs devem ser exaltados como excelentes práticas que refletem o compromisso genuíno do Judiciário catarinense com a eficiência e o apoio aos jurisdicionados.”

Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli, corregedor-geral da Justiça do TJSC.

A inovação tecnológica ganhou fôlego extra na gestão 2024-2026 com o lançamento do Robô de Busca de Ativos Judiciais, uma automação inteligente projetada pela Corregedoria-Geral da Justiça para impulsionar a produtividade e modernizar a tramitação de execuções cíveis e criminais.

A ferramenta, lançada no primeiro semestre de 2024, integra-se ao fluxo de trabalho de varas do primeiro grau, realizando cruzamento automático de bases de dados (como Sisbajud, registros de imóveis e sistemas bancários) para localizar bens, depósitos ou créditos vinculados a partes de processos – sejam devedores ou credores.

Sua precisão e agilidade reduzem tarefas manuais e aumentam significativamente a efetividade das ordens judiciais, liberando as equipes para atividades de maior valor técnico e reduzindo a incidência de prescrições e morosidade.

O impacto prático da inovação se traduz em números expressivos: segundo dados institucionais, o Robô de Busca de Ativos Judiciais realizou 9.432 pesquisas em 2024, evitando retrabalho e acelerando inúmeras execuções em andamento ou suspensas. O robô também padroniza procedimentos, amplia o controle da etapa executiva e prepara o caminho para maior integração entre sistemas judiciais e administrativos. O projeto está em constante evolução, trazendo cada vez mais automações para o workflow do eproc e para o combate à burocracia, à inadimplência e à ineficiência processual – pilares de uma Justiça mais ágil, eficiente e inovadora.



DESTAQUES

- 9.432 pesquisas automatizadas de ativos judiciais em 2024;
- Redução do tempo de tramitação e da carga de trabalho manual nas execuções;
- Atendimento voluntário e multidisciplinar: equipe técnica especializada em apoio;
- Cobertura de processos em andamento e suspensos no 1º grau;
- Funcionalidade expandida pelo Sisbajud: integração de dados bancários e de endereços;
- Projeto em constante atualização pela CGJ/TJSC.

AUTOMAÇÃO DE ROTINA PADRONIZA E AGILIZA FLUXO FORENSE

Tecnologia, inteligência de dados e digitalização ajudam aumentar segurança jurídica.

A automação de rotina nos gabinetes dos magistrados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) trouxe resultados práticos e mensuráveis, modernizando o fluxo de trabalho e elevando a produtividade e a qualidade das decisões nos últimos dois anos. Unidades que aderiram às inovações apresentam aumentos expressivos: até 23,45% na produção média de despachos e quase 50% a mais na emissão de sentenças, além de índice de acerto superior a 99% nas minutas propostas por robô auxiliar. O projeto já expandiu de três para dezoito juízos somente na Unidade Bancária Estadual, e foi replicado para cíveis e outras especialidades, sempre supervisionado pelo magistrado responsável.

Alguns exemplos de procedimentos inovadores já implementados em gabinetes do tribunal em amplo funcionamento na gestão 2024-2026 tiveram destaque:

• **Geração automática de minutas:**

Robôs dotados de inteligência artificial e algoritmos avançados classificam petições, identificam padrões em pedidos recorrentes (especialmente em áreas como direito bancário e execuções) e propõem minutas padronizadas de despachos, decisões e sentenças para conferência dos magistrados. Isso reduz drasticamente o tempo gasto em casos de menor complexidade, liberando a equipe para análise de temas mais sensíveis.

• **Curadoria e filtragem inteligente de dados processuais:**

Gabinetes utilizam regras de automação e prompts configuráveis no sistema eproc. Essas regras permitem identificar processos conforme classe, assunto ou tipos de pedidos (como justiça gratuita ou tutela de urgência), alocando-os automaticamente para minutas pré-formatadas ou triagens específicas.

• **Automação de consultas externas:**

Rotinas automáticas integram os gabinetes a sistemas como Sisbajud, Renajud ou base de óbitos, agilizando busca e bloqueio de ativos, obtenção de informações bancárias e localização de partes processuais, sem necessidade de atuação manual do servidor a cada etapa repetitiva.

• **Apoio à triagem e análise preditiva:**

A segunda etapa da automação utiliza leitura automática e categorização de peças processuais para indicar ao magistrado a decisão prototipada a ser adotada entre opções já previamente existentes no gabinete, reduzindo imensamente o esforço de triagem manual.





BIOMETRIA GARANTE CORRETA IDENTIFICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Ferramenta inovadora qualifica execução penal ao aliar rigor e respeito aos direitos humanos.

A aplicação da biometria de apenados consolidou-se como uma das frentes mais inovadoras do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) na gestão 2024-2026. Fundamentada na Resolução CNJ n.º 306/2019, a iniciativa promove a identificação precisa e integrada de pessoas privadas de liberdade. Isso se dá pela coleta de impressões digitais, reconhecimento facial e dados civis, garantindo que cada custodiado seja corretamente identificado no decorrer de todos os atos da execução penal. Mais do que garantir segurança e coibir fraudes, a biometria transforma o cotidiano do sistema prisional, padronizando fluxos, facilitando

o acesso a benefícios legais e promovendo reconhecimento institucional digno para apenados.

Para o presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, “A biometria de apenados é um avanço civilizatório para o sistema de Justiça, pois alia rigor e respeito aos direitos humanos. Nosso compromisso é ampliar a segurança, a correta identificação e a transparência em todas as etapas do cumprimento de pena.”

AMPLIAÇÃO - Ao longo do período, o GMF/TJSC, em conjunto com a Corregedoria-

Geral da Justiça, deu grandes passos para ampliar a cobertura biométrica no Estado. Em 2024, o tribunal reforçou fluxos operacionais e orientou unidades prisionais e servidores quanto ao credenciamento junto ao CNJ, além de disciplinar a obrigatoriedade da identificação biométrica para todas as comarcas com audiência de custódia. Em junho de 2025, o TJSC distribuiu 158 kits completos de coleta biométrica a unidades prisionais, em uma ação decisiva para alcançar a meta de 100% de cobertura da população carcerária catarinense.

Essas medidas vêm acompanhadas de portarias, relatórios institucionais e esclarecimentos regulares à equipe e parceiros, integrando o Judiciário à rede nacional de dados e à política de ressocialização e monitoramento.

A biometria representa, assim, inovação em prol da eficiência, transparência e respeito aos direitos humanos, acelerando procedimentos de progressão, prisão domiciliar, saídas temporárias e revisões, e evitando casos de registro inadequado e homônimos.

NÚMEROS E DESTAQUES

Biometria no sistema prisional (TJSC, 2024–2025)

- 158 kits biométricos entregues para coleta em 2025;
- Cobertura obrigatória em todas as comarcas com audiência de custódia;
- 100% de cobertura programada para a população prisional;
- Fluxos integrados entre Judiciário e CNJ, baseando-se na Resolução CNJ n.º 306/2019;
- Padronização e modernização da execução penal no Estado.



SISTEMA IMPULSIONA GESTÃO POR DADOS

Ferramenta Predicta orienta decisões estratégicas do Judiciário catarinense com base em cenários e estatísticas oficiais.

A Predicta é o repositório oficial de dados estatísticos e preditivos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (Resolução GP n. 73/2025) para apoiar a Presidência e a alta gestão na tomada de decisões. A solução resulta da evolução de projeto desenvolvido pela Assessoria de Planejamento (Asplan) e pelo Núcleo de Estatística e Análise de Dados (NEAD), voltado a prever demandas e orientar o planejamento do PJSC.

A ferramenta combina bases internas do Judiciário catarinense com indicadores externos, como dados populacionais, econômicos e séries históricas de processos, permitindo projeções sobre o comportamento das demandas nas diversas regiões do Estado. Com isso, apoia o planejamento de estrutura, alocação de recursos e definição de

políticas judiciais, superando o uso apenas retrospectivo das estatísticas e fortalecendo um modelo de gestão prospectiva.

ECOSSISTEMA - Na gestão 2024-2026, a Predicta passou a integrar o ecossistema de dados do TJSC como referência para painéis e relatórios que subsidiam decisões sobre criação e redimensionamento de unidades, metas e prioridades estratégicas. A solução foi destacada em ações de formação, como a Jornada Data-Driven, que discutiu a importância da análise intensiva de dados na gestão pública, consolidando a cultura de decisões baseadas em evidências no PJSC.

A relevância da ferramenta foi reconhecida em inspeção da Corregedoria Nacional de Justiça, em que a Predicta figurou entre as boas práticas tecnológicas apresentadas pelo tribunal, ao lado de outras inovações digitais. Ao final de 2025, a Predicta se firmou como instrumento central para projeções de demanda, planejamento de estrutura e formulação de políticas judiciais, posicionando o TJSC entre os tribunais que utilizam inteligência de dados de forma sistemática na governança institucional.





PROJETO REFORÇA QUALIDADE NO TRABALHO DA JUSTIÇA

Crime à la Carte posiciona TJSC como referência nacional em automação penal consolidando uso da tecnologia.

No contexto da transformação digital e da busca por eficiência no sistema penal catarinense, o projeto "Crime à la CARTE" destaca-se como iniciativa inovadora do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) na gestão 2024-2026. Coordenado pelo juiz Marcos Raccioppi e inscrito no I Prêmio Inovação do Poder Judiciário, o projeto propõe uma automação inteligente dos fluxos processuais criminais, oferecendo um "cardápio digital" de funcionalidades para a gestão de cartas precatórias, cartas de ordem e atos criminais em workflows automatizados.

A proposta – que destaca o Tribunal como referência nacional em automação penal, consolidando o uso de tecnologia como motor de inovação institucional e aprimoramento dos serviços judiciais – está alinhada aos objetivos estratégicos do TJSC de modernizar, padronizar e simplificar trâmites judiciais, promovendo maior velocidade, redução de burocracia e integração dos processos penais.

Durante o período, o "Crime à la CARTE" foi destaque no portfólio oficial de projetos da Corregedoria-Geral da Justiça do TJSC e foi citado em relatórios



anuais como exemplo das iniciativas que aceleram e qualificam o trâmite judicial nas varas criminais. O projeto está focado em três eixos principais: automação de etapas, padronização de fluxos e disponibilização de ferramentas digitais para magistrados e equipes de apoio. A avaliação de alcance e impacto ainda em fase de consolidação, a iniciativa já foi reconhecida como prática institucional de relevância inovadora, servindo de inspiração para soluções semelhantes em outros segmentos judiciais. Ao expandir o uso de automação, o TJSC reafirmou seu compromisso com a desburocratização e a entrega de Justiça mais célere e acessível, priorizando o usuário final, seja ele servidor, magistrado ou cidadão.

“ Projetos como o Crime à la CARTE ilustram nosso compromisso com uma Justiça eficiente, transparente e centrada no cidadão, transformando automação e tecnologia em instrumentos de celeridade e qualidade na prestação jurisdicional. ”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente TJSC.

DESTAQUES

Crime à la CARTE (TJSC, 2024-2025)

- Projeto cadastrado no portfólio de inovação da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Inscrição oficial no I Prêmio Inovação do Poder Judiciário;
- Cardápio digital de automações para atos criminais;
- Workflow automatizado para cartas precatórias e cartas de ordem;
- Redução dos tempos de tramitação e padronização processual;
- Processos e funcionalidades acessíveis de forma integrada por magistrados e servidores.



INTEGRAÇÃO AMPLIA MONITORAMENTO JUDICIAL

Tecnologia com operação remota e vigilância contínua eleva a proteção de prédios e prevenção de riscos no ambiente Judiciário.

“ A evolução da segurança institucional é parte fundamental do nosso compromisso com a modernização e o cuidado com quem serve e busca justiça. O CISM integra tecnologia, eficiência e visão preventiva, garantindo ambientes mais protegidos e confiáveis para toda a sociedade catarinense. ”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente TJSC.





Números e destaques CISM do TJSC (2024-2025)

- Mais de 4.300 câmeras e botões de pânico instalados em 127 prédios do PJSC (sede e 113 comarcas);
- Monitoramento 24 horas centralizado na sede do TJSC;
- Operação remota e cobertura em eventos críticos como sessões de júri (Blumenau, 2024);
- Reconhecimento nacional: estrutura considerada exemplar pela Corregedoria do CNJ e pelo ministro Edson Fachin;
- Integração de tecnologias (IA, vídeo, controle de acesso) e equipes (CISM-NIS);
- Modelo replicável e referência para o Judiciário nacional.



O Centro Integrado de Segurança e Monitoramento (CISM) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) representou um avanço estratégico na modernização da segurança institucional durante a gestão 2024-2026. A estrutura é gerenciada pelo Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS), que tem à frente o desembargador Sidney Eloy Dalabrida. Projetado para monitorar em tempo real todos os prédios do Judiciário, reúne tecnologias de ponta como videovigilância 24 horas, mais de 4.300 câmeras, botões de pânico, inteligência artificial e operações remotas. Essa integração reforça a prevenção de incidentes, a proteção de magistrados, servidores, usuários e do patrimônio, consolidando o TJSC como referência nacional em boas práticas de segurança institucional.

“Por meio de uma gestão profissional, conseguimos alcançar um nível de maturidade em termos de segurança institucional que nos posiciona em lugar de destaque no cenário nacional”, ressaltou o desembargador, que ainda alertou sobre a necessidade de consolidar o modelo e avançar ainda mais para garantir que o magistrado possa exercer sua missão constitucional com tranquilidade e independência.

Entre as ações de destaque do período, merece destaque a primeira operação remota realizada em evento de grande repercussão no Fórum de Blumenau, permitindo ao órgão central do TJSC

acompanhar e dar suporte a sessões do júri à distância, ampliando a cobertura e a capacidade de resposta em situações críticas.

O sistema pioneiro no Judiciário brasileiro funciona na sede do TJSC, em Florianópolis, conta ainda com recursos de reconhecimento facial e de placas, analíticos inteligentes de vídeo, botões de pânico em todas as salas de sessões, de audiência e tribunais do júri, garantindo uma proteção abrangente e sofisticada.

A cobertura total das unidades judiciais foi reconhecida publicamente por órgãos externos, como a Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ e o ministro Edson Fachin, destacando o CISM como modelo a ser replicado no Judiciário brasileiro. Em parceria com o Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS), a gestão fortaleceu protocolos, ampliou o monitoramento automatizado e habilitou respostas especializadas para comarcas de maior complexidade.

O CISM também marca a participação ativa do TJSC em programas de capacitação e aproximação institucional, dando transparência ao monitoramento e promovendo a cultura de prevenção. A centralização das operações e a padronização de procedimentos de segurança fomentam ambientes mais seguros, colaborativos e modernos, em consonância com os princípios da inovação, eficiência e proteção do interesse público.





JUSTIÇA EM REDE APOSTA NA CONECTIVIDADE

Integração, inteligência coletiva e especialização atuando para melhorar o acesso ao Judiciário.

“ A adesão integral ao Programa Justiça 4.0 com o Justiça em Rede reafirma o papel do TJSC como indutor da modernização e da inovação, investindo em pessoas, tecnologia e integração em rede para construir um Judiciário mais eficiente, confiável e acessível a todos. ”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente TJSC.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) segue ampliando o acesso e a eficiência dos serviços judiciais com a implantação do programa Justiça em Rede, que integra os Núcleos de Justiça 4.0 — iniciativa nacional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o PNUD. As unidades digitais especializadas permitem que processos tramitem integralmente de forma eletrônica, com audiências virtuais e automação de fluxos, eliminando barreiras geográficas e reduzindo o tempo de resposta ao cidadão.





O programa representa uma nova forma de atuação do Judiciário catarinense: mais colaborativa, transparente e conectada. Aprimorar a prestação jurisdicional pela otimização da organização judiciária e da força de trabalho, sobretudo por meio dos avanços proporcionados pelos serviços digitais é o foco da iniciativa.

A integração de inteligência artificial, ciência de dados e automação garante padronização, segurança e previsibilidade nas decisões, oferecendo maior comodidade às partes, que podem acompanhar seus processos em tempo real e participar de atos judiciais à distância.

UNIDADES - Atualmente, o Justiça em Rede conta com nove unidades digitais, entre elas a Unidade Estadual de Execuções Fiscais de Baixo Valor (UEEFBV), criada em 2024, que acelera a tramitação de processos e reduz o acervo físico. A rotina automatizada de redistribuição de casos, desenvolvida pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) em conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) e a Diretoria de Suporte à Jurisdição (DSJPG), tornou o atendimento mais ágil e padronizado em todo o Estado.

Além da UEEDBV, a Vara Estadual de Direito Bancário da Capital é outra

unidade judiciária operando no Justiça em Rede. Instalada em 16 de agosto de 2024, tendo como competência ações de direito bancário e de contratos com alienação fiduciária em garantia; cumprimentos de sentença; cartas precatórias e de ordem. Outra inovação relevante é a Vara Estadual de Organizações Criminosas, criada em 2025, que funciona como núcleo digital especializado e opera com fluxo eletrônico seguro e padronizado.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli, destacou que a unidade foi concebida “para garantir impessoalidade, proteção aos magistrados e celeridade processual, assegurando mais confiança e eficiência à sociedade”.

Também em 2025, o TJSC avançou nos trabalhos para a instituição do Núcleo Saúde do Justiça em Rede, que será voltado à resolução de demandas na área da saúde pública e suplementar.

O presidente do Tribunal, desembargador Francisco Oliveira Neto, afirmou que a medida busca antecipar e evitar conflitos: “A saúde é uma das demandas prioritárias para a população, e o Judiciário precisa atuar preventivamente, usando tecnologia e gestão para proteger o direito do cidadão”.

PROGRAMA É AMPLIADO PARA A SAÚDE

Unidade com atuação exclusiva no ambiente digital terá desafio de agilizar e uniformizar decisões para melhor atendimento ao cidadão.

A ampliação do programa Justiça em Rede para a área da saúde reforça o compromisso do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) com respostas mais ágeis e qualificadas em uma das pautas mais sensíveis para a população. O Órgão Especial aprovou a criação da Unidade Estadual de Saúde Pública e Suplementar, vinculada administrativamente à comarca da Capital e com atuação exclusiva em ambiente virtual. A nova unidade integra o programa Justiça em Rede e funcionará como Núcleo de Justiça 4.0, com competência estadualizada para ações de saúde.

O Núcleo de Saúde volta-se ao tratamento de demandas relacionadas ao direito à saúde pública e suplementar, que frequentemente exigem decisões

urgentes. Para o cidadão, isso significa decisões mais rápidas em pedidos de exames, cirurgias, internações e fornecimento de medicamentos, além de maior uniformidade nas decisões, evitando tratamentos distintos para casos semelhantes. Ao comentar a medida, o presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, lembrou que o gasto médio anual do Estado apenas com medicamentos gira em torno de R\$ 700 milhões e destacou que a atuação de seis magistrados especializados tende a oferecer maior segurança jurídica, sobretudo em demandas repetitivas.

Segundo o Tribunal de Justiça, o modelo Justiça em Rede, aplicado ao tema da saúde, tem permitido

padronizar procedimentos, redistribuir tarefas com mais eficiência e acelerar a tramitação processual. Para quem busca o Judiciário, os benefícios aparecem em menos tempo de espera, maior previsibilidade sobre o desfecho das ações e decisões amparadas por

conhecimento técnico qualificado, com apoio de estruturas como o NatJus. Ao integrar especialistas e tecnologia em ambiente digital, o TJSC fortalece a proteção do direito à saúde e entrega respostas mais rápidas e eficazes à sociedade catarinense.





SISTEMA UNIFICADO MODERNIZA GESTÃO FINANCEIRA

Movimento de recursos no SIDEJUD bate recorde histórico atribuído à automação e ao eproc.

“O SIDEJUD simboliza nosso compromisso com um Judiciário moderno, transparente e eficiente, revertendo recursos em benefício direto do cidadão e garantindo máxima segurança à movimentação de valores sob a guarda da Justiça.”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente TJSC.



O SIDEJUD – Sistema de Depósitos Judiciais do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) – consolidou-se, na gestão 2024-2026, como um dos alicerces de modernização e transparência financeira do Judiciário catarinense. Após a execução do projeto-piloto em 2024, o sistema passou a operar plenamente em 2025, integrando fluxos administrativos e processuais, facilitando a gestão de valores sob custódia judicial e garantindo maior rastreabilidade e eficiência na destinação desses recursos.

O sistema possibilita que depósitos judiciais – como cauções, pensões, indenizações, alvarás e subcontas – sejam administrados, fiscalizados e liberados por meio de plataforma unificada. Ele interage automaticamente com a base processual (eproc), centraliza o registro de subcontas, aprimora a prestação de contas, e favorece a emissão de extratos e comprovantes para partes, advogados e instituições. O Tribunal modernizou também os mecanismos de retenção e prestação de informações ao Fisco, com atualizações de códigos de IR e suporte para declaração de rendimentos, tudo digital e acessível.

GANHOS - A robustez do SIDEJUD proporcionou ganhos expressivos: em 2024, R\$ 4,83 bilhões foram movimentados no sistema e injetados na economia catarinense via expedição de alvarás judiciais – um recorde histórico, crescimento atribuído especialmente à automação promovida e pelo eproc. Do orçamento à governança regulatória, todo o ciclo do processo financeiro judicial tornou-se mais eficiente, seguro e transparente, direta e indiretamente beneficiando magistrados, servidores e, sobretudo, a população usuária da Justiça.

Além disso, o SIDEJUD reforça o compromisso institucional do TJSC com a correta aplicação das verbas judiciais, evita perdas e dispersão de valores, dá maior segurança à movimentação e reduz custos operacionais para o tribunal e para os jurisdicionados. Sendo a sua consolidação a integração de tecnologia, controle e novos padrões de governança; uma ferramenta essencial para a rastreabilidade e o uso responsável dos recursos judiciais, fortalecendo a confiança e a prestação jurisdicional em Santa Catarina.

DESTAQUES SIDEJUD 2024-2025

- R\$ 4,83 bilhões movimentados em 2024 via alvarás (recorde histórico);
- Sistema integrado: emissão de guias, subcontas, extratos, bloqueios e retenções fiscais em canal único;
- Modernização tributária: atualização dos códigos de IR para pagamentos e comprovantes de rendimentos.



TJSC É DESTAQUE EM INOVAÇÃO PÚBLICA

Prêmio Agilidade Brasil apontou automação de cálculos, ciclos ágeis e ganhos de eficiência.

“**Receber o Prêmio Agilidade Brasil é o reconhecimento pelo empenho da nossa equipe em inovar e entregar uma Justiça mais célere, moderna e eficiente, reafirmando o papel do TJSC como referência nacional em gestão pública e inovação.**”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente TJSC.

“**Esse resultado é fruto de um ambiente que estimula a escuta qualificada, o desenvolvimento de competências e a valorização de ideias, permitindo que talentos internos se destaquem e contribuam diretamente para a transformação da Justiça.**”

Dalila Martini, chefe da Divisão de Contadoria Judicial (DCJE).

Na gestão 2024-2026, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) consolidou seu protagonismo em inovação com a conquista do Prêmio Agilidade Brasil, conferido pelo Agile Trends GOV. O reconhecimento nacional veio em 2025 após a experiência-piloto realizada em 2024: a Divisão de Contadoria Judicial Estadual (DCJE) foi premiada pelo projeto “Implementação do Modelo Ágil DCJE: Automação de 65% dos Cálculos de Custas do TJSC”, que otimizou rotinas, reduziu prazos e elevou a eficiência dos serviços processuais em todo Estado.

A iniciativa teve impacto expressivo: mais de 277 mil processos foram concluídos com agilidade e precisão, proporcionando economia superior a R\$ 3,1 milhões e reduzindo o tempo de devolução dos cálculos de até 30 dias para cerca de cinco dias – indicador considerado referência nacional em produtividade e governança.

EFEITO MULTIPLICADOR - O projeto, construído com metodologia ágil, foi desenvolvido em 24 ciclos (sprints), demonstrando o potencial de equipes

multidisciplinares para inovar rotinas, fortalecer o controle de filas, garantir previsibilidade, segurança jurídica e maximizar resultados com impacto social.

O prêmio também destaca o efeito multiplicador para toda sociedade: a automação dos cálculos, além de eliminar gargalos e reduzir a judicialização de temas acessórios, garantiu maior transparência, previsibilidade e justiça procedimental aos usuários do sistema. O projeto pode ser replicado nacionalmente nos tribunais que adotam o sistema eproc.

“Desde sua criação, a DCJE tem buscado continuamente por inovação, eficiência e valorização técnica dos servidores, contribuindo diretamente para a melhoria da prestação jurisdicional em Santa Catarina”, avalia Dalila Martini, chefe da DCJE. Segundo a gestora, os contadores judiciais envolvidos demonstraram excelência ao aplicar metodologias ágeis com profundidade e responsabilidade, de forma a entregar soluções inovadoras e escaláveis para o Judiciário.

NÚMEROS E DESTAQUES

- 65% dos cálculos de custas automatizados
- 277 mil processos entregues com agilidade
- Mais de R\$ 3,1 milhões economizados
- Redução do tempo médio de resposta: 30 para 5 dias
- 24 sprints/ciclos de gestão ágil implementados



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA NO JUDICIÁRIO CATARINENSE

Ferramenta marca uma virada de cultura, institucionaliza a inovação e prepara a Justiça catarinense para o futuro.

“A adoção da inteligência artificial não veio para substituir o trabalho humano no Judiciário. É uma ferramenta para evoluir nossa entrega: produzir mais, em menos tempo, com qualidade e segurança, liberando os servidores e magistrados para atuarem naquilo que mais importa — a análise e a decisão jurídica, sempre com responsabilidade e ética.”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente TJSC.

A implantação da inteligência artificial (IA) no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) foi um dos grandes avanços institucionais da gestão 2024-2026 quando se trata de inovação. O projeto, articulado pela Academia Judicial (AJ) e pela Diretoria de Tecnologia da Informação,

posicionou Santa Catarina como o primeiro Estado do país a adotar uma IA generativa — o Copilot, da Microsoft — como ferramenta institucional oficial para apoiar o trabalho de magistrados e servidores em ambiente digital seguro e controlado.

O marco inicial da transformação ocorreu em 9 de julho de 2024, com o lançamento do Copilot em evento histórico. O neurocientista Leandro Mattos, convidado para a palestra de abertura, traçou um paralelo entre o impacto da IA e a chegada dos microcomputadores ao Judiciário, destacando que a ferramenta tornaria o trabalho mais produtivo, seguro e rápido, tal como o pacote Office revolucionou rotinas na década de 1990. O diretor de TI, Daniel Moro de Andrade, frisou que “o Copilot chega como um assessor virtual”, já que, em experiências práticas, servidores economizaram até oito horas em uma única tarefa de transcrição e organização de relatórios, otimizando recursos e liberando equipes para desafios de maior valor agregado.

Em sequência, foi estruturado um amplo programa de capacitação, com 900 profissionais treinados em IA — entre juízes, assessores, servidores e técnicos — em turmas regionais presenciais e virtuais. O TJSC também criou uma rede de multiplicadores internos, preparando formadores para disseminar o uso, a ética e as práticas seguras da IA por todo o Estado. Ao final de 2025, o TJSC tornou-se um dos primeiros tribunais a integrar o modelo GPT-5 ao Copilot, elevando ainda mais o potencial de automação e de raciocínio adaptativo dos assistentes digitais. “O projeto engloba uma série de ações para a difusão do uso responsável de IA no Judiciário catarinense. É a sequência da implantação do Copilot como ferramenta institucional de inteligência

artificial generativa, em paralelo à aplicação de IA em diversas tarefas já integradas ao sistema eproc”, explicou o juiz auxiliar da Presidência Fernando Rodrigo Busarello, responsável pelo Núcleo de Tecnologia e Inovação do TJSC.

Os ganhos foram imediatos: simplificação de rotinas, precisão na produção de documentos, agilidade em processos, padronização de conteúdos, automação de degravações, organização de dados e apoio na análise preditiva de demandas. O ambiente fechado proporcionou regulamentação robusta de privacidade, proteção de dados e governança — pilares fundamentais para a confiança institucional e o uso responsável da IA.

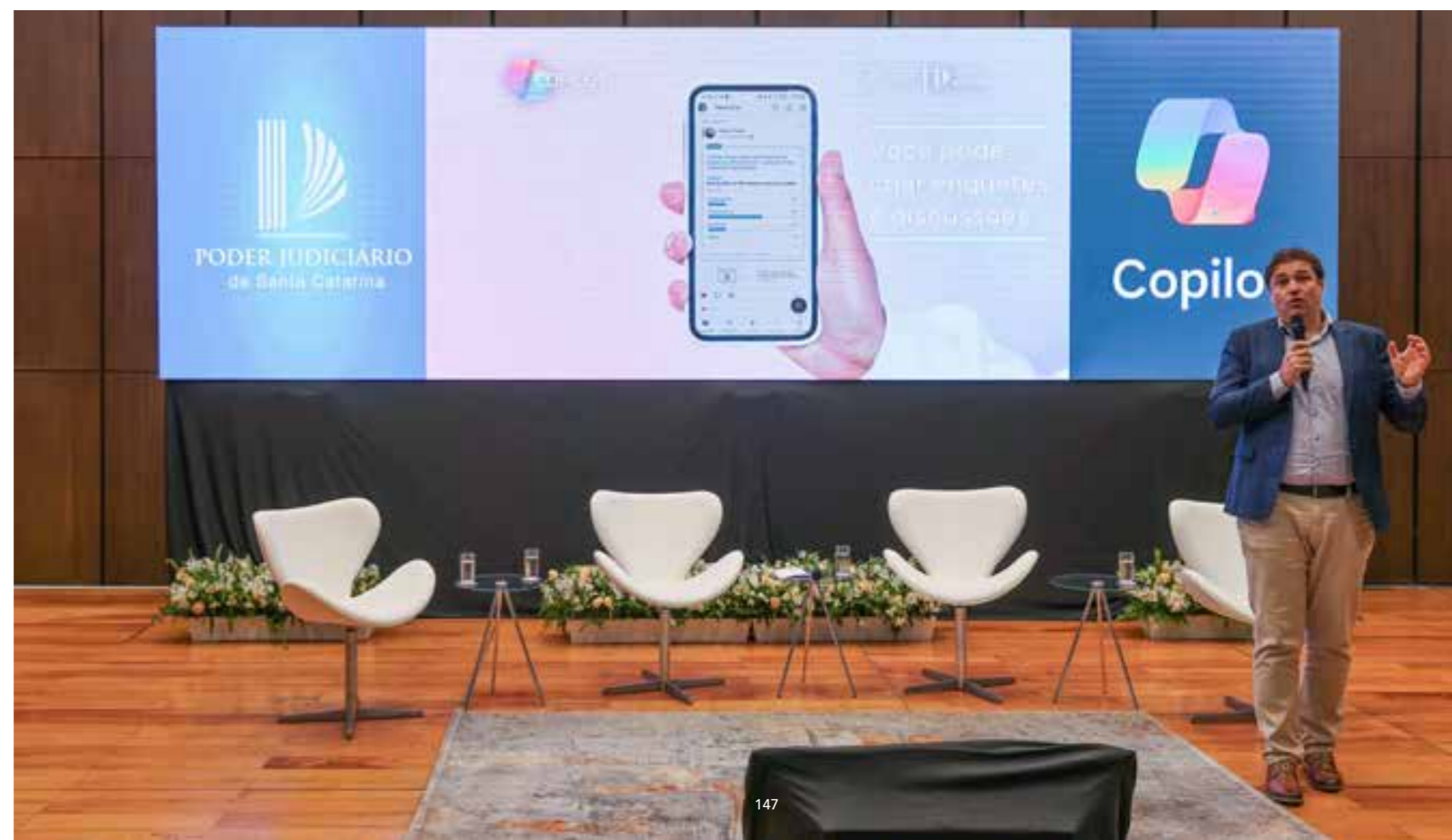
O presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, destacou: “Para que essa transformação digital seja bem-sucedida, é fundamental que todos nós, integrantes do sistema de justiça, estejamos envolvidos e comprometidos com o processo. A inclusão e a colaboração serão as chaves para desbloquear o potencial pleno da inteligência artificial em nosso ambiente de trabalho. Nossa comunicação será clara e transparente. E aqui, no novo compromisso que se assume, começaremos com diálogo aberto sobre a inteligência artificial, como ela afetará as nossas funções, qual o impacto dela. E é essencial que todos entendam os benefícios que o Copilot trará, bem como as mudanças que podem esperar.”

Além das ações técnicas, o TJSC abriu espaço para debate público com a realização de audiência pública, envolvendo magistrados, representantes do Ministério

Público, sociedade civil e academia, para discutir desafios e oportunidades da IA no Judiciário catarinense.

DESTAQUES DA IA NO TJSC (2024-2025)

- 900 profissionais capacitados na primeira etapa;
- Implantação pioneira do Copilot em ambiente controlado e seguro;
- Integração com eproc, SEI e Microsoft 365;
- Automação de tarefas (degravações, minutas, relatórios) e ganho real de produtividade;
- Uso do modelo GPT-5 liberado em 2025 para analítica avançada;
- Rede de formadores internos e multiplicadores em IA para toda a Justiça catarinense.



MODELO DO EPROC CATARINENSE É REFERÊNCIA NACIONAL

Evolução do sistema impulsiona automação, integração ampla e modernização contínua da Justiça catarinense.

“A evolução do eproc em Santa Catarina é construída ouvindo o usuário, analisando dados de acesso e investindo em automação e integração. O Escritório de Apoio reflete nosso compromisso de difundir conhecimento e apoiar a transformação digital do Judiciário brasileiro.”

Daniel Moro de Andrade, diretor de TI do TJSC.



Com uma governança inovadora e atuação colaborativa, o TJSC firmou, na gestão 2024-2026, o ecossistema eproc como eixo estratégico e transformador da Justiça catarinense — reconhecida no Estado e no Brasil como referência em digitalização, acessibilidade e excelência judiciária.

A gestão marcou a afirmação do modelo catarinense do eproc como motor da transformação digital no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), consolidando uma trajetória de protagonismo nacional e inovação tecnológica. O sistema, fruto de parceria com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), tornou-se a espinha dorsal da tramitação processual, integrando múltiplas funcionalidades, automações e soluções pensadas para aproximar a Justiça catarinense de cidadãos, advogados,

magistrados e servidores — sempre com foco em eficiência, segurança e transparência. Logo no início de 2024, o TJSC instituiu o Escritório de Apoio à Implantação do eproc, estrutura estratégica que fomentou o intercâmbio com outros tribunais, compartilhou conhecimento e prestou suporte técnico ao Amazonas, Tocantins, Sergipe, Maranhão e outros, consolidando o modelo catarinense como referência em expansão do eproc pelo país.

A participação ativa no III Encontro Interinstitucional do eproc, em Belo Horizonte, teve a presença do presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, e do diretor de TI, Daniel Moro de Andrade, que lideraram discussões sobre integração, interoperabilidade, automação de rotinas e boas práticas nacionais. O juiz auxiliar da

Presidência, Rafael Fleck Arnt, destacou-se em grupos nacionais que evoluem o sistema junto ao CNJ e a outras cortes.

Os avanços concretos do período são expressivos. O novo Portal de Conhecimento do eproc superou 160 mil acessos em 2024, com cartilhas, vídeos, FAQs e fóruns colaborativos que expandiram exponencialmente a capacidade de autoatendimento e atualização. O Portal Processual foi totalmente redesenhado para navegação responsiva e integração, registrando mais de 20 mil acessos diários. Entre as inovações, destacam-se ferramentas inéditas de controle automático do cumprimento de sentença e do prazo prescricional penal, além da integração do eproc com soluções de IA, BI/robôs e módulos de automação da Corregedoria,

tornando a máquina judiciária mais ágil e precisa.

O TJSC atuou ainda como agente multiplicador nacional: além de eventos presenciais e trocas técnicas, liderou rodadas de atualização conjuntas, como workshops com o TRF4, TJRS, TJMG e TJTO e participou ativamente da governança interinstitucional do sistema. O Tribunal ajudou a estruturar acordos de cooperação técnica, cedeu especialistas para missões técnicas e manteve magistrados e servidores em posições de destaque nos comitês gestores e em agendas do CNJ para a evolução constante do eproc.



NÚMEROS E DESTAQUE DO EPROC EM SC (2024-2025)

- 160 mil acessos ao Portal do Conhecimento do eproc em 2024;
- Mais de 20 mil acessos diários ao novo Portal Processual;
- Escritório de Apoio do TJSC: referência técnica para 5 tribunais estaduais e federais;
- Novas ferramentas digitais: controle automatizado de sentença e prescrição penal integrados ao ecossistema;
- Eventos nacionais realizados, com painel catarinense nos principais fóruns (ex: III Encontro Interinstitucional).

NÚCLEO É RESPONSÁVEL POR ESTRATÉGIAS DE IMPACTO

Estrutura sustenta ritmo acelerado de modernização e posiciona TJSC entre os tribunais de vanguarda na excelência tecnológica institucional.

“O núcleo potencializa nossa capacidade de coordenar equipes e estratégias digitais, elevando o TJSC como referência em justiça digital. A governança conjunta de TI, inovação e automação gera entregas céleres, seguras e de impacto direto no dia a dia do Judiciário.”

Juiz Fernando Rodrigo Busarello,
coordenador do Núcleo.



A criação do Núcleo de Tecnologia e Inovação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), formalizada pela Resolução GP n. 25, de 15 de abril de 2025, marcou um novo patamar no planejamento, desenvolvimento e coordenação das estratégias digitais do Judiciário catarinense. O núcleo foi estruturado como braço executivo da Presidência para acelerar iniciativas do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), ampliar a governança de TI e viabilizar adoção ágil de soluções inovadoras — incluindo projetos de automação, inteligência artificial, segurança da informação e interoperabilidade institucional.

Desde seu primeiro dia, o Núcleo — coordenado pelo juiz auxiliar da Presidência, Fernando Rodrigo Busarello — assumiu papel central na administração e priorização dos mais de 90 projetos TIC do TJSC. Busarello lidera a articulação entre

a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), magistrados, equipes técnicas e o CGovTI, além de representar o tribunal em fóruns nacionais de inovação judicial, sendo referência na gestão das políticas de IA, automação e novas tecnologias.

A formação técnica especializada da nova estrutura, com representantes das áreas-chave do Tribunal, assegura governança clara, decisões ágeis e sinergia institucional.

Entre os benefícios mais imediatos estão o aprimoramento da segurança digital, a centralização de projetos para ganho de escala, a implementação de ferramentas de IA, a ampliação da capacidade de resposta às necessidades do Judiciário e a modernização dos sistemas judiciais — com destaque para o lançamento do novo Portal do Conhecimento e para a integração das soluções digitais nos fluxos forenses e administrativos.

PROJETOS E DESTAQUES (2025-2026)

- Coordenação e priorização de 90+ projetos de tecnologia;
- Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2025-2026;
- Desenvolvimento de ferramentas de IA e automações em fluxo judicial;
- Lançamento do novo Portal do Conhecimento;
- Gestão integrada de segurança da informação e proteção de dados pessoais;
- Apoio à digitalização processual e integração com sistemas judiciais nacionais.



INOVAÇÃO EM INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA

Núcleo moderniza a proteção com tecnologia, gestão integrada de riscos e ações conjuntas na gestão.

Na gestão 2024-2026, o NIS ampliou sua visibilidade institucional ao apresentar o conjunto de estratégias e inovações adotadas para reforçar a segurança de magistrados, servidores e usuários.

Houve destaque para a modernização do sistema de registro e acompanhamento das ocorrências de segurança, hoje totalmente digital e integrado, o que permite monitoramento em tempo real, maior controle sobre vulnerabilidades e integração com bases externas, como as do CNJ e de recursos humanos do Tribunal.

Esse modelo reforçou a capacidade de gestão profissional da segurança institucional, apontado como referência para outros tribunais.

PREVENÇÃO - As ações práticas do núcleo no período incluem operações conjuntas com a Polícia Civil para desarticular

quadrilhas que atuavam em crimes patrimoniais, bem como investigações voltadas à identificação e prisão de hackers ligados a invasões de sistemas do Judiciário, reforçando a proteção cibernética do PJSC.

Ao mesmo tempo, o NIS passou a contribuir com iniciativas de educação e prevenção, apoiando programas voltados ao combate a crimes digitais em escolas e participando de ações de sensibilização sobre segurança digital para magistrados e servidores, em consonância com a crescente relevância da proteção de dados e da integridade dos sistemas de justiça.

O núcleo é referência em gestão profissional da segurança, ressaltando que a proteção de magistrados, servidores e usuários é condição essencial para garantir a independência judicial e o funcionamento regular da Justiça catarinense.

O trabalho da equipe, composta por profissionais especializados em diversas áreas da segurança, também alcançou reconhecimento nacional, com o modelo catarinense sendo citado como referência por outros tribunais e pelo próprio Conselho Nacional de Justiça. O NIS como peça-chave na consolidação de uma cultura permanente de segurança institucional no TJSC.



NIS NA GESTÃO 2024-2026

- Unidade estratégica vinculada à Presidência do TJSC e ao Conselho de Segurança Institucional, com foco em inteligência, segurança e operações;
- Atuação orientada por diretrizes nacionais de segurança institucional do Poder Judiciário e reconhecida como referência por outros tribunais;
- Sistema 100% digital para registro e acompanhamento de procedimentos, com integração a bases internas e externas e monitoramento em tempo real;
- Missões permanentes de segurança em audiências, sessões do Tribunal do Júri, inspeções no sistema prisional, escoltas e varreduras eletrônicas;
- Ênfase crescente no combate a crimes cibernéticos, incluindo fraudes financeiras, uso indevido da imagem do TJSC e tentativas de invasão a sistemas.





Agosto
lilás

Exposição
As Cores de Cada Vida
Hall de Entrada TJSC | 1º a 30 de agosto

05

CREDIBILIDADE

5.1 Tribunal amplia ações de proteção.....	158
5.2 Programas do TJSC avançam na proteção integral.....	162
5.3 Fiscalização, análise de candidatos e atuação internacional.....	166
5.4 Lar legal alcança marca histórica.....	168
5.5 PJSC mais social apoia 238 projetos em 100 municípios.....	170
5.6 Na linha de frente da solidariedade.....	172
5.7 Trabalho de articulação constrói soluções.....	174
5.8 Reconhecimento reforça prestígio institucional.....	180
5.9 Iniciativa cria nova dinâmica para solução de conflitos.....	184



TRIBUNAL AMPLIA AÇÕES DE PROTEÇÃO

Levantamento inédito mostrou que judiciário catarinense sentenciou 106 casos de feminicídio nos primeiros sete meses de 2025.

Toda semana, mais de 600 mulheres em Santa Catarina recorrem ao Judiciário para buscar proteção. A Justiça catarinense julga cerca de 111 ações de violência doméstica por dia e sentenciou 106 casos de feminicídio apenas nos primeiros sete meses de 2025. Os números integram um levantamento inédito produzido pelo Núcleo de Comunicação Institucional (NCI), divulgado em coletiva de imprensa que reuniu os maiores grupos de comunicação do Estado em agosto passado.

O objetivo do diagnóstico, com ampla repercussão na sociedade catarinense, foi dar visibilidade ao problema e orientar de forma ainda mais efetiva as ações já desenvolvidas pelo TJSC.

À frente dessas ações está a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid), coordenada pela desembargadora Hildemar Meneguzzi de Carvalho.

ATENDIMENTO HUMANIZADO - “Na gestão atual, a Cevid foi pautada por um atendimento humanizado. Ampliamos o quadro de servidores para melhor atender a sociedade e, com o apoio da Academia Judicial, oferecemos capacitação permanente a pessoas de todos os gêneros”, afirma Hildemar. O órgão atua como articulador da rede de enfrentamento em todas as comarcas do Estado. Ainda nesta gestão, a Cevid ampliou os projetos de prevenção, fomentou a criação de comitês interinstitucionais, produziu materiais educativos e integrou políticas públicas com Executivo, Ministério Público, Defensoria e sociedade civil.

5.1 VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

A Justiça catarinense reforça, cada vez mais, a prevenção como eixo estratégico. “A legislação por si só não adianta, apesar de ser fundamental, mas as políticas públicas precisam acontecer. No Judiciário já temos a compreensão de que não basta apenas julgar. Nós conhecemos os conflitos e podemos contribuir na prevenção para interromper o ciclo, porque cada vítima de violência é uma derrota para o sistema”, afirma o presidente do TJSC, Francisco Oliveira Neto. Em 2025, o TJSC implementou um dos primeiros projetos do Brasil de grupos reflexivos para adolescentes dentro das escolas. O piloto, na Escola Básica Jacó Anderle, em Florianópolis, mostrou forte engajamento dos jovens ao discutir estereótipos, masculinidades, relações de poder e violência. Paralelamente,

o piloto do Programa Verbaliza, desenvolvido em Biguaçu, criou espaços de autoconsciência emocional entre alunos, com 16 encontros presenciais conduzidos por psicólogos e assistentes sociais. A Cevid também lançou cartilhas educativas, como a Crush Perfeito, voltada a adolescentes para identificar sinais de relacionamentos abusivos. No Agosto Lilás, levou campanha institucional às salas de cinema, ampliando o alcance da mensagem de prevenção.

O trabalho também se estende aos homens autores de violência. Santa Catarina é referência nacional em grupos reflexivos masculinos, com mapeamento inédito realizado pelo TJSC em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Eram 32 grupos em 2022.



Passaram a 43 em 2023, um crescimento de 34,37%. Ao longo dos anos, 4.298 homens participaram dessas atividades. O trabalho resultou na produção de uma trilogia sobre grupos reflexivos, considerada o mapeamento mais completo sobre o tema no país.

No próprio Judiciário, o Programa Indira fortalece a política de prevenção voltada a magistradas, servidoras, estagiárias, terceirizadas, comissionadas e residentes. O programa promove rodas de conversa, acolhimento e orientação e atua de forma integrada com o Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional. Em 2025, o Indira também deu publicidade a um sistema inédito de alertas automáticos sobre a progressão de regime de agressores, ferramenta anunciada no 2º Seminário do Programa Indira.

A Central de Atendimento Especializado às Vítimas (CEAV) amplia esse ecossistema de proteção ao garantir acolhimento, escuta qualificada e orientação às vítimas de crimes, atos infracionais e violência doméstica. O serviço funciona no Balcão Virtual, WhatsApp, e-mail, telefone e também de forma presencial, mediante agendamento. No primeiro semestre de 2025, o CEAV ultrapassou o número total de atendimentos registrados em todo o ano anterior. “A violência contra a mulher é um problema estrutural e complexo, que exige resposta coordenada, contínua e permanente”, afirma a desembargadora Hildemar Meneguzzi de Carvalho.



PROGRAMAS DO TJSC AVANÇAM NA PROTEÇÃO INTEGRAL

Novos Caminhos e Conhecer para se Proteger fortalecem a garantia de direitos, a educação e o acesso ao mercado de trabalho.

O impacto é concreto. Em 12 anos de atuação, o programa Novos Caminhos já atendeu mais de 9,2 mil crianças e adolescentes em Santa Catarina, viabilizou 16,5 mil matrículas em cursos de educação básica e profissional e abriu portas para mais de dois mil jovens no mercado de trabalho. Só no primeiro semestre de 2025, 352 adolescentes ingressaram em empregos formais.

O programa oferece serviços de educação, saúde e articulação para a empregabilidade de jovens que vivem nas 245 instituições que abrigam crianças e adolescentes em Santa Catarina.

Para os maiores de 14 anos, a iniciativa viabiliza cursos de profissionalização e articula vagas no mercado de trabalho. Já os menores de 14

participam de ações voltadas à saúde, ao bem-estar e à educação em contraturno. O objetivo central é estimular a cidadania e promover a autonomia financeira.

VIDA DIGNA - Esse preparo é essencial porque, ao completarem 18 anos, os jovens devem deixar os serviços de acolhimento institucional, salvo em casos de reintegração à família biológica. O programa, então, os qualifica para que ingressem nessa nova etapa com ferramentas que lhes permitam uma vida digna e independente. Eles foram enviados a esses lares provisórios por medida de proteção porque, em suas famílias de origem, viviam em situação de risco pessoal, social e de vulnerabilidade.



Para o presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador Francisco Oliveira Neto, o programa cumpre o que a sociedade espera do sistema de Justiça. “O Novos Caminhos é uma ação que faz com que o Poder Judiciário cumpra verdadeiramente a sua função, porque gera paz social, garante a dignidade dos jovens acolhidos e faz com que eles tenham instrumentos para escolher o caminho que desejarem seguir”.

Deu tão certo que o Programa foi nacionalizado pelo Conselho Nacional Nacional (CNJ). O então presidente do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, salientou que o programa promove a educação inclusiva de qualidade, abrindo novas oportunidades aos jovens egressos das instituições de acolhimento. “Novos Caminhos é um projeto social muito importante e de grande relevância”, ressaltou.

A desembargadora Rosane Portella Wolff, responsável pela Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (Ceij) do TJSC, segue a mesma linha: “Com o Novos Caminhos, devolvemos aos jovens o direito de sonhar e de escolher seus próprios destinos. Sinto-me honrada não apenas pelo reconhecimento do programa pelo CNJ, mas por fazer parte de uma

rede comprometida e unida em defesa das nossas crianças e adolescentes”. A CEIJ vai além do Novos Caminhos. Também articula políticas públicas para a proteção integral, fomenta pesquisa, firma convênios, capacita magistrados, servidores e equipes multiprofissionais e atua de forma integrada com outras instituições. Destaque, na gestão, para o Programa Conhecer para se Proteger, lançado em maio de 2025. Em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e a Polícia Civil, o projeto levou cidadania digital e prevenção de crimes virtuais a mais de cinco mil estudantes catarinenses.

Esses resultados refletem o trabalho coletivo de magistrados, servidores e parceiros, guiados pelo propósito de assegurar direitos e construir um futuro mais justo e seguro para as crianças e adolescentes catarinenses.

PROTEÇÃO NA INTERNET - Recebida com grande interesse pela sociedade, a iniciativa marca uma atuação inédita entre instituições públicas na prevenção aos crimes no ambiente virtual. O objetivo é proteger as crianças e os adolescentes, oferecendo rodas de conversa, palestras e formação para professores, para que os estudantes possam navegar na internet com mais segurança.

Outros projetos da CEIJ avançaram muito nesta gestão, entre eles o Plano de Ação da Primeira Infância, atualizado com novos eixos para integrar diferentes ramos do Judiciário, além do Depoimento Especial e do fortalecimento do Comitê da Justiça Restaurativa.

“A gestão 2024-2026 foi marcado por conquistas significativas para a

Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (Ceij). Com dedicação e compromisso, consolidamos políticas públicas, ampliamos parcerias estratégicas e reforçamos a atuação do Judiciário na promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes”, resume a desembargadora Rosane.



FISCALIZAÇÃO, ANÁLISE DE CANDIDATOS E ATUAÇÃO INTERNACIONAL

Comissão responsável no TJSC visitou 127 abrigos, qualificou pretendentes e estabeleceu interlocução com autoridades estrangeiras.

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção de Santa Catarina (CEJA/SC), órgão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), ampliou as ações voltadas ao cuidado de crianças e adolescentes entre 2024 e 2025. A comissão atuou em quatro casos de adoção internacional, articulou com autoridades de outros países, emitiu certificados e encaminhou oito crianças e adolescentes para famílias substitutas residentes na Itália.

A CEJA também visitou todos os 127 serviços de acolhimento institucional do Estado durante a gestão. Após cada visita, produziu relatórios técnicos e enviou recomendações às comarcas para ajustes, correções e melhorias, garantindo fiscalização permanente desses ambientes. Houve ainda o desenvolvimento do projeto de Busca às Origens, tanto para adoções internacionais como nacionais, com

mediação psicológica quando necessária. A iniciativa qualifica o atendimento e dá maior visibilidade ao direito de acesso às informações biológicas.

PRETENDENTES - Outro destaque foi o Curso de Preparação para Pretendentes à Adoção. A edição mais recente voltou a ser totalmente presencial, com carga horária total de 15 horas. No total, 1.959 pretendentes participaram das turmas híbridas e presenciais no período. Além

disso, representantes da CEJA participaram das rodas de conversa sobre Família Acolhedora em oito municípios, apoiando a implementação municipal desse serviço em consonância com parâmetros nacionais. Ao final, o trabalho encontrou suporte da Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ), que apoiou editais para seleção de projetos sociais, promoveu os atos formais necessários à transferência de recursos e monitorou processos eletrônicos relativos à Conta Centralizada.

LAR LEGAL ALCANÇA MARCA HISTÓRICA

Programa amplia o acesso à moradia formal com mais de 10 mil títulos entregues em dois anos.

Foi a maior entrega da história do Programa Lar Legal, idealizado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina: 1.530 títulos em único dia. A cerimônia reuniu mais de cinco mil pessoas e foi realizada em Palhoça, na grande Florianópolis, em 13 de dezembro de 2025. A iniciativa regulariza áreas urbanas já consolidadas, por meio da concessão de títulos de propriedade às famílias que

ocupam lotes informalmente, garantindo-lhes segurança jurídica, dignidade e acesso a serviços públicos essenciais.

A entrega de um documento pode parecer simples. Mas, para quem esperou décadas, é muito mais do que um papel. O Lar Legal, programa de regularização, já transformou a vida de 45 mil famílias em todo o Estado

ao longo de 26 anos. Em 2024, 4.646 famílias conquistaram definitivamente o direito de propriedade. E em 2025, foram 4.357. Desta forma a atual gestão deixa a marca do maior número de entregas em apenas dois anos: 9.003.

Para o desembargador Selso de Oliveira, coordenador do programa, cada cerimônia de entrega representa o resultado de um esforço coletivo entre Poder Judiciário, cartórios, Ministério Público, advocacia, prefeituras e comunidade. Ele afirma que “o Lar Legal cumpre uma função social primordial e traz segurança e pacificação às comunidades envolvidas”.

SONHO REALIZADO - O impacto é real e positivo, como explica Vladimir Borges Ribeiro, morador da Frei Damião, em Palhoça: “O Lar Legal impactou decisivamente minha comunidade, área de grande vulnerabilidade social, porque trouxe segurança, pacificação, movimentou a economia e melhorou a qualidade de vida”. Em várias regiões, a emoção marca o momento em que o documento chega às mãos de quem esperou por décadas. “Hoje é um dia histórico. É um sonho de muitas décadas que se realiza.

É a prova de que, com o empenho da comunidade em parceria com as instituições, podemos construir uma sociedade melhor e mais justa”, o líder comunitário João Domingos Pereira durante o lançamento do projeto em sua região. Com propriedade formalizada, os municípios podem implantar obras de saneamento básico, iluminação pública, regularizar os serviços, atrair investimentos e cobrar IPTU, dando novo sentido aos territórios.

FRENTE RURAL - O programa nasceu em Santa Catarina, tornou-se referência nacional e inspirou outros estados. Agora, 26 anos depois do início e com impacto comprovado, Santa Catarina abriu uma nova frente. Em setembro de 2025, o Poder Judiciário catarinense lançou em Chapecó o programa “Imóvel Rural Legalizado”, iniciativa voltada à regularização de imóveis rurais, com prioridade para propriedades da agricultura familiar. O movimento integra a Marcha pela Regularização Rural e é resultado de ação coordenada pela Corregedoria-Geral do Foro Extrajudicial em parceria com o Registro de Imóveis do Brasil – seção de Santa Catarina.





PJSC MAIS SOCIAL APOIA 238 PROJETOS EM 100 MUNICÍPIOS

Na gestão 2024-2026, o programa beneficiou entidades com verba de R\$ 9,2 mi, destinada a ações sociais, de saúde, educação e segurança pública.

O Programa PJSC Mais Social encerrou a gestão com resultados expressivos. Em 2024 e 2025, foram contemplados 238 projetos sociais em 100 municípios catarinenses. Essas entidades públicas e privadas receberam um total de R\$ 9,2 milhões.

Por intermédio do Conselho Gestor da Conta Centralizada, a ação destina recursos provenientes de penas de prestação pecuniária, suspensão condicional do processo, transação penal e acordos de não persecução a entidades públicas ou privadas com finalidade social. O pré-requisito é que elas atuem nas áreas de

segurança pública, educação, saúde ou desenvolvam atividades de relevante cunho social.

AVANÇOS - Em 2025, o programa distribuiu R\$ 7.001.216,93 para 181 entidades de 76 cidades. Florianópolis, Chapecó, Itajaí, Maravilha, Palma Sola, Criciúma, São José e Petrolândia estiveram entre as mais contempladas, com cinco ou mais projetos selecionados. Já em 2024, o Mais Social destinou R\$ 2,2 milhões a 57 projetos voltados às áreas de educação, saúde e segurança pública em diversas regiões do Estado.

O presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, afirmou que “o trabalho desenvolvido pelas entidades tem contribuído de forma concreta para transformar realidades em Santa Catarina e no país. A atuação conjunta com o poder público fortalece o caráter social das políticas de Justiça.”

Segundo ele, a finalidade do sistema não é aplicar punições, negociar acordos de não persecução penal ou estabelecer prestações pecuniárias, mas essas medidas fazem parte do ordenamento jurídico e são utilizadas quando necessárias.

O ponto central, conforme o presidente, é assegurar que os valores pagos nessas situações sejam direcionados de forma direta a áreas essenciais do Estado, como saúde, educação, segurança pública e políticas sociais.

A cerimônia de entrega dos recursos de 2025 foi realizada no Tribunal de Justiça de Santa Catarina no dia 4 de dezembro, com a participação de representantes das entidades contempladas e magistrados de todas as regiões.



NA LINHA DE FRENTE DA SOLIDARIEDADE

Ações da Justiça catarinense mostram resposta rápida, apoio a serviços essenciais e promoção de cidadania nas comunidades.

No maior desastre natural da história do Rio Grande do Sul, em maio de 2024, o Poder Judiciário catarinense atuou em várias frentes para ajudar o Estado vizinho: disponibilizou viaturas e embarcações, enviou 14 policiais do Núcleo de Segurança e Inteligência (NIS) e da Casa Militar em duas equipes para patrulhamento terrestre, aquático e aéreo em Porto Alegre e região. Organizou ainda uma campanha de arrecadação que mobilizou comarcas de todo o Estado. Em tecnologia, montou uma unidade de emergência para o TJRS no eproc hospedado nos servidores catarinenses, com plantão no 1G, gabinete de plantão e ativação no 2G, além de isentar custos e criar modelos-padrão para manter o serviço em plena atividade.

A Diretoria-Geral Administrativa coordenou o fluxo de doações com a Secretaria-Geral do Tribunal de Justiça do Rio Grande do

Sul (TJRS) e chefes de secretaria. A Defesa Civil de SC e a Fundação Somar garantiram a destinação dos itens recolhidos. Pelo Conselho Gestor da Conta Centralizada e por 46 varas, o Judiciário transferiu R\$ 6,2 milhões ao Fundo Estadual de Defesa Civil do RS.

Entre o fim de junho e o início de julho, seguiu a primeira grande leva de mobiliário; até dezembro, dez caminhões haviam cruzado a fronteira, e o total chegou a 1.389 itens doados para recompor delegacias e outras estruturas da Polícia Civil gaúcha.

POLÍTICA DE CIDADANIA - Em paralelo à resposta emergencial no Rio Grande do Sul, a gestão avançou em outras similares. Após as enchentes de janeiro de 2025 na Grande Florianópolis, o TJSC doou 115 bens à Fundação Catarinense de Educação

Especial e evitou a interrupção das atividades pedagógicas de cerca de 450 educandos. Na saúde, três veículos foram doados à Secretaria de Estado da Saúde em março, com acompanhamento do CNJ; em maio, outros dois reforçaram o Tratamento Fora de Domicílio. A Maternidade Carmela Dutra recebeu 22 dos 109 móveis repassados ao Fundo Estadual de Saúde e estruturou seis setores administrativos. Em julho, Santo Amaro da Imperatriz foi contemplada com um automóvel para o transporte de pacientes a exames, consultas especializadas e hemodiálise.



REGISTRE-SE! A política de cidadania ganhou capilaridade. Na 3ª Semana Nacional do Registro Civil – Registre-se!, o Tribunal, em parceria com 29 instituições, levou serviços à população vulnerável. Em Biguaçu, equipes emitiram 51 documentos em duas horas na aldeia M'Biguaçu.

No Oeste, o projeto Cidadania Originária confeccionou quase 900 certidões a comunidades Kaingang e Guarani, com reconhecimento do nome dos povos nos registros. A Corregedoria Extrajudicial reuniu 29 registradores para acelerar a ratificação de registros na faixa de fronteira antes do prazo legal de 22 de outubro de 2025.

RESPOSTA RÁPIDA - A gestão também acelerou pagamentos devidos a cidadãos. Na véspera da Páscoa de 2025, a Diretoria de Orçamento e Finanças operou em regime de plantão, processou 2,5 mil alvarás e liberou R\$ 26,5 milhões pelo Sidejud, evitando que milhares de pessoas esperassem o fim do

feriado. Em políticas voltadas à população em situação de rua, TJSC, TRE-SC, TRF4 e TRT12 instituíram o Comitê Local PopRuaJud-SC para articular atendimento e garantir direitos. Em Lages, o programa Justiça até Você aproximou serviços básicos de saúde, educação, cultura, lazer, justiça e cidadania. Na comunidade quilombola Vidal Martins, a CEVID promoveu escuta ativa e valorização da ancestralidade. “O Judiciário sempre nos abraçou com um abraço inteiro”, disse Jucélia Beatriz Vidal, ao receber a comitiva.

Ao longo de 2024 e 2025, o TJSC combinou resposta rápida a emergências, parcerias interinstitucionais e políticas continuadas de inclusão. A mesma estrutura que sustenta a prestação jurisdicional fez diferença no território: apoiou quem perdeu tudo nas cheias, garantiu aula para crianças com deficiência, encurtou a fila de quem aguardava um alvará, levou documentação a aldeias e reforçou o transporte de pacientes.



TRABALHO DE ARTICULAÇÃO CONSTRÓI SOLUÇÕES

Parcerias firmadas em 2024 fortaleceram a atuação nacional e geraram avanços concretos em Santa Catarina.

Em 2024, a gestão abriu frentes de cooperação. Em julho, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) e o Instituto do Meio Ambiente (IMA) assinaram acordo para prevenir conflitos ambientais e enfrentar violações. No Salão Nobre, o presidente reforçou a lógica que guiaria as próximas entregas: “A cooperação judiciária é uma das boas novidades na atuação jurisdicional nos últimos anos, ancorada na compreensão de que não se trabalha contra, pois o Estado é um só e nós temos que construir as soluções.”

Em julho, foi firmado o convênio com a Procuradoria da República para uso compartilhado dos PIDs em fóruns e Casas da Cidadania; o Tribunal garantiu espaço, estrutura e atendimento, enquanto o MPF liberou acesso aos sistemas e treinou as equipes.

PARCERIAS - A rede se expandiu. Ainda em julho, TJSC e TRE-SC firmaram três termos de cooperação: criação de unidade especializada para monitorar decisões do Sistema Interamericano, oferta de serviços eleitorais nos PIDs e desenvolvimento de solução conjunta para certidões eleitorais, a fim de dar celeridade ao registro de candidaturas. Em outubro, TJSC, TCE-SC, TRE-SC, TRT-12 e Alesc juntaram forças para fomentar saúde preventiva de membros e servidores, com grupo gestor e planos de ação.

No mesmo período, a Presidência alinhou com o Governo do Estado o repasse de R\$ 14,6 milhões para manter, até dezembro, o pagamento de advogados dativos em comarcas sem Defensoria — serviço que, de janeiro a setembro, atendeu mais de 95 mil pessoas e seguiria necessário para outras 37 mil até o fim do ano.

Em agosto, a vice-presidência firmou com o INSS o convênio que simplifica o ressarcimento de perícias na justiça gratuita, solução prática para reduzir atritos operacionais e acelerar decisões.



O fio puxou 2025 para a mesa nacional. Em 17 de janeiro, o presidente Francisco Oliveira Neto tomou posse por aclamação no Consepre, em Goiás, e defendeu a centralidade da Justiça Estadual: "O ano de 2024 encerrou com cerca de 80,4 milhões de processos no Judiciário brasileiro. Destes, 60,9 milhões tramitam na Justiça Estadual, revelando um volume equivalente a 75,74% de todo o acervo."

Nos dias 3 e 4 de fevereiro, em Brasília, Oliveira Neto participou da abertura do Ano Judiciário no STF e convidou o ministro Luís Roberto Barroso para o encontro do Consepre em Florianópolis: "A presença do ministro reforça o nosso compromisso com uma Justiça cada vez mais ágil e efetiva." Aproveitou a agenda para avançar, na SPU, a permuta do imóvel da rua Almirante Lamego pelo da rua Bulcão Viana, passo necessário para

projetos de infraestrutura do PJSC e para atender às necessidades da DPU.

CONSEPRE - Florianópolis recebeu, de 26 a 29 de março, os presidentes dos TJs de todo o país. O XV Consepre, sediado na Sala de Sessões Ministro Teori Zavascki, valorizou o diálogo com STF, CNJ e STJ e resultou na Carta de Florianópolis, com oito conclusões aprovadas por unanimidade. O encontro homenageou ex-presidentes e trouxe à abertura o presidente e o vice do STJ. A mensagem institucional saiu nítida: construir soluções com quem decide nas Cortes superiores.

A percepção pública acompanhou o movimento. Pesquisa Acaert, divulgada em 21 de maio, mostrou crescimento da confiança no TJSC e aumento do uso dos serviços digitais. O presidente interpretou o sinal e registrou o efeito da pedagogia

institucional: "Quando a população entende os mecanismos da Justiça, ela evita litígios, busca orientação e encontra caminhos de paz."

Conteúdo e presença sustentaram a articulação. Na Fiesc, em 23 de maio, apresentou produtividade, especialização e previsibilidade como eixo de gestão a empresários e lideranças setoriais. Em junho, integrou audiência na Câmara dos Deputados sobre enfrentamento da violência doméstica, destacou iniciativas nacionais e locais e falou como quem constrói pontes. Entre 13 e 25 de junho, assumiu o Governo do Estado e anunciou foco em políticas sociais e diálogo; manteve a agenda de cooperação federativa e abriu o Summit Cidades defendendo o município como primeira porta do cidadão: "A primeira porta onde se bate é a porta do município. Criar condições para que os municípios possam exercer suas atribuições

não é uma escolha, é uma imposição da Constituição."

ENCONTRO DE VICE-PRESIDENTES - O TJSC também sediou o 4º Encontro do Colégio de Vice-Presidentes dos TJs, com debate sobre segurança jurídica e precedentes e presença do vice-presidente do STJ.

Em julho, no 16º Consepre, o presidente reafirmou a defesa do Judiciário e da democracia diante de ataques: "Estaremos prontos para caminhar com aqueles que defendem a independência e a soberania do Brasil."

No dia seguinte, a Carta Lençóis Maranhenses consolidou compromissos com instituições democráticas, sustentabilidade e desafios da era digital.



5.7 RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

A voz do Tribunal ganhou espaço nacional de opinião. Em 7 de agosto, O Globo publicou artigo do presidente sobre orçamento e impacto social do Judiciário: “O valor da paz social não pode ser mensurado apenas em percentuais de despesa. Deve ser avaliado à luz do que se conquista quando a justiça é feita: o restabelecimento do equilíbrio social.” No dia 13, em Brasília, defendeu no Observatório Nacional de Saúde a racionalização do acervo e a priorização do que entrega resultado — sem abdicar de direitos sociais: “Só em Santa Catarina há 3 milhões de processos, sendo 1 milhão de execuções fiscais.”

No IV Congresso Brasileiro de Processo Civil, sintetizou a ética da cooperação institucional: “Sem diálogo e respeito às regras, não há justiça.”

Seguiram-se agendas com CNJ e STF sobre liberdade de imprensa, presença no Enapac do TCE/SC, participação no STJ Brasil-Portugal e acompanhamento da posse do ministro Edson Fachin na presidência do STF e do CNJ.

Em outubro, em Salvador, o XVII Consepre reforçou sustentabilidade, inclusão e transformação digital como trilhos do futuro.

EFEITO CONCRETO - A articulação institucional rendeu efeito legislativo concreto. Em 21 de outubro, a Alesc aprovou por unanimidade o projeto de reestruturação do 2º grau — 12 vagas de desembargador, quatro de juiz de direito de segundo grau e equipes de apoio —, com parecer favorável do CNJ e aprovação prévia do Pleno. Medida necessária para enfrentar o aumento expressivo da distribuição e garantir duração razoável do processo.

Em paralelo, a instituição manteve sua pauta estratégica: governança de dados e proteção de dados pessoais, com o Comitê Gestor completando seis anos e

mantendo o TJSC como referência nacional; articulação com o sistema eleitoral via PIDs; cooperação técnica com órgãos de controle; e uma agenda consistente de palestras que levou a experiência catarinense a plateias de todo o país.

Resultado dessa sequência: acordos que tiram problemas do papel, agendas que destravam decisões em Brasília e em Santa Catarina, pontes com quem regula, financia e julga, e uma mensagem clara para dentro e para fora — articulação bem-feita entrega serviço, melhora a confiança e fortalece a Justiça onde importa: no cotidiano de quem precisa.



RECONHECIMENTO REFORÇA PRESTÍGIO INSTITUCIONAL

Destaques recebidos em 2024 e 2025 validam transparência, inovação e impacto social.

“ O PJSC, ao priorizar as ações que atendem aos critérios do Prêmio CNJ de Qualidade, não apenas se coloca entre os melhores tribunais do país em termos de eficiência em governança, dados e tecnologia, transparência e produtividade, mas também contempla a sua principal função: entrega da prestação jurisdicional com qualidade e agilidade para a sociedade catarinense.”

Juíza cooperadora técnica da Presidência,
Carolina Ranzolin Nerbass, coordenadora da iniciativa no TJSC.



Os prêmios nacionais recebidos em 2024 e 2025 confirmam, por fontes externas e independentes, o que o Tribunal de Justiça tem construído internamente, com qualidade administrativa, aderência às melhores práticas nacionais, respeito às normas do Conselho Nacional de Justiça e capacidade de inovar com impacto real. Apenas em dezembro de 2025, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina recebeu três importantes prêmios.

SELO OURO - No dia 2, a instituição conquistou o Selo Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade, anunciado durante o 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Florianópolis. Ao longo dos anos, a premiação vem se consolidando cada vez mais como um instrumento que estimula o desenvolvimento de mecanismos de governança e gestão, contribui para o aprimoramento da prestação jurisdicional, fomenta a análise de dados e a transparência, incentiva a inovação e o uso da tecnologia e apoia a gestão estratégica dos tribunais brasileiros, bem como serve de norte para a formulação das Metas Nacionais do Poder Judiciário.

Em 2025, a Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em atenção à importância do desenvolvimento e fortalecimento dos critérios que compõe o Prêmio CNJ de Qualidade, formou equipe com representantes de todos os setores, a fim de priorizar as ações necessárias ao pleno atendimento das exigências do Prêmio. Segundo a Juíza cooperadora técnica da Presidência e coordenadora da iniciativa, Carolina Ranzolin Nerbass, “o engajamento e esforços do Poder Judiciário catarinense culminaram com a conquista do Selo Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade 2025, que representa, não apenas a adesão às diretrizes e políticas do Conselho Nacional de Justiça, mas também o resultado das boas-práticas de gestão empreendidas, do uso eficiente da tecnologia e da gestão de dados e, principalmente, de alta produtividade e prestação jurisdicional com qualidade.”



Na cerimônia de entrega da premiação, o ministro Mauro Campbell, corregedor nacional de Justiça, destacou que a premiação reafirma valores coletivos e o compromisso do Judiciário com responsabilidade e aperfeiçoamento contínuo. “Cada tribunal premiado eleva o sistema de Justiça como um todo. Cada acerto de um tribunal é o acerto de todos nós, magistrados”, disse.

DIAMANTE - Dois dias depois, o TJSC foi contemplado com o Selo Diamante no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP). O resultado foi divulgado durante o IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC), em Florianópolis. O Selo Diamante representa o mais alto nível de

transparência reconhecido pelo programa. O TJSC repetiu a premiação obtida em 2024, com acréscimo em seu índice de transparência de três pontos percentuais neste ano, de 95 para 98,05. O trabalho na instituição foi coordenado pela Auditoria Interna, com apoio de todas as áreas que publicam informações no portal da transparência. Mais de 10 mil portais públicos de todo o país foram avaliados. Ao todo, 2.912 portais foram certificados. Ainda no começo de dezembro, o TJSC conquistou o 3º lugar na categoria principal do EstratégIA Thon, o primeiro evento do mundo voltado à criação de estratégias de inteligência artificial (IA) em organizações públicas. A equipe, formada por um magistrado e servidores,

desenvolveu uma estratégia completa de IA para o Judiciário catarinense. A estratégia desenvolvida incluiu a construção de objetivos alinhados à missão institucional, portfólio de projetos priorizados, modelo operativo baseado em governança adaptativa, estrutura de governança de IA e framework completo de gerenciamento de riscos. Entre os projetos propostos, destaca-se o Sistema de Suporte à Decisão Jurisdicional (SSDJ), que utiliza inteligência artificial para auxiliar magistrados na elaboração de decisões mais consistentes e céleres, e a Plataforma de Gestão Preditiva de Acervo (PGPA), voltada à otimização da distribuição e da gestão do acervo processual nas unidades judiciais, com base

em dados, evidências e análises preditivas. Entre os prêmios de 2024, destaca-se o Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP). Três projetos da Justiça catarinense foram premiados, em categorias diferentes, no IV Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral: “O cuidado transforma”, “Indira” e o Coletivo Valente. O Programa Indira, por exemplo, é uma política institucional pioneira de prevenção e proteção voltada às mulheres que trabalham no Judiciário catarinense, como magistradas, servidoras, estagiárias e terceirizadas. Criado em memória da servidora Indira Mihara Felski Krieger, vítima de feminicídio, o programa oferece acolhimento sigiloso, escuta qualificada, orientação jurídica e psicológica.



INICIATIVA CRIA NOVA DINÂMICA PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Programa Pontes muda lógica dos recursos de família e aposta no diálogo direto entre as partes.

O Programa Pontes é uma iniciativa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina que cria uma nova dinâmica para os conflitos familiares que chegam ao segundo grau de jurisdição. Em vez de aguardar o julgamento tradicional, as partes ingressam em sessões de mediação e conciliação conduzidas por mediadores técnicos, com apoio jurídico e psicossocial, para tentar construir uma solução antes da decisão final.

Lançado em 12 de maio de 2025, o programa tem foco inicial nas ações de família por envolver diretamente a vida de crianças, adolescentes e núcleos familiares.

O presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, insiste que o objetivo é entregar uma Justiça mais acessível, mais humana e mais efetiva. Para ele, uma decisão judicial não se limita ao julgamento do caso. Precisa pacificar, reduzir dor e gerar resultados reais na vida das pessoas.

Em nove dias de funcionamento, o índice de acordos (parciais e totais) chegou a 70% nos casos em que ambas as partes compareceram representadas por advogados. O número sinaliza uma mudança concreta na cultura de enfrentamento em litígios familiares e aponta para uma Justiça que resolve antes de punir, que escuta antes de decidir.

EXPANSÃO PREVISTA - O Pontes nasceu no segundo grau e começa pelo núcleo mais sensível do direito civil. Mas não se encerra ali. O desenho institucional prevê expansão para outras áreas, com ampliação de escopo e de alcance. O programa está estruturado para crescer e irradiar para mais matérias do contencioso cível. Na cadeia de execução, cada ator tem função clara. Câmaras de Direito Civil, CEJUSC Estadual, Cojepemec, OAB/SC, Ministério Público, Defensoria Pública, mediadores e equipes técnicas. Todos atuam em rede.

Todos sustentam o mesmo princípio: dar protagonismo às partes, diminuir o conflito e construir soluções com menos desgaste emocional, financeiro e jurídico.

O TJSC também abriu frente para formação de novos conciliadores, em parceria com instituições de ensino superior do Estado. Esse movimento integra o projeto Conciliadores Aprendizes, apresentado em Lages, que envolve estudantes em práticas reais de conciliação e acelera a formação de profissionais aptos a atuar nessa nova lógica de Justiça.

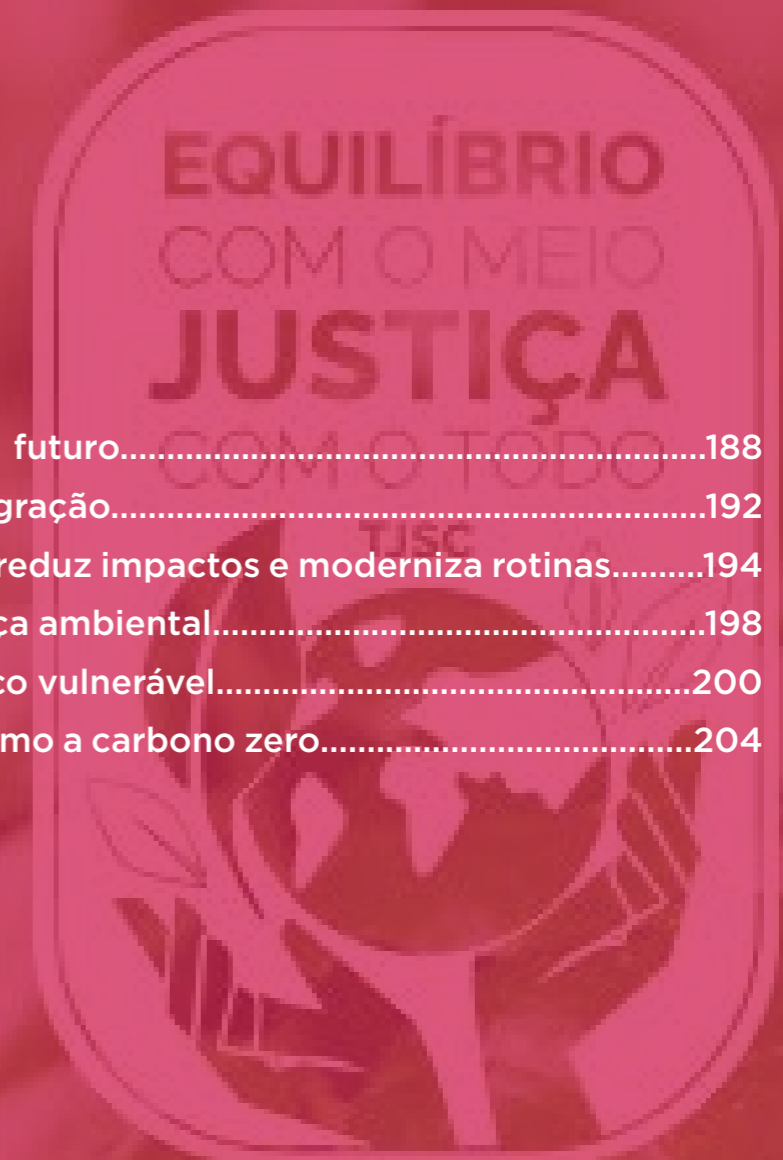




06

SUSTENTABILIDADE

6.1 Compromisso com o futuro.....	188
6.2 Acolhimento e reintegração.....	192
6.3 Logística sustentável reduz impactos e moderniza rotinas.....	194
6.4 Avanço em governança ambiental.....	198
6.5 Dignidade para público vulnerável.....	200
6.6 Justiça catarinense rumo a carbono zero.....	204





COMPROMISSO COM O FUTURO

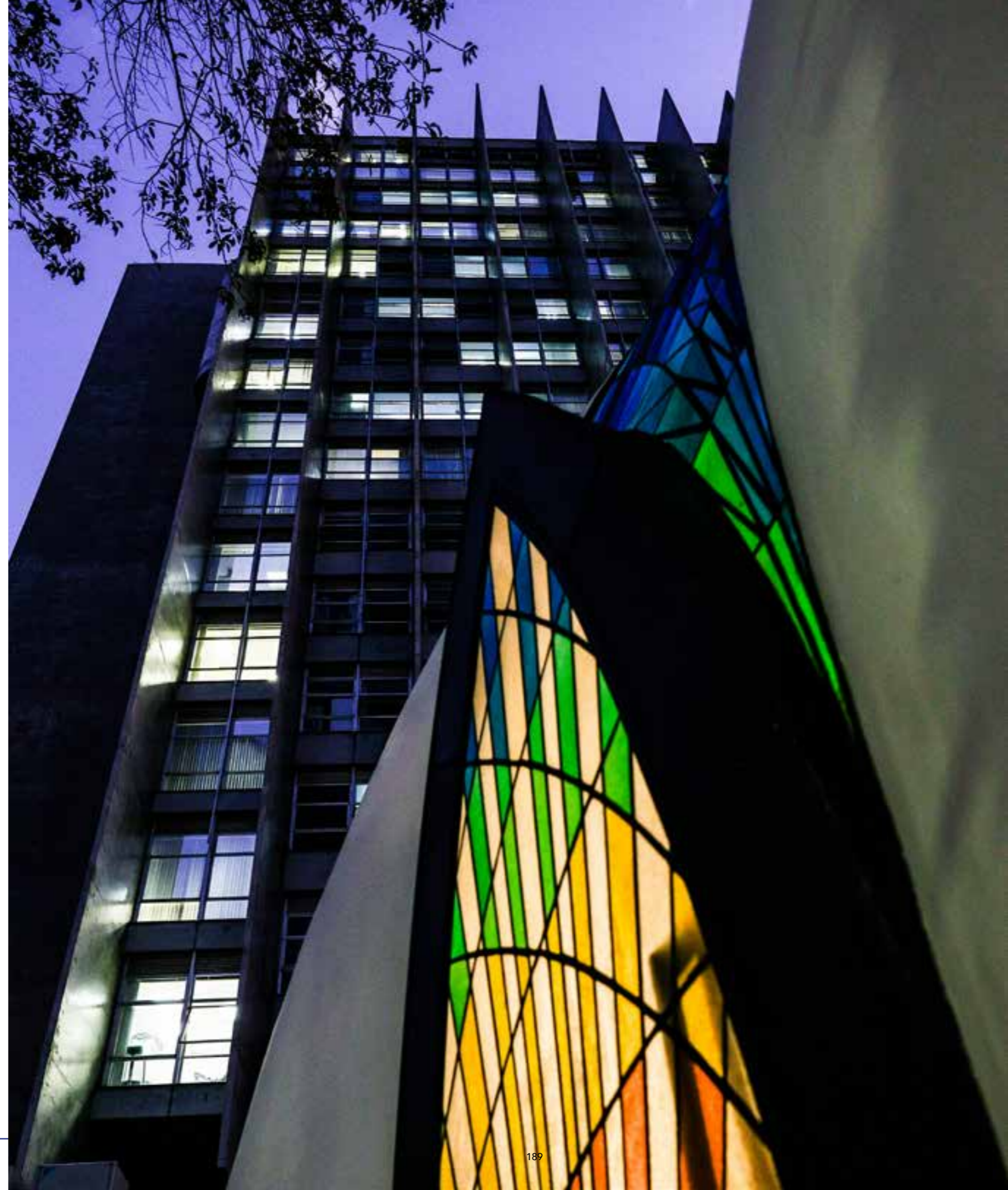
Eficiência energética para ampliar uso de energia limpa e reduzir emissões.

“Eficiência energética não é apenas uma meta técnica, mas um compromisso de gestão que reflete nossa preocupação em garantir ambientes modernos, sustentáveis e seguros para servidores, magistrados e toda a sociedade catarinense. A busca por soluções inovadoras e investimentos em infraestrutura verde fortalece o TJSC como instituição comprometida com o futuro, com a economia de recursos públicos e com o bem-estar das próximas gerações.”

Juíza auxiliar da Presidência Maira Salete Meneghetti,
responsável pelo Núcleo Administrativo do TJSC.

O programa de “Eficiência Energética e Modernização Predial” do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) foi iniciado em 2024, marcando uma virada na gestão socioambiental e na infraestrutura judicial em todo o Estado. A iniciativa engloba desde reformas prediais até medidas avançadas de racionalização do uso de energia, com foco em sustentabilidade, economia e conforto para servidores, magistrados e usuários do

sistema de Justiça. Para o presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, “ a busca pela eficiência energética é compromisso institucional e legado para as próximas gerações, fortalecendo uma Justiça moderna, responsável e sustentável. Investir em tecnologia, energia renovável e ambientes saudáveis é investir na qualidade do serviço público.”



6.1 GESTÃO AMBIENTAL

Entre as ações pioneiras, destaque para a usina fotovoltaica de Lages, capaz de abastecer até 200 casas e que contribuiu para a redução das emissões de CO² do Tribunal, e para o Arquivo Central, moderno e eficiente, projetado com critérios rigorosos de sustentabilidade, segurança e acessibilidade. Em 2024 e 2025, reformas em salas de julgamento e ambientes

administrativos integraram tecnologias como iluminação LED, isolamento térmico, sistemas de automação predial e novos padrões de climatização. A modernização predial contemplou a padronização dos bancos de espera, espaços de audiências e salas multifuncionais — promovendo eficiência, bem-estar e inclusão.



INVENTÁRIO - O TJSC avançou também em monitoramento ambiental, executando inventário e diagnóstico das emissões de gases de efeito estufa e alinhando-se ao Plano de Descarbonização para alcançar a neutralidade de carbono até 2030, conforme recomendações do CNJ e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Em 2025, o Relatório Socioambiental do tribunal apontou cumprimento de 124 ações sustentáveis, evidenciando o compromisso com energias renováveis, redução de resíduos, reaproveitamento de água e modernização resiliente de fóruns afetados por eventos climáticos.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA TJSC (2024-2026)

- Usina fotovoltaica de Lages: abastecimento de até 200 casas; redução significativa das emissões de CO²;
- 124 ações socioambientais executadas no período;
- Salas de julgamento totalmente modernizadas em Torres I e II e em comarcas estratégicas;
- Arquivo Central projetado para máxima eficiência e acessibilidade;
- Plano de redução e compensação de gases de efeito estufa em andamento.

LINHA DO TEMPO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (2024-2025)

- Fevereiro 2024: Energia limpa em Lages e início da automação ambiental;
- Março 2024: Relatório socioambiental demonstra avanços em sustentabilidade e eficiência dos prédios
- Março 2025: Salas de sessão reformadas, bancos de espera padronizados e expansão do projeto de modernização predial
- Maio 2025: Projeto de modernização chega às salas de julgamento; Arquivo Central é reformado;
- Maio - Junho 2025: Inventário e diagnóstico de GEE; parcerias para descarbonização e metas de neutralidade reformado;
- Agosto 2025: Presidentes dos TJs destacam compromisso do TJSC com meio ambiente e tecnologia em fórum nacional.





ACOLHIMENTO E REINTEGRAÇÃO

Escritório Social oferece suporte, reinserção e cidadania para egressos do sistema prisional.

O Escritório Social do TJSC foi inaugurado em 2025 como equipamento público de gestão compartilhada do Judiciário estadual, com o Executivo e parceiros locais, para oferecer acolhimento, orientação e encaminhamento a pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares. Inicialmente estruturado pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF/TJSC) em 2024, seu plano prevê seis unidades regionais e articulação direta com políticas públicas para facilitar o acesso a documentos, benefícios sociais, saúde, capacitação profissional e reinserção no trabalho. Para o presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, “o Escritório Social reafirma o papel do Poder Judiciário como agente de transformação social. Ao unir inclusão, oportunidade e cidadania à pauta penal, damos novo significado ao retorno do egresso à sociedade, tornando a justiça catarinense mais próxima e humana.”

EVOLUÇÃO - O marco mais significativo se deu em setembro de 2025 com a inauguração da unidade em Chapecó, depois de parcerias exitosas em Blumenau e outros municípios. O modelo segue diretrizes do CNJ e aposta na integração de redes municipais e estaduais, defensoria, Ministério Público e entidades da sociedade civil, atuando como ponte para políticas sociais e redução da reincidência criminal. Destaca-se ainda a cessão de imóveis do TJSC (como foi o caso do antigo fórum de Chapecó) para implantação de sedes regionais do projeto, o que viabiliza espaços modernos e adaptados.



A ação é acompanhada por campanhas informativas e por um novo portal eletrônico temático lançado pelo TJSC, reunindo dados, estatísticas e material de apoio sobre políticas penitenciárias

e socioeducativas do Estado — medida que eleva a transparência e presta contas à população sobre o compromisso institucional com cidadania, inclusão e assistência pós-prisão.

NÚMEROS E DESTAQUES DO ESCRITÓRIO SOCIAL (2024-2025)

- 6 unidades regionais planejadas para funcionar até o final de 2026;
- Mais de 200 atendimentos qualificados realizados no projeto-piloto (Chapecó/Blumenau);
- Antigo fórum de Chapecó doado para implantação de sede moderna do Escritório Social;
- Atendimento multidisciplinar: acesso a documentos, benefícios, saúde, trabalho e educação ;
- Portal eletrônico integrado à política de inclusão e transparência do TJSC.

LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL REDUZ IMPACTOS E MODERNIZA ROTINAS

Ações como digitalização, reciclagem e consumo responsável impulsionam ganhos ambientais no TJSC.

“A logística sustentável revela o compromisso permanente do TJSC com a inovação, a economia de recursos públicos e a preservação ambiental. Ao investir em soluções verdes, elevamos o padrão institucional e deixamos um legado para a sociedade catarinense.”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente TJSC.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) fez da logística sustentável uma das principais bandeiras institucionais da gestão 2024-2026, avançando do planejamento à implementação de soluções concretas que tornaram o Judiciário referência nacional em responsabilidade socioambiental.

O movimento começou em 2024 com metas ambiciosas: reduzir em 53% o número de impressoras em todas as 112 comarcas e sedes do Tribunal, uma iniciativa que cortou custos operacionais, consumo de papel e insumos e ampliou a digitalização dos processos judiciais. Na sequência, o TJSC inovou ao contratar cooperativas para a coleta seletiva de recicláveis, marcando presença como

órgão pioneiro no Brasil ao remunerar diretamente entidades sociais pelo serviço. Essa ampliação da coleta seletiva beneficiou comarcas da Grande Florianópolis e Região Sul, impactando positivamente centenas de servidores, colaboradores e a comunidade local.

Para o diretor de Engenharia e Arquitetura do TJSC e responsável pelo plano de logística sustentável, Everton William Tischer: “A sustentabilidade logística é construída com pequenas ações, mudanças de cultura e decisões estratégicas. Reduzir impressoras, contratar cooperativas e rever cada processo são passos essenciais para transformar o TJSC em exemplo de responsabilidade social, ambiental e governança.”



Das campanhas internas institucionais, o projeto “Menos plástico, mais consciência” reforçou metas do Plano de Logística Sustentável, promovendo a redução do uso de plásticos descartáveis, a automação, o reaproveitamento e o consumo consciente de materiais nos prédios do Judiciário.

O Relatório da Comissão de Gestão Socioambiental de 2024-2025 apresentou 124 ações executadas, com indicadores claros: queda expressiva em resíduos, revisão de processos internos, economia com frota, parcerias verdes e contratos públicos com cláusulas de sustentabilidade. A integração da logística sustentável ao Plano de Descarbonização do TJSC, alinhada às resoluções do CNJ, fortaleceu o compromisso com as metas climáticas nacionais e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.



NÚMEROS E DESTAQUES LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL TJSC (2024-2025)

- 53% de redução de impressoras nas comarcas e sedes em dois anos;
- Contrato pioneiro: remuneração de cooperativas na coleta seletiva;
- 124 ações de sustentabilidade e logística sustentável realizadas;
- Campanha institucional “Menos plástico, mais consciência”;
- Parcerias verdes, digitalização de processos e economia circular.



AVANÇO EM GOVERNANÇA AMBIENTAL

Grupo reforça a Justiça catarinense como referência institucional em sustentabilidade, inovação e compromisso social.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina avançou de forma significativa no fortalecimento de sua governança ambiental ao instituir o Grupo do Meio Ambiente do Poder Judiciário de Santa Catarina (GMA/PJSC), por meio de ato normativo próprio. O objetivo central do colegiado é monitorar o cumprimento, no âmbito da Justiça catarinense, da Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e o Meio Ambiente, recentemente redesenhada pelo Conselho Nacional de

Justiça. O GMA/PJSC foi constituído com a coordenação da juíza auxiliar da Presidência Maira Salete Meneghetti e a participação do juiz-corregedor Rafael Steffen da Luz Fontes e da juíza de direito Luciana Pelisser Gottardi Trentini.

Entre suas atribuições, o Grupo do Meio Ambiente foi destacado como responsável por acompanhar a implementação das diretrizes nacionais para a jurisdição ambiental, observando as orientações

do Conselho Nacional de Justiça e do Fórum Ambiental do Poder Judiciário. Também cabe ao GMA/PJSC alinhar-se às determinações da Presidência do TJSC e da Corregedoria-Geral da Justiça relacionadas às ações climático-ambientais, além de articular o encaminhamento de processos a estruturas de apoio técnico especializadas, como os Núcleos de Apoio Técnico às Ações Ambientais (NATAmbiental), com vistas a dar maior celeridade e qualificação às decisões judiciais em matéria ambiental.

A atuação do GMA/PJSC se conectou na gestão 2024-2026 a uma agenda mais ampla de sustentabilidade, que incluiu cooperação com outros órgãos e a organização de iniciativas voltadas à melhoria da tutela jurisdicional do clima e do meio ambiente. Nesse contexto, o grupo atua como instância de coordenação de ações, de proposição de medidas e de estímulo a estudos, campanhas e debates sobre temas ambientais, em sintonia com os compromissos assumidos pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina no cenário nacional.

GOVERNANÇA - Essa governança é demonstrada no conjunto de ações na

Semana do Meio Ambiente e ao longo de 2024, quando o TJSC reforçou seu comprometimento com a agenda climática. Entre essas iniciativas, destacam-se a elaboração do plano de descarbonização do Poder Judiciário catarinense, o início da contratação de empresa especializada para a realização do inventário de emissões de gases de efeito estufa e a definição de cronograma para ações de redução e compensação, em alinhamento ao Programa Justiça Carbono Zero do CNJ.

No mesmo período, o tribunal firmou compromisso com o Pacto Nacional do Poder Judiciário pela Sustentabilidade, ampliando o escopo de sua política ambiental para além das metas de emissões, com foco em energia renovável, gestão de resíduos, educação ambiental e fortalecimento da transparência. Nesse ambiente institucional, o trabalho conjunto do GMA/PJSC, da Comissão de Gestão Socioambiental e das unidades técnicas consolida uma rede interna voltada à modernização da gestão ambiental e ao aprimoramento da jurisdição em matéria climática e ambiental em Santa Catarina.

NÚMEROS E DESTAQUES

- Acordo TJSC-IMA firmado em julho de 2024: cooperação para diagnóstico e boas práticas ambientais;
- Grupo do Meio Ambiente (GMA/PJSC): núcleo técnico ambiental formalizado em fevereiro de 2025 ;
- 100 toneladas de CO² evitadas em 2024 com ações institucionais de sustentabilidade;
- Adesão ao Pacto Nacional de Sustentabilidade do CNJ em junho de 2025 ;
- Mais de 200 pareceres e apoios técnicos ambientais prestados aos juízes e servidores.



DIGNIDADE PARA PÚBLICO VULNERÁVEL

Programa PopRuaJud reúne Judiciário, assistência social e rede interinstitucional para garantir direitos essenciais a pessoas em situação de rua.

“O Comitê PopRuaJud-SC consolida um compromisso coletivo, interinstitucional e transversal. Com sensibilidade, capacitação e articulação, nossos esforços buscam superar não só as barreiras jurídicas, mas as barreiras humanas que historicamente excluem os mais vulneráveis do acesso pleno à cidadania e aos direitos.”

Juíza auxiliar da Presidência Maira Salete Meneghetti, coordenadora.



Os avanços do PopRuaJud em 2024-2025 consolidaram o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) como protagonista na implementação da Política Nacional de Atenção a Pessoas em Situação de Rua no sistema de Justiça. Inspirado pela Resolução CNJ 425/2021, reforçada por norma posterior em 2024, o programa orienta o Judiciário a superar barreiras históricas que afastam essa população da documentação civil, dos serviços públicos, da garantia de direitos e da plena cidadania.

O movimento ganhou força em 2024, quando o TJSC participou da primeira reunião anual do Comitê Nacional PopRuaJud e iniciou agendas para institucionalizar o tema em Santa Catarina, promovendo encontros com conselheiros do CNJ, lideranças da Pastoral do Povo da Rua e da Defensoria Pública, além de integrar o mutirão nacional Registre-se!, voltado à documentação civil de pessoas em situação de rua e outros grupos vulneráveis.

Em 2025, a Resolução Conjunta Interinstitucional nº 1 oficializou o Comitê Local PopRuaJud – Santa Catarina. Ele reúne TJSC, TRE-SC, TRF4, TRT12, Defensoria, Ministério Público, Executivo estadual e municipal, centros de referência, movimentos sociais e academia para atuar de forma coordenada. Essa atuação se dá em fluxos, mutirões, cursos, eventos e monitoramento por meio do Índice

PopRuaJud (IPopRuaJud), em regime de coordenação rotativa entre os ramos do Judiciário.

Entre os principais resultados para a Justiça catarinense e seus usuários estão os mutirões de cidadania e documentação nas cidades, a marcação específica de processos no eproc para pessoas em situação de rua, a articulação com redes socioassistenciais e de saúde e a capacitação contínua de magistrados e servidores para o atendimento desse público, reforçando o compromisso do TJSC com uma atuação próxima da comunidade e voltada ao enfrentamento da exclusão social.

“**A política judicial para pessoas em situação de rua coloca o Judiciário catarinense lado a lado com um dos maiores desafios do nosso tempo. O PopRuaJud é símbolo de justiça que se faz com empatia, proximidade social e articulação em rede - garantindo a dignidade, a cidadania e a porta aberta da Justiça para todos.**”

Desembargador
Francisco Oliveira Neto, presidente TJSC.

POPRUAJUD EM NÚMEROS (SC, 2024-2025)

- 2024-25: Comitê Local PopRuaJud-SC instituído e ativo;
- 10 mutirões de cidadania/documentação realizados;
- Acesso ao eproc: processos identificados por tarja específica para maior celeridade e atenção;
- Mais de 500 atendimentos especializados e ações diretas com redes municipais e estaduais;
- Capacitação continuada: eventos, cursos e treinamentos para servidores e magistrados.





JUSTIÇA CATARINENSE RUMO A CARBONO ZERO

Tribunal integra padrões nacionais de descarbonização, estrutura inventários de emissões e consolida ações ambientais alinhadas à Agenda 2030.

Em 2024 e 2025, o Programa Justiça Carbono Zero ganhou protagonismo no Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC), com a entrega do Plano de Descarbonização 2025–2030 ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a definição de metas para alcançar a neutralidade de carbono até 2030. Instituído nacionalmente pela Resolução CNJ n. 594/2024, o programa orienta tribunais e conselhos a medir, reduzir e compensar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) decorrentes de suas atividades, integrando a agenda ambiental à gestão administrativa e à prestação jurisdicional. Segundo o presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto,

o Plano de Descarbonização representa “um compromisso da Justiça catarinense com as futuras gerações, com a eficiência e com a responsabilidade pública. Investir em sustentabilidade é fortalecer a credibilidade do Tribunal, tornar a gestão mais eficiente e promover a justiça social e ambiental para todos os catarinenses”.

No TJSC, o Justiça Carbono Zero foi incorporado à Política de Gestão Socioambiental e ao Plano de Logística Sustentável, em consonância com a Agenda 2030 da ONU e com o objetivo de estruturar inventários anuais de emissões, ações de eficiência energética, mobilidade sustentável, gestão de



resíduos e iniciativas de compensação. De acordo com a presidente da Comissão de Gestão Socioambiental, juíza auxiliar Maira Meneghetti, “ao adotar práticas mais sustentáveis, o Tribunal não apenas reduz sua pegada ambiental, mas também fortalece seu compromisso com a sociedade e com as futuras gerações”, ressaltando que a descarbonização “é um caminho essencial para uma gestão pública eficiente e responsável”.

O plano aprovado prevê, já na primeira gestão 2024–2026, a realização do inventário das emissões das unidades centrais do PJSC, o início da implementação de ações estruturantes – como ampliação da geração de energia fotovoltaica, uso de fontes renováveis, redução e reciclagem de resíduos – e a execução de pelo menos uma medida de compensação de emissões.

PRIORIDADE - Para o diretor-geral administrativo, Alessandro Postali, a sustentabilidade “vai além de uma exigência normativa, sendo uma prioridade do

TJSC”, exigindo colaboração entre diretorias e incorporação dos objetivos climáticos ao dia a dia da administração.

BENEFÍCIOS

- Redução de emissões diretas e indiretas de GEE;
- Menor consumo de energia e recursos;
- Mais eficiência e economia para o TJSC;
- Fortalecimento da imagem institucional;
- Capacitação em sustentabilidade para servidores.

EM ANDAMENTO (TJSC - 2024)

- 112,23 toneladas de CO² equivalente evitadas nas operações do TJSC em 2024, conforme o 1º Inventário de Emissões de GEE. ;
- Consumo de energia renovável da usina solar fotovoltaica em operação (Lages), que abastece prédios do Judiciário;
- Ações de compostagem e reciclagem ativas, mantidas como práticas permanentes de gestão de resíduos;
- Uso de biocombustíveis na frota administrativa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

07

ACESSIBILIDADE

7.1 Novos fóruns ampliam presença do Judiciário.....	208
7.2 Infraestrutura: avanços e modernização.....	212
7.3 Unidades judiciárias sem barreiras.....	214
7.4 Wi-Fi 6E, libras, audiodescrição e linguagem simples.....	216
7.5 Pontos de inclusão digital ganham impulso.....	220
7.6 Aplicativo reúne principais serviços do Judiciário.....	222
7.7 TJSC consolida cultura de inclusão.....	224
7.8 Impacto direto no atendimento à população.....	226
7.9 Ouvidoria moderniza fluxos e acelera respostas ao cidadão.....	228





NOVOS FÓRUNS AMPLIAM PRESENÇA DO JUDICIÁRIO

Obras entregues e projetos em andamento expandem estrutura e garantem melhor atendimento à população.



A modernização da estrutura física do Poder Judiciário catarinense é uma das marcas da gestão. Entregar fóruns seguros e acessíveis significa levar a Justiça para mais perto do cidadão, reduzir deslocamentos, qualificar o atendimento e garantir ambientes adequados para o trabalho de magistrados, servidores e profissionais do Direito.

Durante a gestão 2024-2026 o Tribunal concluiu cinco novos prédios em diferentes regiões. Herval d'Oeste, no Meio-Oeste, em junho de 2024. Rio do Sul, no Alto Vale do Itajaí, em novembro do mesmo ano, e no mês seguinte foi inaugurado o Fórum de Garuva, no Norte do Estado. Em maio de 2025 o Tribunal inaugurou o fórum de Imbituba, na região Sul, e em agosto inaugurou o novo fórum de São Lourenço do Oeste. Em São José, executou-se uma reforma estrutural no prédio anexo ao fórum. Em Santo Amaro da Imperatriz, ocorreu a estabilização de talude, obra necessária para segurança e continuidade operacional da unidade. Essas entregas fazem parte de um ciclo contínuo de ampliação e qualificação da infraestrutura judicial.

SÃO JOSÉ DO CEDRO - Em novembro de 2025, o presidente assinou a ordem de serviço para a construção do novo fórum da comarca de São José do Cedro, no extremo oeste catarinense. O Fórum terá 2.081,98 m² de área construída em dois pavimentos, com estrutura preparada para abrigar duas varas judiciais e

espaços próprios para o Ministério Público, OAB e Defensoria Pública. O projeto adota modulação arquitetônica que permite ajustes futuros, utiliza linguagem contemporânea e incorpora sistemas de ventilação natural, iluminação difusa e reaproveitamento de água da chuva. Atende integralmente às normas de acessibilidade e segurança, com circulação adequada, sanitários acessíveis, áreas restritas para magistrados e custodiados, infraestrutura de vigilância e setores de segurança completos. A obra aposta em eficiência energética, funcionalidade e soluções sustentáveis adequadas às demandas atuais do Judiciário catarinense.



EM EXECUÇÃO - Enquanto novas sedes entram em funcionamento, outras obras seguem em execução. Estão em andamento a construção dos fóruns de Araquari, Abelardo Luz, Campos Novos e Sombrio. Também avançam as reformas globais de Blumenau e as ampliações previstas para Taió e Santa Rosa do Sul.

Em novembro de 2025, o presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, assinou a ordem de serviço que autoriza o início das obras de construção do novo fórum da comarca de Rio Negrinho, no Planalto Norte. Com recursos de acessibilidade e sustentabilidade, a edificação terá 4,9 mil m² de área construída, distribuídos em quatro pavimentos, com investimento de R\$ 22 milhões e execução prevista de 36 meses.

“Quando a pessoa procura um fórum é porque ela tem uma questão a ser resolvida. O espaço físico se torna importante na medida em que ele está preparado para receber as pessoas nesses momentos de aflição e de angústia, na busca da solução de um conflito. Portanto, atender adequadamente a população é fundamental”, anotou o presidente do TJSC.

As novas edificações e intervenções preservam um princípio comum: todas elas tratam o acesso como prioridade. Construir, ampliar e reformar fóruns não é apenas uma questão de engenharia, mas é uma política pública de presença. Cada prédio concluído encurta distâncias, fortalece o vínculo entre a população e o Estado e cria condições reais para que a Justiça funcione com qualidade em todo o território catarinense.



INFRAESTRUTURA: AVANÇOS E MODERNIZAÇÃO

Troca de prédios com a União reorganiza espaço físico, aproxima unidades da sede e cria base para novos projetos de expansão.

A permuta de imóveis entre o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) e a União consolidou, na gestão 2024-2026, um dos movimentos mais estratégicos da gestão voltado à modernização da infraestrutura do Poder Judiciário na Capital. Em dezembro de 2025, o imóvel da rua Bulcão Viana, 198, entrou em fase de demolição da antiga estrutura, etapa destinada a preparar o terreno para a futura construção de um novo prédio voltado às necessidades do PJSC. A operação reorganiza o uso de prédios públicos no centro de Florianópolis, aproxima unidades da sede do Tribunal e cria condições para novos projetos de expansão e aperfeiçoamento dos serviços prestados à população catarinense.

A negociação envolveu a troca do edifício do TJSC localizado na rua Almirante Lamego, onde funcionam a Academia Judicial e o

Fórum Estadual Bancário, pelo imóvel da União situado na rua Bulcão Viana, no centro da Capital, anteriormente ocupado pela Defensoria Pública da União (DPU). Com a mudança, o TJSC passa a contar com um imóvel mais próximo da sede e de outros órgãos públicos, facilitando a circulação interna, a articulação entre unidades e o atendimento ao cidadão em uma área mais integrada do centro da cidade.

EFICIÊNCIA E OTIMIZAÇÃO - A permuta foi estruturada para atender simultaneamente às necessidades do Poder Judiciário catarinense e da DPU, permitindo que ambos reorganizem seus espaços de forma mais racional, sem necessidade de aporte financeiro adicional de nenhuma das partes. O arranjo é apresentado como medida de eficiência administrativa e de otimização do patrimônio público, ao considerar critérios geográficos,

logísticos e funcionais na ocupação dos imóveis, além de abrir espaço para a concepção de novos projetos de infraestrutura do PJSC. O avanço da permuta foi viabilizado por lei sancionada pelo governador Jorginho Mello em 3 de dezembro de 2024, após aprovação do projeto pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, autorizando a troca do imóvel do TJSC com a União. A partir dessa autorização, o Tribunal pôde formalizar a operação em convênio com o Governo Federal, conferindo segurança jurídica à cessão mútua dos prédios e alinhando o projeto às diretrizes de responsabilidade com o uso de recursos públicos.

HISTÓRICO - A assinatura do termo de permuta entre o TJSC e a União, realizada em 27 de agosto de 2025, na sede do Tribunal, marcou a consolidação de uma agenda iniciada ainda em 2024, que envolveu tratativas técnicas e institucionais com diversos atores. Na gestão 2024-2026, a medida passa a integrar o conjunto de entregas estruturantes da administração, ao lado de outras ações voltadas à reorganização de espaços, à racionalização de custos e à construção de um ambiente mais moderno e funcional para o trabalho de magistrados, servidores e servidoras. Ao reposicionar o TJSC em um imóvel mais próximo da sede e das principais estruturas administrativas e jurisdicionais, a permuta cria base concreta para futuros projetos de ampliação, readequação e integração de unidades na Capital. Na retrospectiva da gestão, o movimento se destaca como um passo decisivo para que o Poder Judiciário catarinense siga planejando, com visão de longo prazo, um complexo judiciário mais moderno, eficiente e conectado às demandas da sociedade.



UNIDADES JUDICIÁRIAS SEM BARREIRAS

Relatório mostra que 92% já cumprem itens básicos de acesso para pessoas com deficiência.

No Poder Judiciário de Santa Catarina, acessibilidade significa garantir que todas as pessoas — magistrados, servidores, jurisdicionados ou cidadãos em geral — consigam acessar a Justiça em igualdade de condições. O conceito envolve a eliminação de barreiras físicas, a oferta de recursos de comunicação em formatos acessíveis e a construção de uma cultura institucional de respeito, acolhimento e empatia.

A base dessa transformação passa, primeiro, pelo espaço físico. Em 2024, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura apresentou dados que mostram um salto histórico: hoje, 116 dos 126 prédios do PJSC (92%) já oferecem ao menos algum item básico de acessibilidade. O número representa uma mudança de cenário se comparado ao levantamento de 2016, quando apenas 47 prédios garantiam esses quatro itens mínimos.



Esse avanço decorre de um planejamento que se estrutura desde 2016, alinhado à Resolução n. 114/2010 do CNJ. Entre as medidas mais comuns estão a construção de rampas que eliminam desníveis entre o passeio público e o pavimento térreo, banheiros públicos adequados para pessoas com deficiência, vagas reservadas e acesso a andares superiores mediante elevadores ou plataformas. Em várias unidades, obras de maior complexidade exigem ruptura de lajes, quebra de paredes, adequação de sanitários entre outras medidas.

O trabalho não está concluído. Segundo a Diretoria, todas as edificações parcialmente acessíveis estão com ações previstas para os próximos três anos, seja por meio de reformas globais ou parciais, seja com a construção de novas sedes. Nos prédios onde ainda não há acessibilidade, já há obras em andamento ou em fase de contratação.

REVITALIZAÇÃO - Ainda em 2024, o TJSC iniciou a revitalização da parte frontal do

complexo da sede, com obras que vão garantir acessibilidade arquitetônica e aprimorar as áreas paisagísticas. A previsão, segundo a Diretoria de Engenharia e Arquitetura, é concluir os trabalhos até o primeiro semestre de 2025.

No mesmo período, o Tribunal celebrou os 133 anos de sua instalação com a inauguração do novo espaço da Biblioteca Desembargador Marcílio Medeiros, guardiã de um dos maiores acervos jurídicos do sul do país, com cerca de 40 mil obras. Ao lado da biblioteca, também foi inaugurado o novo espaço do Museu Desembargador Tycho Brahe Fernandes Neto, que abriu ao público uma exposição inédita sobre a Revolução de 1930. A meta é eliminar gradualmente qualquer barreira que impeça uma pessoa de circular, trabalhar, ser atendida ou acompanhar uma sessão. A acessibilidade física abriu caminho. O próximo desafio é consolidar também a inclusão comunicacional, digital e atitudinal, para que o acesso à Justiça seja pleno em todas as dimensões.





WI-FI 6E, LIBRAS, AUDIODESCRIBÇÃO E LINGUAGEM SIMPLES

Tribunal conclui conectividade em todas as comarcas, reforça inclusão comunicacional e melhora a experiência digital.

A acessibilidade comunicacional e digital no Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC) reúne um conjunto de medidas que remove barreiras de linguagem, de canais e de tecnologia para que qualquer pessoa compreenda conteúdos, participe de atos processuais e use os serviços da Justiça com autonomia. Essa frente inclui tradução em Libras, materiais em linguagem simples, recursos de audiodescrição, redes sem fio de alto desempenho, pontos de inclusão digital e melhorias constantes no portal institucional.

Em 29 de outubro de 2025, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) concluiu a implantação de rede sem fio em 100% das comarcas com tecnologia Wi-Fi 6E. A expansão priorizou regiões com menor qualidade de telecomunicações, reduziu desigualdades e garantiu conexão segura e estável para sistemas como eproc, Balcão

Virtual e o aplicativo TJSC Digital. A rede passou a atender magistrados, servidores, advogados e o público externo, com políticas de segurança alinhadas à LGPD e a padrões de cibersegurança, o que melhora o atendimento presencial e remoto.

INCLUSÃO - A inclusão linguística avançou com o "Glossário CNJ – Inovação e Linguagem Simples", lançado em 21 de fevereiro de 2025 no portal do Tribunal. O material orienta servidores e magistrados a reduzir o "juridiquês", adotar vocabulário claro e facilitar o entendimento de decisões, despachos e comunicações, em sintonia com o Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples

A acessibilidade cultural ganhou espaço no Museu do TJSC com audiodescrição e experiência tátil na mostra sobre a Revolução

de 1930, inaugurada em 12 de março de 2025. Fotografias, páginas de processos, jornais e objetos tridimensionais receberam roteiros de áudio produzidos por equipe técnica e consultores, recurso que amplia a compreensão de visitantes com deficiência visual e aproxima o Judiciário do público.

A comunicação em Libras tornou-se rotina. Em 19 de março de 2025, o Órgão Especial teve sua primeira sessão transmitida ao vivo com intérprete em tempo real, medida que vem se expandindo gradualmente para outros colegiados. Ao longo de 2024 e 2025, a Secretaria de Acessibilidade e Inclusão atendeu dezenas de pedidos para eventos e vídeos institucionais, com crescimento da demanda nas transmissões ao vivo e nos conteúdos do canal do TJSC.

A inclusão digital alcançou ainda os municípios com menor conectividade. Em 28 de março de 2025, o TJSC e o TRE-SC iniciaram projeto piloto no Ponto de Inclusão Digital de Urubici para ofertar serviços eleitorais semanais, além de atos processuais por videoconferência e acesso assistido ao Balcão Virtual. Em outubro de 2025, o Tribunal ampliou os PIDs em cartórios de Vargem, Abdon Batista, Capão Alto e Vitor Meireles, dentro do programa Justiça Mais Perto, com meta de instalação em 91 localidades distantes de unidades judiciais.



Passo a passo para se conectar
à rede Wi-Fi

REDE: WVISITANTES

- Conecte-se à rede WVisitantes
no seu dispositivo

- Clique em
ENTRAR COM GOV.BR

- Faça login com suas
credenciais GOV.BR

Para mais informações leia o QR Code:





GOVERNANÇA - A Diretoria de Tecnologia da Informação reorganizou a governança digital em 31 de julho de 2025 com a criação da Seção de Portal Web e Experiência do Usuário. A área define padrões de usabilidade, acessibilidade e design centrado no usuário, conduz testes e métricas e mantém o portal em evolução contínua. Nesse esforço, o TJSC adotou em 2024 o Rybená como ferramenta de acessibilidade no site, em substituição ao VLibras, ampliando suporte a pessoas surdas, cegas ou com baixa visão e usuários neurodivergentes. As equipes também incorporaram geração de texto alternativo em imagens e verificadores automáticos de acessibilidade nos fluxos de comunicação interna e externa, com referência às boas práticas e à norma ABNT NBR 17225.

Essas entregas se somam a iniciativas em desenvolvimento, como o Portal de Acessibilidade e Inclusão, que reunirá informações, materiais de apoio e ações institucionais em um único ambiente. Com conectividade de última geração, traduções em Libras, linguagem simples, audiodescrição e PIDs (Pontos de Inclusão Digital) espalhados pelo Estado, a Justiça catarinense avança para que a experiência do usuário seja, de fato, acessível do primeiro clique à última etapa do processo.





PONTOS DE INCLUSÃO DIGITAL GANHAM IMPULSO

Do interior mais remoto às cidades de pequeno porte, salas equipadas com internet encurtam distâncias e garantem atos processuais por videoconferência.

Os Pontos de Inclusão Digital (PIDs) se consolidaram como uma das marcas desta gestão. A política pública nasceu em 2023, ainda na gestão anterior, mas encontrou impulso inédito desde 2024, quando as instalações passaram a ocorrer em ritmo acelerado e em larga escala. O foco é simples e direto: permitir que qualquer pessoa — mesmo sem computador ou internet — possa participar de audiências por videoconferência, falar com o Judiciário pelo Balcão Virtual ou tirar dúvidas no contato direto com um servidor, sem precisar viajar dezenas de quilômetros até a sede de comarca.

Os PIDs resolvem uma barreira objetiva: o país conectou processos ao eproc e à

cultura digital, mas nem todos os cidadãos têm estrutura para acompanhar essa transição. Ao colocar tecnologia e gente treinada dentro de cartórios e fóruns de municípios pequenos, o Tribunal criou uma porta de entrada real para quem está fora do centro e longe das cidades maiores.



EXPANSÃO - A expansão foi contínua. Em 2024, Santa Catarina fechou o ano com 41 PIDs em funcionamento — mais do que o dobro em relação ao número existente no início do ano. Em vários casos, os pontos chegaram a localidades que não contam sequer com serviços bancários ou delegacias, servindo de ponte direta para que o cidadão pudesse formalizar atos processuais sem sair do município. No Extrajudicial continua o processo de instalação: novos Pontos de Inclusão Digital foram implantados em cartórios de Vargem, Abdon Batista, Capão Alto e Vitor Meireles, dentro do programa Justiça Mais Perto, com plano de alcançar 91 localidades distantes de unidades judiciais.

A estratégia foi reconhecida não apenas pelos próprios usuários, mas também pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC), que firmou convênio para utilizar a mesma estrutura e compartilhar

os pontos. A integração não é um detalhe operacional: ela demonstra que os PIDs são uma solução pública com vocação para se tornar política de Estado, não política de gestão.

Em 2025, os pontos seguiram avançando, desta vez também dentro de cartórios extrajudiciais. O plano prevê alcançar dezenas de unidades adicionais até o final do ano, sempre priorizando localidades distantes de sedes de comarca. Cada nova unidade representa menos deslocamento, menos custo, menos perda de dia de trabalho e mais inclusão digital. Esse é o núcleo do que sustenta o programa: garantir que a tecnologia não amplie desigualdades, mas reduza.

Nas palavras do presidente do Tribunal: “a Justiça precisa chegar onde as pessoas estão.” E agora chega — inclusive onde quase não havia internet.



APLICATIVO REÚNE PRINCIPAIS SERVIÇOS DO JUDICIÁRIO

TJSC Digital permite atendimento fácil e contato direto com unidades judiciais de todo Estado.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) lançou em novembro de 2025 o TJSC Digital, aplicativo oficial do Judiciário catarinense que reúne informações e serviços em um só lugar. “Trata-se de uma ferramenta de inovação que está à disposição de toda a comunidade jurídica, não só para buscar informações como também acessar nosso balcão virtual e interagir com a instituição”, disse o desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente do TJSC.

Com o novo app, o cidadão pode consultar processos, acessar publicações oficiais — administrativas e judiciais — do Diário da Justiça Eletrônico (DJE) e localizar os fóruns em todas as comarcas do Estado. O objetivo é oferecer uma experiência simples, rápida e segura, com o objetivo de aproximar ainda mais a Justiça da população.

ACESSOS - O TJSC Digital também disponibiliza o Balcão Virtual, ferramenta que permite contato direto com as unidades judiciais. Outro destaque é o acesso à Central Especializada de Atendimento às Vítimas de Crimes, de Atos Infracionais e de Violência Doméstica e Familiar (CEAV), que presta acolhimento e orientações.

Entre os serviços disponíveis, o aplicativo oferece suporte para dificuldades com o sistema eproc, acesso à Ouvidoria da Mulher e à Ouvidoria-Geral do Tribunal, além de informações sobre o tratamento de dados pessoais conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPDjus). Também é possível realizar apresentações pessoais determinadas pela Justiça, com reconhecimento facial, por meio do sistema SAREF.



APLICATIVO
TJSC DIGITAL



iOS



Android



TJSC CONSOLIDA CULTURA DE INCLUSÃO

Com política permanente de formação, escuta ativa e mudança de postura, a Justiça catarinense avança para se tornar um ambiente mais acolhedor e acessível.

A inclusão no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) deixou de ser uma pauta isolada e passou a ser cultura institucional. O Judiciário catarinense tem desenvolvido ações contínuas de sensibilização, formação e mudança de comportamento, voltadas à eliminação das barreiras atitudinais — as mais invisíveis e, ao mesmo tempo, as mais resistentes no cotidiano.

Pelo princípio “Nada sobre nós sem nós”, pessoas com deficiência participam ativamente do planejamento e da execução das ações internas. Esse é o eixo que sustenta o PertenSER, programa que acolhe e acompanha magistrados e servidores com deficiência, e se tornou referência nacional pela abordagem multidisciplinar e pelo envolvimento real de quem vive a experiência da deficiência.

AÇÕES - As iniciativas incluem rodas de conversa, campanhas de conscientização, treinamentos específicos, oficinas e intercâmbio com outras instituições públicas. Em fevereiro de 2025, o TJSC recebeu o Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC) para um encontro de troca de experiências, que reforçou a construção conjunta de soluções mais humanizadas para o serviço público catarinense.

As ações também alcançam públicos específicos. No Dia Mundial da Conscientização sobre o Autismo, por exemplo, o Tribunal destacou a capacitação de policiais e recepcionistas para acolher pessoas autistas, inclusive com o reconhecimento do cordão de girassol — símbolo internacional das deficiências ocultas. Ao mesmo tempo, lançou curso para servidores voltado à inclusão da pessoa autista no Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC), com foco no atendimento e no respeito às singularidades de cada cidadão.

Em datas simbólicas, como o Dia Mundial da Conscientização sobre Acessibilidade, o Judiciário catarinense reforçou o compromisso de derrubar barreiras que limitam o pleno exercício de direitos — sejam físicas, comunicacionais, digitais ou culturais. Exposições no Museu do TJSC e na Galeria dos Presidentes passaram a contar com audiodescrição e experiência tátil, o que permitiu que pessoas com deficiência visual pudessem também acessar a memória histórica do Tribunal.

Esse movimento, construído a partir da escuta, da presença e da atuação direta de quem vive a deficiência, tem uma premissa clara: acessibilidade não é favor. É direito constitucional. E esse direito precisa estar presente em todos os espaços, inclusive nas atitudes.





IMPACTO DIRETO NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO

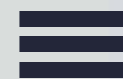
TJSC aprova a 113ª comarca catarinense em Guabiruba para acompanhar o crescimento regional.

No começo de novembro de 2025, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), por meio do Órgão Especial, aprovou a criação da 113ª comarca do Estado, com sede no município de Guabiruba. Atualmente, a cidade integra a comarca de Brusque, que também abrange o município de Botuverá. A nova comarca será composta exclusivamente por Guabiruba.

populacional e econômico da região. “A região de Guabiruba cresce muito, e o Predicta — ferramenta de análise preditiva do tribunal — demonstra que Santa Catarina enfrenta um processo de litoralização, que se estende do Médio Vale do Itajaí até o Litoral, de Norte a Sul. Esse aumento populacional e produtivo justificou a criação da nova comarca”, afirmou o presidente.

O presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, explicou que a decisão atende ao crescimento





OUVIDORIA MODERNIZA FLUXOS E ACELERA RESPOSTAS AO CIDADÃO

Tecnologia, capacitação contínua e novos protocolos ampliaram eficiência e acolhimento.

A Ouvidoria do Poder Judiciário de Santa Catarina avançou em modernização, acolhimento e eficiência administrativa nesta gestão. O órgão reforçou o papel de ponte direta entre a sociedade e o sistema de Justiça, com escuta qualificada e respostas técnicas para cada manifestação recebida.

Os dados mostram a dimensão dessa evolução. As manifestações passaram de 3.723, em 2023, para 5.067 em 2024 e chegaram a 4.971 em 2025. O percentual de respostas diretas manteve desempenho elevado, entre 87% e 89,2%. O tempo médio de

atendimento caiu para 1,09 dia em 2025, após ter sido de 1,97 dia no ano anterior. A redução expressiva decorre da adoção de rotinas mais ágeis e de ferramentas tecnológicas integradas

“Nessa gestão, sistematizamos e utilizamos melhor os dados, que contemplam não só reclamações, mas também sugestões e pedidos de informações, para auxiliar na governança do Tribunal”, disse o desembargador Osmar Nunes Júnior, Ouvidor do Judiciário catarinense, com a experiência de quem está na função por três gestões consecutivas.



DIÁLOGO - A relação institucional com a advocacia também evoluiu. A Ouvidoria passou a intermediar demandas da Comissão de Prerrogativas da OAB/SC, filtrando conteúdos, identificando pertinências e conduzindo o diálogo direto com magistrados e assessorias. O processo evitou conflitos desnecessários e fortaleceu o respeito entre funções essenciais à Justiça.

A rotina de atendimento ao cidadão ganhou uniformidade com a elaboração da cartilha destinada às atendentes terceirizadas. O material apresenta condutas recomendadas, boas práticas de acolhimento e um roteiro claro de encaminhamentos.

Na mesma direção, a Ouvidoria da Mulher, sob responsabilidade da desembargadora Hildemar Meneguzzi de Carvalho, estruturou um manual detalhado com roteiros, checklists, princípios de comunicação e um processo formal de escuta ativa para mulheres em situação de vulnerabilidade

O fortalecimento da equipe sustentou esses avanços. As servidoras participaram de cursos e eventos voltados a acolhimento, escuta e direitos humanos. O servidor responsável pelo desenvolvimento tecnológico investiu em capacitação na plataforma Microsoft 365, ampliando domínio sobre Power Apps, Power Automate e SharePoint para aprimorar automações internas



A gestão também consolidou a autonomia tecnológica da Ouvidoria. O aplicativo de registro passou a organizar toda a operação diária, com modelos padronizados e fluxos automatizados. Um segundo aplicativo, de conferência, acrescentou controle adicional de verificação e integridade dos dados, garantindo maior segurança estatística e administrativa.

PLANO ESTRATÉGICO - Outra marca do período é a elaboração do primeiro plano estratégico da unidade, com base no Modelo de Maturidade em Ouvidorias Públicas da CGU. O documento estabeleceu metas e indicadores de desempenho, ampliando a capacidade de gestão orientada a resultados. Paralelamente, avançou o processo de autonomização do Serviço de Informação ao Cidadão, alinhando procedimentos às exigências da Lei de Acesso à Informação e às resoluções do CNJ

No campo da transparência, a proposta de criação de um banco de dados de serviços públicos do PJSC entrou no Portfólio de Projetos de TI de 2024, com o desenvolvimento inicial de um protótipo de banco relacional. A ferramenta permitirá monitoramento contínuo e divulgação ativa de indicadores de atendimento.

A combinação entre tecnologia, planejamento e acolhimento humanizado consolidou uma Ouvidoria mais moderna, técnica e preparada para responder às demandas da sociedade.





08

VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS

8.1 Academia fomenta cultura de formação contínua.....	234
8.2 Inclusão é agenda permanente.....	236
8.3 Iniciativa aproxima comarcas da gestão de pessoas.....	238
8.4 Programa amplia alcance e fortalece prevenção.....	240
8.5 Contato direto promove maior eficiência na gestão.....	242
8.6 Integração de novos talentos.....	244
8.7 TJSC avança na valorização dos servidores.....	245





ACADEMIA FOMENTA CULTURA DE FORMAÇÃO CONTÍNUA

Ampliação na oferta de cursos resultou em registro de 27 mil matrículas entre magistrados e servidores.

“Academia Judicial tem como objetivo ser o centro irradiador de soluções para o Poder Judiciário e está apta a fomentar experiências capazes de auxiliar a administração do Tribunal na tomada de decisões.”

Desembargador Luiz Felipe Schuch, diretor executivo.



A Academia Judicial (AJUD) é o órgão de educação do Poder Judiciário de Santa Catarina. Ela é responsável por planejar e executar as formações que qualificam a atividade jurisdicional e a gestão interna do Tribunal. Na gestão 2024–2026, consolidou o papel de escola de governo ao promover 801 cursos e alcançar cerca de 27 mil matrículas. Os números representam, em comparação à gestão anterior, um aumento de 60% na oferta de capacitações para magistrados, servidores e demais integrantes do sistema de justiça.

De forma permanente, a instituição investe em inovação pedagógica, pesquisa aplicada, formação inicial de magistrados, produção científica e disseminação de conhecimento. A direção executiva é do desembargador Luiz Felipe Schuch: “Academia Judicial tem como objetivo ser o centro irradiador de soluções para o Poder Judiciário e está apta a fomentar experiências capazes de auxiliar a administração do Tribunal na tomada de decisões”.

As formações abrangeram desde cursos intensivos sobre inteligência artificial aplicada à Justiça até seminários que conectaram temas contemporâneos a problemas concretos da jurisdição. Também avançaram cursos destinados ao público externo, como a preparação para pretendentes à adoção, e ações de educação jurídica em parceria com outras instituições acadêmicas. A Academia também fortaleceu a formação de magistrados para ingresso, atualização e aperfeiçoamento, com turmas oficiais

credenciadas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, o que permite pontuação para fins de vitaliciamento e promoção na carreira.

QUALIFICAÇÃO - Todas essas iniciativas integram a estratégia do Tribunal de investir em qualificação como política de Estado. A cada ciclo, a Academia amplia repertório, diversifica temas e incorpora novas metodologias de aprendizagem. A formação passou a dialogar com inteligência artificial, governança de dados, cultura de precedentes, política antimanicomial e linguagem simples. Nesse percurso, manteve a vocação original: produzir conhecimento para melhorar a tomada de decisão, reduzir assimetrias, aprimorar o serviço público e aproximar o Judiciário da sociedade.



INCLUSÃO É AGENDA PERMANENTE

Criação de Comitê de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade visa ações e orientações práticas para reduzir desigualdade.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina instituiu o Comitê de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade (Cegrad) em agosto de 2024 para transformar temas sensíveis em política pública permanente dentro

da instituição. A estrutura é presidida pela desembargadora Vera Lúcia Ferreira Copetti e reúne integrantes de diferentes áreas para formular, propor e acompanhar ações concretas.



O comitê atua com foco em educação, orientação e prevenção. A agenda inclui produção de materiais educativos, campanhas internas, capacitação, linguagem institucional inclusiva e incentivo à escuta ativa de quem vivencia a rotina dos fóruns. Também está em desenvolvimento uma cartilha antirracista,

que será lançada durante esta gestão para fortalecer práticas de equidade.

AVANÇO INSTITUCIONAL - A criação do Cegrad consolidou um avanço institucional em termos de diversidade, equidade e inclusão a partir de ações contínuas com estrutura, método e monitoramento.

INICIATIVA APROXIMA COMARCAS DA GESTÃO DE PESSOAS

DGP com Você estabelece contato direto com unidades e necessidades de quem atua na ponta.



A atual gestão lançou o Programa DGP com Você para aproximar a Diretoria de Gestão de Pessoas das comarcas. A proposta é simples e objetiva: sair da sede, ir até os fóruns e ouvir diretamente servidores, magistrados e equipes locais sobre demandas reais do dia a dia. Essa escuta orienta soluções e fortalece o atendimento às necessidades de quem faz a Justiça funcionar.

O modelo rompe a lógica de atendimento exclusivamente remoto ou centralizado. Em cada visita, a equipe da Diretoria de Gestão de Pessoas se apresenta, compartilha informações, esclarece dúvidas e colhe percepções sobre rotinas, processos, gargalos e oportunidades de melhoria. O programa reorganiza o fluxo de diálogo interno e cria uma via de mão dupla entre a gestão e a base do Tribunal.

ORIENTAÇÃO PRÁTICA - A iniciativa nasceu com foco em relacionamento, proximidade e orientação prática. O DGP com Você complementa os demais programas internos de valorização de pessoas ao levar informação confiável, orientação técnica e soluções concretas para dentro das unidades. O Judiciário catarinense passa a tratar recursos humanos não apenas como suporte, mas como estratégia.

A criação do programa nesta gestão amplia a política institucional voltada ao cuidado com quem trabalha no Poder Judiciário de Santa Catarina. Ele reforça o princípio de que melhorar o ambiente de trabalho, escutar diretamente as comarcas e responder às demandas com precisão impacta a qualidade da própria prestação jurisdicional.

PROGRAMA AMPLIA ALCANCE E FORTALECE PREVENÇÃO

Criada em 2024, iniciativa leva o cuidado para dentro dos fóruns e melhora a qualidade de vida de quem trabalha no TJSC.

Lançado no início de 2024, O programa Saúde Itinerante leva a equipe da Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida do Tribunal de Justiça de Santa Catarina até as comarcas para ofertar atendimento e orientação em saúde dentro do ambiente de trabalho.

A ação tem como finalidade promover a saúde e a melhoria da qualidade de vida, ampliando a percepção de reconhecimento, engajamento e pertencimento. Vai além do tratamento de doenças. Preconiza qualidade de vida, incentivo ao autocuidado, visão integral

do corpo e da mente, e comunicação ativa com quem está longe da sede do Tribunal.

IMPACTO - Em 2024, o programa passou por 38 comarcas e prédios do Judiciário catarinense e realizou 1.336 atendimentos. A adesão chegou a 42,74%. Em 2025, a Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida reorganizou o roteiro e iniciou a nova rodada de visitas no dia 17 de fevereiro, em Lages. No primeiro semestre, visitou 17 comarcas e alcançou 1.542 atendimentos.



Em fevereiro, 114 colaboradores participaram das ações. Em maio, o programa percorreu o Extremo Oeste e registrou 93,4% de adesão, com 100% de participação em Dionísio Cerqueira, São José do Cedro e Itapiranga. Nessas visitas, as equipes do TJSC acessaram atividades como sinais vitais, práticas integrativas, saúde mental e trabalho, cuidados bucais, pausa ativa e ações de autocuidado.

O impacto aparece não só nos números, mas na percepção direta de quem está na ponta. "Gostaria apenas de deixar registrado meu agradecimento, em nome de toda a equipe da comarca, pela atenção e gentileza de todos da DSQV", afirmou o juiz substituto de São José do Cedro, Lucas Prado de Sanches.





CONTATO DIRETO PROMOVE MAIOR EFICIÊNCIA NA GESTÃO

Programa traz juízes do 1º Grau à sede do TJSC para conhecer diretorias, rotinas e serviços.

A Presidência do TJSC, por meio do Núcleo Administrativo, criou o Programa Aproxima para que os juízes de 1º Grau conheçam de perto estrutura, funções, pessoas, decisões e serviços disponíveis na sede. O programa nasceu com uma ideia simples: quanto maior o contato direto, mais rápido se resolvem problemas e mais eficiente se torna a gestão das comarcas.

A etapa inaugural ocorreu em julho de 2024 e reuniu 28 juízes no Auditório Desembargadora Thereza Tang. Eles conheceram as diretorias do Tribunal, ouviram explicações técnicas e entenderam as engrenagens da administração. O presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, abriu os trabalhos destacando que “o Poder Judiciário é

um só, e 1º e 2º grau são apenas estágios do processo”. Nesse primeiro encontro, os magistrados perceberam a dimensão do Judiciário catarinense, com orçamento de R\$ 4 bilhões, 12.783 colaboradores, 152 prédios e 15,6 mil equipamentos de tecnologia.

SEGUNDA EDIÇÃO - Em setembro de 2024 ocorreu a segunda edição. Vinte e quatro juízes e juízas voltaram à sede, desta vez com uma novidade: a visita ao Centro Integrado de Segurança e Monitoramento da Justiça catarinense, que coordena mais de 4.300 câmeras nas 112 comarcas e faz vigilância 24 horas por dia. O contato direto com os servidores que fazem a engrenagem da Justiça funcionar reforçou o propósito do programa.

A magistrada Aline Mendes de Godoy resumiu: “o Programa Aproxima cria a oportunidade para conversar com dirigentes e diretores, conhecer projetos, tirar dúvidas e levar soluções para o interior.” Em 2025, o programa continuou com foco em novos juízes. Em fevereiro, trinta magistrados prestes a concluir o Curso Oficial de Formação Inicial para a Magistratura participaram de nova edição no mesmo auditório. Eles conheceram diretorias, setores e serviços estratégicos e já saíram prontos para assumir suas funções com visão integrada da instituição. Essa etapa preparou quem começaria nas comarcas uma semana depois, já sabendo onde buscar apoio e como dialogar com a administração central.

Em setembro de 2025, o Programa Aproxima chegou à quinta edição. Trinta e oito juízes substitutos recém-empossados participaram do encontro. Eles receberam informações administrativas, conheceram rotinas internas e tiveram contato direto com áreas estratégicas como acessibilidade e gestão socioambiental. A juíza auxiliar da Presidência, Maira Salete Meneghetti, lembrou que o juiz também é gestor. E destacou que: “o Programa Aproxima ajuda o magistrado a tomar decisões administrativas mais eficientes e a atuar com mais segurança no dia a dia da comarca”.





INTEGRAÇÃO DE NOVOS TALENTOS

Novos Laços organiza o início de quem ingressa no TJSC e aproxima novo servidor da instituição.

O Programa Novos Laços acompanha quem ingressa no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. A Diretoria de Gestão de Pessoas conduz essa etapa inicial e orienta a primeira semana de trabalho com conteúdos essenciais à vida funcional. A proposta integra informação objetiva, acolhimento humano e clareza sobre direitos, deveres e ferramentas do Tribunal.

A ambientação é organizada em fases, com encontros diários que apresentam sistemas, rotinas e unidades do PJSC. A gestão 2024-2025 reforçou essa lógica: valorizar pessoas desde o início, com orientação precisa e apoio concreto. Dessa forma, quem chega encontra referências claras e começa a atuar com mais segurança e alinhamento institucional. "Participar do Novos Laços trouxe tranquilidade para esse momento que, não raras vezes, é conturbado", disse o oficial de justiça Mesaque Gonçalves da Silva, da comarca de São Joaquim.



TJSC AVANÇA NA VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

A reestruturação salarial do TJSC em 2025 resultou na Lei Complementar n. 874/2025, que atualizou a tabela de vencimentos dos servidores após negociações com sindicatos e associações representativas. O pacote inclui reajuste pelo IPCA de 5,53% em maio de 2025, novas referências na carreira e gratificações como o Adicional de Qualificação, buscando corrigir defasagens. As mudanças alteraram a Lei Complementar n. 90/1993 e reforçaram a política de valorização do quadro técnico do Poder Judiciário de Santa Catarina.

O presidente do TJSC, desembargador Francisco Oliveira Neto, destacou que a medida reforça o reconhecimento ao corpo técnico e o impacto institucional da valorização dos servidores. Segundo ele, o funcionamento do Judiciário depende diretamente da qualificação e do compromisso das equipes, e a reestruturação responde a uma demanda histórica da categoria. A iniciativa foi tratada como prioridade da atual gestão administrativa, em consonância com a agenda de modernização e de aprimoramento dos serviços prestados à sociedade.

Construída após 26 rodadas de mesa de negociação com sindicatos e associações, a proposta combinou recomposição inflacionária e nova estrutura de progressão em níveis e referências, ampliando as perspectivas de desenvolvimento na carreira. O texto foi aprovado pelo Órgão Especial, analisado pelo Conselho Nacional de Justiça e posteriormente encaminhado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Com a aprovação parlamentar, a Lei Complementar n. 874/2025 foi sancionada e publicada no Diário Oficial do Estado, viabilizando a aplicação das novas regras remuneratórias.





09

COMUNICAÇÃO

9.1 Comunicação assume papel estratégico.....	248
9.2 Política específica e digital marcam avanços.....	252
9.3 Justiça mais próxima dos catarinenses.....	256
9.4 Integração de plataformas e meios.....	258



COMUNICAÇÃO ASSUME PAPEL ESTRATÉGICO

Novo modelo aprimora e amplia canais para reforçar transparência no diálogo com a sociedade.

O Poder Judiciário de Santa Catarina iniciou a gestão 2024-2026 com um desafio claro: revelar à sociedade catarinense que seu trabalho vai muito além do julgamento de processos. Em um cenário nacional em que decisões judiciais passaram a ocupar o centro do debate público, muitas vezes sob a lente de agendas negativas, a capacidade transformadora das ações que impactam diretamente a vida do cidadão deixou de ser percebida em toda a sua dimensão. Diante desse contexto, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) decidiu reposicionar sua Comunicação Institucional, fazendo do Núcleo de Comunicação Institucional (NCI) um eixo estratégico para reconstruir pontes, fortalecer a confiança e aproximar mais o Judiciário da população catarinense.

A reestruturação da área consolidou o NCI como hub estratégico da relação do Tribunal com a sociedade. O núcleo deixou de atuar majoritariamente de forma reativa, apenas respondendo a demandas pontuais, para trabalhar com agenda planejada, política formal e foco na ampliação da agenda positiva do TJSC em múltiplos canais. O objetivo passou a ser não só esclarecer decisões, mas também evidenciar a abrangência da atuação do Judiciário – da acessibilidade com a modernização de fóruns à transformação digital, passando por projetos de cidadania, acesso à justiça e inovação. Na perspectiva do coordenador do NCI, Francis Silvy Rodrigues, a ampliação e a qualificação da estrutura de comunicação – com novas editorias, integração de canais digitais e adoção de normas específicas e

linha editorial – representaram um avanço decisivo para a Comunicação do Judiciário, permitindo planejamento contínuo, presença institucional mais consistente e diálogo claro com magistrados, servidores e público externo.

A área conta hoje com sete editorias segmentadas para melhor encaminhamento das demandas: Editoria de Portal Institucional; Editoria de Assessoria de Imprensa; Editoria de Vídeo e Produção Audiovisual; Editoria de Rádio; Editoria Digital (Redes Sociais e Comunicação Multiplataforma); Editoria de Comarcas e Editoria do Tribunal de Justiça.



9.1 DESAFIO

ELEMENTO-CHAVE – Nesse novo desenho, o NCI assumiu a coordenação integrada de imprensa, audiovisual, portal, redes sociais, boletins, campanhas, endomarketing e comunicação interinstitucional, apoiando a presidência em sua agenda externa. A unidade passou a centralizar diretrizes editoriais, alinhar mensagens de marketing e padronizar conteúdos oficiais, garantindo coerência e identidade própria na forma como o Tribunal se apresenta ao público. Ao atuar como ponte entre Presidência, órgãos julgadores, áreas administrativas e sociedade, a Comunicação deixou de ser um suporte acessório e se tornou elemento relevante do alinhamento estratégico da gestão.

ALTA EXPOSIÇÃO - A reestruturação também ampliou a atuação do TJSC na integração com outros órgãos e na articulação nacional. O Núcleo intensificou sua participação em redes de comunicação do Judiciário no país e sediou encontro estratégico entre assessorias de comunicação de tribunais, voltado à troca de boas práticas, alinhamento de diretrizes e debate sobre o papel da comunicação pública em um cenário de alta exposição. O encontro, em março de 2025, integrou a agenda do XV Consepre e consolidou a visão da comunicação como instrumento de transparência e legitimidade, projetando o TJSC como referência em profissionalização da área.



PARTE INDISSOCIÁVEL - Com esse conjunto de medidas, a Comunicação do TJSC passou a operar com agenda própria e estruturada – normatização, produção de materiais orientadores, capacitações e suporte permanente às unidades jurisdicionais e administrativas. A lógica que se impôs é a de que comunicar bem não é acessório, mas parte indissociável

da boa prestação jurisdicional e da confiança pública no sistema de justiça. Ao apostar em planejamento, transparência e linguagem cidadã, o Tribunal vem reforçando sua imagem como instituição moderna, aberta ao diálogo e alinhada aos padrões mais atuais da comunicação pública no país.

POLÍTICA ESPECÍFICA E DIGITAL MARCAM AVANÇOS

Normas próprias e modernização digital consolidam lógica de presença contínua, planejada e positiva do Judiciário no ambiente informacional.

A instituição da Política de Comunicação Social (Resolução GP n. 52/2025) foi um marco da evolução do papel da área no TJSC. A partir dela, a Comunicação passou a contar com normas e diretrizes próprias, procedimentos regulados e princípios definidos para o atendimento à imprensa e a divulgação de notícias. A política estabeleceu parâmetros para linguagem, canais e rotinas, reforçando transparência, previsibilidade e prevenção de crises. Também alinhou o Tribunal às diretrizes nacionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aproximando a prática diária do Núcleo de Comunicação Institucional (NCI) da Política Nacional de Comunicação do Poder Judiciário.



Outra iniciativa foi lançamento do “Guia Rápido da Política de Comunicação”, de 2025, distribuído a magistrados e servidores como referência prática. Soma-se a isso a intensificação da participação do TJSC em redes nacionais de comunicação do Judiciário, com intercâmbios estratégicos entre assessorias de tribunais, reforçando o papel da comunicação como instrumento de transparência, legitimidade e aproximação com a sociedade.



INTERFACE AMIGÁVEL - Na área digital, os avanços foram decisivos para aproximar o TJSC do cidadão. Em 2024, o NCI liderou a modernização do Portal do Tribunal, que ganhou um novo site mais intuitivo, acessível e adaptado aos

hábitos de consumo de informação em ambiente online. A reformulação reorganizou conteúdos, melhorou a navegação, ampliou a responsividade para diferentes dispositivos e facilitou o acesso a notícias, decisões e serviços. O Judiciário catarinense passou a falar com o público em uma linguagem visual e funcional mais próxima da experiência diária de quem busca informações na internet.

ACESSIBILIDADE - Em 2025, o movimento ganhou continuidade com a criação de uma nova seção no portal voltada a aprimorar a experiência digital dos usuários. A iniciativa reforçou a preocupação com acessibilidade, usabilidade e destaque para conteúdos institucionais considerados estratégicos pela administração. Com isso, a comunicação digital consolidou-se como frente estruturante: o NCI passou a articular portal, redes sociais, vídeos e campanhas em uma lógica de presença contínua, planejada e positiva do Judiciário catarinense no

A implementação da nova cultura de comunicação ficou evidente com a divulgação da Política de Comunicação Social. A resolução estabeleceu normas para atendimentos, padronização de ações e critérios de veiculação de notícias, reforçando o papel do NCI como guardião dessa cultura institucional e do relacionamento com a imprensa e o público em geral.



NOVO PERFIL COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL (2024-25)

- Núcleo de Comunicação Institucional (NCI) como eixo central da comunicação, ligado à alta administração e responsável por coordenar imprensa, portal, canais digitais, endomarketing e campanhas institucionais e de utilidade pública.
- Organização de fluxos de atendimento à imprensa e às unidades internas, com canais formais de contato e procedimentos de validação de informações.
- Integração entre comunicação interna e externa, aproximando magistrados, servidores e sociedade por meio de boletins, notícias e conteúdos temáticos.
- Fortalecimento da atuação e integração com redes nacionais de comunicação do Judiciário, incluindo a realização de intercâmbio estratégico entre assessorias de comunicação de tribunais.
- Expansão da presença do TJSC em séries audiovisuais, campanhas temáticas e conteúdos em múltiplas plataformas, ressaltando que o Judiciário catarinense atua muito além da função de julgar.
- Editorias temáticas (núcleos) responsáveis por Portal Institucional, Assessoria de Imprensa, Vídeo e Produção Audiovisual, Rádio, Digital (redes sociais e comunicação multiplataforma), Comarcas e Tribunal de Justiça.
- Equipe de jornalismo dedicada à apuração, redação, revisão e curadoria de conteúdos, incluindo o Boletim Informativo NCI.



METAS DA GP 52/2025 LIGADAS À TRANSPARÊNCIA E À SOCIEDADE

- Ampliar a transparência ativa, estimulando a divulgação sistemática de ações, decisões e serviços do TJSC por meio dos canais oficiais.
- Aproximar o Judiciário da sociedade, por meio de linguagem mais simples, direta e compreensível, respeitando o Pacto Nacional pela Linguagem Simples e as normas do CNJ para uso de redes sociais.
- Combater a desinformação relacionada à Justiça, com comunicação proativa, esclarecimentos oficiais e participação coordenada em campanhas nacionais do Sistema de Comunicação do Poder Judiciário.
- De forma prática, a estabelece que comunicar passou a ser atividade regulada, planejada e estratégica, com objetivos claros de padronização interna, transparência externa e fortalecimento da imagem institucional do Judiciário catarinense.



JUSTIÇA MAIS PRÓXIMA DOS CATARINENSES

Núcleo de Comunicação também responde pelas iniciativas de marketing institucional buscando aproximar mais o Judiciário dos catarinenses.

“Quando a população entende os mecanismos da Justiça, ela evita o litígio, busca orientação e encontra caminhos de paz. Comunicar é também uma forma de proteger. E ninguém conhece mais os conflitos do que nós, que os enfrentamos todos os dias.”

Desembargador Francisco Oliveira Neto, presidente TJSC.

O Núcleo de Comunicação Institucional do TJSC também é responsável por coordenar internamente o trabalho da agência de publicidade OneWG, licitada em 2022, para desenvolver as campanhas, materiais de endomarketing e diversas demandas de comunicação da instituição. Durante a gestão, foram produzidas campanhas institucionais, campanhas de utilidade pública e materiais de apoio diversos e inovadores para gestão, com foco

em aproximar a linguagem do cotidiano do cidadão e em reforçar a presença do Judiciário nos temas de interesse social.

O TJSC está entre os primeiros tribunais do país a contar com agência especializada para produção de suas campanhas, resultado de licitação específica para serviços de publicidade institucional em 2022. A iniciativa busca maior qualificação dos materiais de contato com a população catarinense,



Justiça catarinense na nossa vida

transmitindo de forma mais clara e atrativa o papel da Justiça na vida cotidiana, reforçando valores como acessibilidade, transparência e proximidade com o cidadão em todas as peças e plataformas de comunicação. “Nesses dois anos conseguimos avançar em muitas frentes na nossa comunicação institucional, mas sem dúvida a definição de uma identidade para nos comunicarmos com a sociedade foi um desses avanços”, avalia o coordenador de Comunicação do TJSC, Francis Silvy Rodrigues.

CONVÊNIO - Um dos avanços relevantes na área de comunicação em 2024 foi a celebração de um acordo de cooperação técnica entre o Poder Judiciário de Santa Catarina e a Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert), destinado à veiculação de mensagens educativas e informativas em rádios e TVs do estado. O objetivo foi disseminar temas de interesse público em linguagem simples e acessível à

população. Entre fevereiro de 2024 e novembro de 2025 foram veiculados 40 VTs e 37 spots, com participação de 252 rádios e 11 emissoras de televisão, garantindo ampla cobertura e alcance em todo o território catarinense.

Nesse período, campanhas como “TJSC na sua vida” e ações voltadas à divulgação de serviços da Justiça e de projetos do Poder Judiciário catarinense ampliaram o alcance das mensagens institucionais, explorando vídeos, peças digitais, materiais impressos pontuais e conteúdos multimídia adaptados a diferentes públicos. A combinação entre a estratégia definida pelo NCI e a criação publicitária especializada favoreceu a construção de uma narrativa mais humana e pedagógica sobre o trabalho do TJSC, fortalecendo a confiança social e a percepção de que o Judiciário está presente em momentos decisivos da vida dos catarinenses.

INTEGRAÇÃO DE PLATAFORMAS E MEIOS

Presença coordenada em diversos pontos de contato com o público garante maior alcance da comunicação.

O ecossistema de redes sociais do TJSC consolidou-se, na gestão 2024-2026, como um dos principais meios de aproximação do Judiciário catarinense com a sociedade, com expansão de plataformas, aumento de seguidores e crescimento no engajamento. O conjunto integrado de plataformas (site, app, redes, e-mail, etc.) que se articulam entre si garante uma presença coordenada em vários ambientes, com estratégias e conteúdos conectados.

O TJSC mantém presença ativa em Instagram, Facebook, YouTube, Threads, WhatsApp e no aplicativo próprio TJSC Digital, que integra e referencia os conteúdos produzidos para as redes. Essas plataformas são utilizadas para divulgar notícias, campanhas institucionais, decisões relevantes, serviços ao cidadão

e conteúdos educativos sobre direitos e funcionamento da Justiça.

Na gestão, as redes sociais do TJSC subiram posições em rankings nacionais de engajamento entre tribunais estaduais, reflexo de uma estratégia mais integrada de conteúdo, linguagem simples e maior frequência de publicações. O Instagram registrou marcos como a conquista de dezenas de milhares de seguidores e o alcance de grande volume de contas em períodos curtos, reforçando o canal como vitrine principal da comunicação digital do Judiciário catarinense.

CONTEÚDO - As redes passaram a combinar textos, cards, vídeos curtos, transmissões ao vivo e peças multimídia alinhadas às campanhas institucionais, aos projetos estratégicos e à divulgação de serviços como o TJSC Digital e o Balcão Virtual. Também houve incremento de conteúdos educativos e de utilidade pública, com foco em direitos, programas do Judiciário e combate à desinformação, o que contribuiu para qualificar a interação com o público e fortalecer a confiança na instituição.

INTEGRAÇÃO - O ecossistema de redes sociais passou a dialogar diretamente com o portal institucional, com o aplicativo TJSC Digital e com produtos multimídia, como vídeos do YouTube e conteúdos de campanhas publicitárias, criando um circuito de comunicação contínuo. Essa integração permitiu ampliar o alcance de notícias e serviços, direcionar o usuário para canais específicos de atendimento e consolidar o TJSC como referência em comunicação pública digital no âmbito da Justiça estadual.





JUSTIÇA CATARINENSE,
NOSSO TRABALHO
É O SEU DIREITO.

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO
INSTITUCIONAL - TJSC

GESTÃO
2024
2026